

VERA LUCIA GRAZIANO DA SILVA RODRIGUES

NEM CAMPONÊS, NEM OPERÁRIO
(OS ASSALARIADOS SAZONAIS DA
USINA SÃO LUIZ, PIRASSUNUNGA)

*Dissertação apresentada ao Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas,
para obtenção do título de Mestre em
Sociologia.*

PIRACICABA
- 1983 -

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

AGRADECIMENTOS

- À José Gomes da Silva, meu pai, por ter me despertado o interesse pelos problemas relativos à nossa agricultura.

- À José Francisco Graziano da Silva, por ter me incentivado a prosseguir neste caminho.

- À Maria Conceição D'Incao pela orientação amigável por ter assumido este trabalho como se fosse seu.

- À Angela Kageyama, pela revisão atenta e pelo auxílio na construção das tabelas.

- À Rodolfo Hoffmann pelo processamento dos dados.

- À Maria Nazareth B. Wanderley pelas sugestões.

- À FAPESP, à CAPES e ao CNPq pelo auxílio financeiro.

- E, especialmente, aos pequenos proprietários de Montalvânia, por se disporem a interromper seu escasso descanso para fornecer as informações necessárias.

- Ao Hêlio, à Maira e ao Pedro, dedico a tese, pois me deram a paz e a tranquilidade sem o que o trabalho acadêmico torna-se impossível.

ÍNDICE

	<u>página</u>
CAPÍTULO 1 - O TEMA E O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO	1
1.1. O universo teórico de referência	13
CAPÍTULO 2 - AS REGIÕES	37
2.1. Microregião Sanfranciscana de Januária	39
2.2. Microregião Depressão Periférica Setentrional ...	65
2.2.1. A usina São Luiz	76
2.3. Análise comparativa	87
CAPÍTULO 3 - A VIDA EM MONTALVÂNIA	92
CAPÍTULO 4 - A VIDA NA USINA	141
CONCLUSÃO	205
BIBLIOGRAFIA	210
ANEXOS	214

CAPÍTULO 1

O TEMA E O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

Originalmente, o presente trabalho tinha como objetivo a realização de um estudo de caso sobre os trabalhadores volantes de uma agroindústria açucareira.

Um primeiro ponto de interesse consistia em estudar a mecanização enquanto fator relevante na determinação do processo de proletarização do trabalhador rural.

Um segundo ponto de investigação seria verificar a possibilidade de uma intercalação do trabalho agrícola com trabalhos não qualificados no setor industrial. Isto porque, embora trabalhando a maior parte do ano na agricultura, o "bóia-fria" reside na cidade e lá busca trabalho quando a demanda por mão-de-obra na agricultura diminui. Em outros termos, a realização de atividades de ambos os setores - agrícola e industrial - colocaria o volante como um dos principais integrantes de um mercado de trabalho unificado.

A observação exploratória do campo, entretanto, propiciou o conhecimento de um outro grupo de trabalhadores que igualmente permitia enfocar tanto a questão da proletarização do homem do campo, quanto a da unificação do mercado de trabalho, mas que, ao contrário do volante, permanecia praticamente sem ser investigado. Trata-se de um grupo de pequenos proprietários oriundos da divisa dos estados de Minas Gerais e

Bahia, que anualmente se dirige ao estado de São Paulo para ai trabalhar nas usinas de açúcar durante o período da safra (junho a novembro aproximadamente), regressando então para sua região de origem. Na usina constituem parcela significativa dos trabalhadores assalariados do setor industrial.

Mais especificamente, estes pequenos proprietários são oriundos da microregião Sanfranciscana de Januária e dirigem-se para Pirassununga, no estado de São Paulo. No caso particular da usina onde se realizou a investigação, estes trabalhadores vêm espontaneamente, sendo que se tem conhecimento de outras usinas que os contratam através de intermediários da própria região.^{1/}

Trata-se, em resumo, de pequenos proprietários impossibilitados de se reproduzirem enquanto tais apenas com a produção obtida na propriedade e que, para realizar sua reprodução, complementam sua renda vendendo sua força de trabalho durante parte do ano. Foi então em torno deste grupo que se definiu o objeto da pesquisa.

A combinação simultânea das condições de produtor direto na agricultura e de assalariado temporário na indústria determinou, basicamente, o interesse pelo estudo deste grupo de trabalhadores.

Em outros termos, o interesse em se estudar este grupo de pequenos proprietários adveio do fato de seu assalariamento reforçar a persistência da pequena propriedade na agricultura brasileira e, simultaneamente, indicar o desenvol

^{1/} Ver, por exemplo, a tese de Maria José de Araújo Ribeiro citada na bibliografia.

vimento de relações capitalistas nesta mesma agricultura. Isto porque, ao mesmo tempo em que a pequena propriedade é preservada — o salário obtido no setor capitalista complementa a reprodução da unidade familiar, impossível de ser obtida apenas no interior da propriedade — não se pode deixar de encarar este assalariamento como indício da crescente proletarianização a que vem sendo submetido o trabalhador rural brasileiro. Ou seja, o assalariamento destes pequenos produtores, dialéticamente afirma e nega a reprodução da pequena propriedade na agricultura. Se por um lado, permite ao trabalhador manter-se como pequeno proprietário, de outro, implica na perda parcial de sua condição de produtor autônomo.

Assim, o estudo deste grupo de pequenos proprietários permite investigar, ao mesmo tempo, como a pequena propriedade se mantém ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura e uma das mediações através das quais ela tende a se transformar ao longo deste processo. O entendimento deste processo contraditório, que aponta simultaneamente para a recriação da pequena propriedade e para a proletarianização do pequeno proprietário, constitui o objeto primeiro deste trabalho.

Para tal entendimento, orienta-se a análise para a dupla condição destes trabalhadores: pequenos proprietários numa parte do ano e trabalhadores assalariados na outra. Procura-se, num primeiro momento, conhecer suas condições de vida e suas vivências nas regiões de origem e de destino separadamente, para, num segundo momento, tentar o esforço de síntese necessário a compreensão do significado mais globalizante desta combinação — pequena produção/trabalho assalariado no

processo de desenvolvimento da agricultura brasileira.

A opção pela realização de um estudo de caso derivou do fato deste método ser o mais adequado para o estudo da unidade social como um todo. ^{1/} É o que melhor permite a apreensão dos vários aspectos relacionados com a realidade social do grupo estudado, o que possibilita um conhecimento mais aprofundado e global do mesmo.

Nesta via de investigação - estudo de caso - as tentativas de generalização se definem, necessariamente, pelo esforço de identificar a presença de categorias mais gerais do desenvolvimento da agricultura no país, nos limites da situação concreta estudada. A preocupação com a generalidade de manifestação de situações semelhantes, entretanto, é necessária para a determinação da relevância do caso estudado. Assim, embora se tenha optado por entrevistar, a nível da observação mais sistemática, operários de uma única usina, tomou-se o cuidado de verificar que a maioria das usinas do estado de São Paulo assalariava pequenos proprietários da região de origem dos sujeitos desta investigação, por ocasião das safras.

Esta preocupação de natureza metodológica objetivava saber se o fenômeno estudado tinha algum significado, no sentido de ser fenômeno estrutural, ou se era mero fenômeno acidental ou eventual. O fato de existirem trabalhadores de municípios dentro da mesma microregião, assim como trabalhadores de municípios próximos a ela, associado ao fato da vinda destes trabalhadores se repetir há mais de quinze anos - outro dado

^{1/} A este respeito ver Good, W.J. e Hatt, P.K. *Métodos de Pesquisa Social*, 4ª edição, São Paulo, Nacional, 1972 pp. 420/433

verificado - eram indicadores do caráter estrutural do fenômeno a ser estudado.^{1/}

A realização do presente trabalho incluiu, além da pesquisa teórica, o levantamento de dados primários e secundários.

Com relação aos dados primários, foram realizadas cerca de quarenta entrevistas, no período de agosto/outubro de 1978. Nesta pesquisa específica não houve necessidade nem condições práticas de se trabalhar com a população total. Optou-se então por uma amostra escolhida ao acaso.^{2/}

Para a realização das entrevistas foi utilizado um formulário de pesquisa. Tal opção deveu-se basicamente ao fato do formulário organizar a entrevista, facilitando também a tabulação das perguntas e reduzindo o tempo gasto nas entrevistas.

Na medida em que, pelo próprio objetivo da pesquisa, a grande maioria das perguntas eram fechadas, o formulário mostrou-se um instrumento bastante adequado para a coleta dos dados primários.

Para se ter idéia mais exata do teor dos dados buscados, o formulário consistia de doze partes, cobrindo os se-

^{1/} Maria José F. de Araújo Ribeiro, em sua Dissertação de Mestrado citada na bibliografia, observa que as usinas São Martinho, Iracema, São João e Usina Açucareira da Serra utilizam migrantes do Nordeste na época da safra. A mesma autora registra que a usina São Martinho contrata estes trabalhadores desde 1957, a usina São João desde 1967 e que a usina Iracema os vem utilizando há aproximadamente 15 anos.

^{2/} Normalmente cada entrevistado tomava a iniciativa de chamar um amigo ou parente para ser o próximo entrevistado.

guintes pontos:

- dados pessoais do entrevistado e sua família;
- dados sobre a usina, com ênfase nas relações de trabalho e condições de habitação, alimentação etc.;
- dados sobre a propriedade, principalmente sobre o uso do solo, condições de habitação, utilização de mão-de-obra, mecanização e utilização de insumos;
- alternativas de assalariamento, tanto na região de origem, como de destino;
- avaliação da situação de vida do informante.

No geral as perguntas eram, portanto, bastante objetivas, ficando as perguntas abertas apenas para o item em que o informante avaliava sua situação de existência.

As entrevistas foram realizadas durante a permanência dos trabalhadores em Pirassununga, ou seja, na época da safra, enquanto estes se encontravam trabalhando na usina. Assim, simultaneamente, foram coletados dados sobre a própria usina, através de entrevistas com funcionários da Administração e de pesquisa nos arquivos. Foram feitas ainda visitas à Casa da Lavoura e à sede local do IBGE.

Ao lado dos dados primários, os dados secundários - coletados basicamente nos Censos Agropecuários e Demográficos do IBGE e nas Estatísticas Cadastrais 1 e 2 do INCRA - cumpriram duas funções importantes e que talvez não possam ser percebidas de imediato: primeiro, *complementar* os dados primários, que pelas razões mencionadas anteriormente, tiveram que

ser reduzidos devido ao escasso tempo disponível para a realização das entrevistas; segunda, e mais importante, auxiliar a análise dos próprios dados primários.

A descrição bastante detalhada da economia rural das duas regiões permitiu que os dados primários adquirissem sentido e pudessem ser melhor situados. Foi o fornecimento inicial dos dados secundários relativos à economia agrária das duas regiões, completamente distintas, que permitiu entender o próprio deslocamento destes trabalhadores. Basicamente, eles demonstram a diferença com relação ao desenvolvimento das forças produtivas nas duas regiões, que é, no essencial, o que explica porque eles podem e são forçados a conjugar dois tipos de atividades - produtores diretos em sua região de origem e assalariados temporários em sua região de destino. A diferença na utilização de instrumentos e insumos modernos, no tipo de mão-de-obra utilizada, etc. foram importantes no sentido de entender o porque da necessidade de se exercer estas duas atividades e porque exercê-las em regiões diferentes e de determinada configuração.

Os dados secundários foram, por exemplo, importantes no sentido de entender porque os pequenos proprietários de Montalvânia estão se tornando cada vez mais *insuficientes*. Os dados sobre o aumento da concentração da posse da terra, dificuldade de mecanização dos produtos, dificuldades de se manter formas precárias de acesso à terra, ou seja, o aumento da pressão sobre a terra na região, etc., é que permitiram entender o porque do agravamento da situação econômico-financeira destes trabalhadores. Por outro lado, os dados secundários foram essenciais para saber, por exemplo, porque os pe-

quenos proprietários de Pirassununga não se assalariam na usina.

Só para exemplificar a necessidade de se contar com os dados secundários na análise dos dados obtidos nas entrevistas, foram os dados sobre posse da terra, demonstrando que na década 60/70 a fronteira agrícola ainda estava aberta, ou seja, que ainda era relativamente fácil comprar terras na região, o que permitiram entender como foi possível a esses pequenos proprietários adquirir extensões relativamente grandes de terra.

Enfim, é todo um conjunto de dados sobre a região que torna compreensíveis depoimentos do tipo: "Lá prá nós é só prá comê, o que vende não dá dinheiro", ou "A região lá é muito fraca, não corre dinheiro".

Finalmente, os dados secundários comprovam os dados das entrevistas, principalmente aqueles que à primeira vista não parecem muito confiáveis, e que portanto exigem confirmação. Este foi o caso dos dados sobre o tamanho das propriedades, que de início pareciam sobrestimados, e que se tornaram perfeitamente confiáveis à medida que os dados censitários mostram que as áreas médias das propriedades na região são bastante grandes.

Em termos metodológicos, portanto, os dados secundários funcionaram como uma espécie de "pano de fundo" sobre o qual o corpo da tese foi construído.

A coleta dos dados necessários à pesquisa não foi feita sem dificuldades. Foi no levantamento dos dados primá-

rios, e principalmente na realização das entrevistas que surgiram os maiores problemas, tanto de ordem prática, como metodológica.

Os problemas práticos iniciaram-se com a própria entrada na usina. O primeiro dilema a ser enfrentado foi exatamente o de como penetrar na usina. Duas alternativas eram apresentadas. A primeira consistia em entrar na usina sem o consentimento da Administração, arriscando-se a ter a pesquisa interrompida de um momento para o outro. A segunda era pedir autorização prévia para entrar na usina. Se esta alternativa eliminava o risco de ter a pesquisa interrompida bruscamente, trazia um outro problema. O fato de obter permissão para entrar na usina poderia levar a uma identificação pesquisador-patrão aos olhos dos entrevistados, comprometendo, assim, a confiabilidade das respostas. ^{1/}

A segunda alternativa configurou-se como a mais natural, na medida em que já havia um relacionamento anterior estabelecido com a Administração da usina. Isto fez com que o problema da identificação pesquisador/Administração se configurasse como particularmente grave, pois à medida que a pesquisa prosseguia, o relacionamento estreitava-se, tornando-se cada vez mais visível. As visitas às instalações da usina, por exemplo, eram feitas sempre junto com o Chefe da Segurança e/ou Assistente Social, o que prejudicou bastante o relacionamento com o grupo em seu ambiente de trabalho.

Além deste tipo de inibição, o peso da vigilância

^{1/} A respeito desta dificuldade ver Leite Lopes, J.S. *O Vapor do Diabo*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

constante que a usina, como qualquer fábrica, exerce sobre os que se aproximam de seus operários foi bastante sentido. A usina possui um guarda em cada alojamento, e sua presença inibiu não só os entrevistados, como a própria realização da pesquisa. Houve inclusive ocasiões em que se teve material de pesquisa apreendido pela segurança da usina.

A solução foi expor à Administração a necessidade de uma certa independência durante a realização da pesquisa e que certas atitudes poderiam inibir os trabalhadores. Foi possível então, por exemplo, entrar diretamente em contacto com os trabalhadores. A apresentação como estudante universitária ajudou a obter alguma confiança por parte dos trabalhadores, na medida que tal apresentação garantia uma certa neutralidade com relação à usina e/ou órgãos governamentais.

Além disto, estes pequenos proprietários constituem um grupo bastante específico de trabalhadores. Trata-se de um trabalhador que tem seu pedaço de "chão", ou seja, não depende exclusivamente do trabalho assalariado. É natural, portanto, que seja um trabalhador menos temeroso de eventuais repressões por parte da Administração. Deste ângulo, o problema da vinculação do pesquisador com o "patrão" adquire uma importância menor que na maioria dos casos.

Assim, apesar desta vigilância e de uma certa "desconfiança" por parte dos trabalhadores, as reivindicações e críticas afloraram com constância no decorrer da pesquisa. Os trabalhadores unanimemente queixavam-se de que o "ganho" era pouco, que a usina burlava a legislação trabalhista, que a comida e o alojamento eram ruins etc.. As reclamações com re-

lação à disciplina da usina também foram constantes. Alguns dos entrevistados chegaram a afirmar que não voltariam para a usina após o final da safra.

O fato de vislumbrar a possibilidade de terem seus problemas divulgados parece ter contribuído para que as reivindicações tenham aflorado com tanta intensidade. Não foram poucos os entrevistados que pediram que seus problemas chegassem ao conhecimento do "Ministro". Em outras palavras, embora tenha sido colocado com clareza que a pesquisa não lhes traria vantagens imediatas ou práticas, na medida em que não era vinculada a nenhum órgão governamental, a simples possibilidade de tornar sua situação conhecida já era estimuladora.

Finalmente, o fato da maioria das perguntas formuladas nas entrevistas serem relativas ao sítio e à região de origem destes trabalhadores, cujas respostas não comprometiam em nada sua situação na usina também facilitou a obtenção de um certo grau de confiança por parte dos trabalhadores.

Surpreendentemente, portanto, o problema da identificação pesquisador-administração parece ter sido contornado com relativa facilidade, não chegando a comprometer a confiabilidade dos resultados da pesquisa.

Um segundo problema foi mais dificilmente contornado; como entrevistar um trabalhador que tem uma jornada de doze horas, durante os sete dias da semana, como é o caso aqui, sem atrapalhar suas atividades pessoais e seu lazer? A maior preocupação, portanto, era realizar as entrevistas sem atrapalhar o necessário descanso destes trabalhadores. Neste sentido, optou-se por realizar as entrevistas logo após o horário

do almoço, que é exatamente quando os trabalhadores se reúnem para conversar. Mesmo assim, uma verdadeira luta contra o sono teve que ser travada muitas vezes, pois frequentemente o entrevistado não tinha tido oportunidade de dormir pela manhã, após o término do serviço às seis horas.

A solução encontrada foi diminuir o tempo de entrevista, eliminando quase que totalmente as perguntas abertas. As perguntas cujas respostas mostraram-se sistematicamente repetitivas também foram eliminadas. Isto porque uma entrevista demorada era impossível de ser feita nas condições encontradas, pois não havia sequer um lugar adequado para uma conversa mais longa e informal. Em outros termos, devido tanto ao cansaço dos trabalhadores, como à falta de um lugar adequado, foi impossível realizar entrevistas com mais de uma hora de duração.

Com relação à coleta de dados secundários, a maior dificuldade encontrada foi a obtenção dos dados relativos à Montalvânia, região de origem dos trabalhadores. Isto porque Montalvânia só foi elevada à categoria de município em 1962. Assim, teve-se que aguardar a publicação dos Censos de 1975 para se poder ter uma idéia da evolução da estrutura fundiária, ocupação de mão-de-obra, população urbana e rural, utilização de máquinas, etc. no município. Só a comparação dos dados censitários de 1970 e 1975 é que permitiram dizer alguma coisa sobre esta evolução.

Os dados históricos sobre a região também foram de difícil acesso, e tiveram que ser coletados diretamente no IBGE de Belo Horizonte.

Apesar de todas estas dificuldades, o contacto directo com os trabalhadores foi extremamente gratificante. Isto porque as entrevistas eram sempre momento privilegiado não só para que se coletasse as informações necessárias, mas sobretudo para que estes trabalhadores, ao contarem a sua história, dessem um passo a mais no sentido de ver com mais clareza a direção a ser tomada na solução dos seus problemas.

1.1. O universo teórico de referência

A perspectiva teórica que orientará a análise da população investigada, já ficou sugerida na apresentação das mediações através das quais a pesquisa foi realizada.

Resumidamente, o interesse por este caso concreto, está na *dupla referência*^{1/} do grupo relacionado para estudo. Isto porque seus agentes são, a um mesmo tempo, pequenos proprietários e proletários, na medida em que alternam a realização das tarefas no sítio com o trabalho assalariado na usina. Assim, não serão vistos apenas enquanto pequenos proprietários, mas principalmente enquanto *trabalhadores*. Em outras palavras, será dada ênfase à articulação existente entre estas duas formas de subordinação do trabalho ao capital.

Na medida em que esta foi a ótica selecionada para a observação destes trabalhadores, duas questões teóricas se

^{1/} Sobre esta terminologia ver Wanderley M. de Nazareth Baudel, "Transformações das relações de produção; da senzala ao caminhão", em *Anais da IV Reunião Nacional Sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura*, UNESP, Botucatu, 1978, p. 35,

impõem simultaneamente. Uma primeira, é a da reprodução da pequena propriedade, dentro de uma sociedade em que o Modo de Produção Capitalista já se consolidou. Uma segunda, a da forma pela qual está se dando a proletarização do trabalhador rural nesta mesma sociedade. Em outras palavras, a discussão deverá passar, ao mesmo tempo, pela questão da manutenção da pequena propriedade no interior do Modo de Produção Capitalista, e pela questão de como vem ocorrendo a proletarização do trabalhador rural brasileiro.

A importância do enfoque simultâneo destas duas questões reside, basicamente, nas implicações políticas dela decorrentes. Isto porque ela permite mostrar a heterogeneidade das medições através das quais o desenvolvimento capitalista vem ocorrendo no Brasil. Permite, portanto, mostrar que o desenvolvimento da agricultura capitalista não ocorre numa única direção, seja na da proletarização total, seja na da reprodução da pequena propriedade. A pequena propriedade é recriada ao mesmo tempo que o trabalho assalariado temporário manifesta-se como tendência estrutural predominante.

Mostrar e enfatizar esta heterogeneidade no desenvolvimento do capitalismo brasileiro significa, naturalmente, questionar as duas teses sobre a natureza da agricultura vigentes no final dos anos 50 e início dos 60. É neste sentido que esta velha polêmica necessita ser retomada^{1/}. Mais que isto, o objetivo de se reportar a esta antiga discussão é poder recolocar a questão agrária em outros termos. Isto por-

^{1/} Considerar-se-á que as duas teses em questão são suficientemente conhecidas para que se possa iniciar sua discussão sem uma exposição prévia extensiva de ambas.

que nas duas teses, tanto na "capitalista", sintetizada na obra de Caio Prado Júnior, quanto na tese "feudal", que teve em Alberto Passos Guimarães seu principal mentor, o desenvolvimento do capitalismo era pensado de forma linear. É exatamente isto que precisa ser revisto quando se pensa a questão agrária hoje. Como lembra Maria de Nazareth Baudel Wanderley "a sedução das formas puras ainda não foi exorcizada e, em consequência, ainda se tateia na busca da identificação de um capitalismo puro, diria, fatal, em suas expressões concretas, que realize absoluta e plenamente sua relação definidora" (Wanderley, 1978, 33). E foi o desejo de contribuir para com este ritual de exorcismo, que norteou não só a escolha da perspectiva acima mencionada, como, em última instância, do próprio objeto desta tese.

Com relação à "tese feudal", a visão de que o capitalismo no Brasil também estava ocorrendo em sua forma "clássica" aparece desde o início. Para seus defensores, além das relações de produção na agricultura ainda serem consideradas "resquícios feudais", a existência destas relações "atrasadas" comprometiam o desempenho da agricultura e consequentemente, o próprio desenvolvimento do capitalismo no país. Deveriam portanto ser eliminadas para que o desenvolvimento do capitalismo seguisse seu rumo. ^{1/}

As relações de produção na agricultura são vistas, como se sabe, de forma diametralmente oposta pelos defensores

^{1/} Existem no campo, "relações de produção caducas, que precisam ser substituídas por novas relações de produção, sem o que as forças produtivas de nossa agricultura não estarão desimpedidas de desenvolver-se". (GUIMARÃES, 1968:34).

da tese capitalista. São consideradas essencialmente capitalistas, sendo que as eventuais "formas espúrias" são apenas formas disfarçadas de assalariamento. Para os partidários desta tese, e para Caio Prado Jr. em particular, é o trabalho assalariado a relação de trabalho predominante na agricultura, tendo as demais relações de trabalho um caráter secundário.^{1/}

Do resultado da polêmica, o saldo mais positivo parece ter sido uma aceitação quase generalizada da parte da tese de Caio Prado Jr. referente à presença e dominação do Modo de Produção Capitalista na agricultura. Apesar das muitas controvérsias até hoje existentes, praticamente não se ousou mais negar que o Modo Capitalista de Produção domina nossa agricultura, assim como domina o restante da sociedade brasileira.^{2/}

Mesmo tendo esta intuição que permitiu grandes avanços posteriormente, o desenvolvimento do capitalismo também era visto por Caio Prado Jr. de forma linear, na medida em

^{1/} É aliás o salaríato que constitui a relação generalizada e mais característica de trabalho na agropecuária brasileira. Não somente pelo seu vulto relativo, mas sobretudo pelo fato de ele constituir a norma fundamental daquelas relações de que outras modalidades de pagamento são apenas substitutos eventuais ditados por circunstâncias da ocasião e particularmente, pelas vicissitudes financeiras da grande exploração. (PRADO Jr., 1960: 216).

^{2/} "Em suma, a agropecuária brasileira na sua maior e principal parte é de natureza, em essência e fundamentalmente capitalista. Estrutura-se em empresas comerciais, isto é, produtoras para o mercado e visando única e exclusivamente o lucro financeiro; e se organiza na base de relações de empregador e empregado, de compradores e de vendedores de força de trabalho, o que constitui a essência das relações capitalistas de produção". (PRADO Jr., 1966: 166).

que para ele a proletarização é percebida como tendência inexorável.^{1/} Assim, embora visualizando a proletarização como tendência, os defensores da tese capitalista vêem, erroneamente, essa tendência como sendo uma tendência linear. Para negar o caráter feudal das relações de trabalho na agricultura brasileira, caem no extremo oposto de reduzi-las tódas ao assalariamento, e de apontar para a expropriação em massa e total do trabalhador rural brasileiro. Deixam, assim, de perceber a importância e a especificidade das formas de manifestação da pequena produção, à medida que a agricultura Capitalista se desenvolve.

Nestes termos, Caio Prado acaba tendo como pressuposto o mesmo ponto de partida de Alberto Passos: a necessidade de uma agricultura capitalista para o desenvolvimento do capitalismo no país.^{2/} Tal como no modelo "clássico" de desenvolvimento do capitalismo, a força do trabalho deve ser proletarizada para que se instalem, na agricultura, relações de produção tipicamente capitalistas, as únicas capazes de permitir o desenvolvimento do capitalismo no país. Resumindo,

^{1/} "Aliás, as formas 'espúrias' por assim dizer de relações formalmente não capitalistas que se insinuam na organização econômica da agropecuária brasileira tendem a desaparecer por si e espontaneamente na medida do sucesso financeiro e crescimento da rentabilidade do empreendimento, bem como por força de outros fatores" (PRADO Jr., 1966: 161).

^{2/} "O sistema colonial ainda se conserva, particularmente no concernente à economia agrária, por acentuados remanescentes que marcam as relações de trabalho e se revelam sobretudo nos baixos níveis e padrões da população rural trabalhadora. Essa situação, que se enquadra perfeitamente no sistema colonial e na sua função econômica - pois faz possível a produção a baixo custo dos produtos primários de pequeno valor unitário nos mercados externos a que eles se destinam - é incompatível com o desenvolvimento econômico em bases nacionais e constitui portanto grande obstáculo a esse desenvolvimento, pois entre outras consequências restringe o mercado interno e entrava a industrialização, que representa o fundamento da economia nacional". (PRADO Jr. 1966:156, grifo nosso).

são o trabalhador totalmente expropriado dos meios de produção pode servir à acumulação de capital.

Independentemente de conceber a natureza das relações de produção na agricultura como feudal ou capitalista, havia, portanto, uma concordância quanto ao enfoque da problemática e do desempenho de suas funções no processo de desenvolvimento brasileiro. E seria exatamente pela existência de um setor "tradicional", no qual a pequena propriedade é preservada, que a agricultura estaria impedida de desempenhar suas funções. Para ambas as teses, portanto, o desenvolvimento do capitalismo era pensado quase que exclusivamente como a eliminação das relações de produção "atrasadas". Com a única diferença que, na tese feudal, esta eliminação se definia como algo a se fazer; enquanto que na capitalista ela já estava em curso. As consequências dessas análises a nível de propostas políticas mecanicistas para a questão agrária brasileira são óbvias.

Daí, a importância de uma retomada destas questões, a fim de que se possa contribuir para o esforço de repensar a questão agrária enquanto uma questão político-social. Isto porque ela jamais poderá ser entendida assim, se o desenvolvimento do capitalismo na agricultura continuar sendo visto de forma linear. Ora, a análise de uma situação de recriação da pequena propriedade, que se faz simultaneamente com a proletarianização do trabalhador rural, é algo em si mesmo problematizador daquela linha de abordagem. E, enquanto tal, permitirá que o estudo dos determinantes econômicos do caso em questão, se faça sem prejuízo da reflexão, da questão social e política inerentes a ele. Em outras palavras, acredita-se que a

análise detalhada de uma das mediações através das quais se realiza o Capitalismo na Agricultura brasileira possa fornecer, não apenas subsídios para o conhecimento estrutural da questão agrária brasileira, mas também elementos para a compreensão da prática-político-ideológica de seus agentes. Isto é, da forma específica pela qual os agentes sociais vivenciam a estrutura em questão. A preocupação aqui não é, portanto, exclusivamente como estes trabalhadores estão participando do processo de acumulação de capital, mas também detectar a forma específica através da qual eles percebem esta participação.

Um primeiro passo nesta direção é lembrar que hoje o pequeno proprietário não é mais um campones tradicional. Isto basicamente porque a pequena produção está subordinada ao capital. E é este atrelamento deste grupo de pequenos proprietários a todo o processo de acumulação de capital que permite entender porque o pequeno proprietário é obrigado a articular suas atividades de pequeno produtor com atividades tipicamente proletárias, e porque, mesmo assim, suas condições de vida se deterioram.

Na verdade, Caio Pardo Jr. já havia percebido que a pequena propriedade, quando sobrevivia, era utilizada em benefício da própria acumulação de capital. Essas "sobrevivências escravistas", segundo ele, "longe de se constituírem obstáculos ao desenvolvimento e progresso do capitalismo, têm sido altamente favoráveis, pois contribuem para a compressão da remuneração do trabalhador, ampliando com isso a parte da mais valia, e favorecendo por conseguinte a acumulação ca-

pitalista. O que sobra do escravismo representa assim um elemento de que o capitalismo se prevalece, e em que frequentemente se apoia, uma vez que o baixo custo da mão-de-obra torna possível em muitos casos a sobrevivência de empreendimentos de outra forma deficitários... As sobrevivências pré-capitalistas nas relações de trabalho na agropecuária brasileira, longe de gerarem obstáculo e contradições opostas ao desenvolvimento capitalista, têm, ao contrário, contribuído para ele". (PRADO JR., 1966: 150/151).

Subordinação da pequena propriedade ao capital significa, em primeiro lugar, que as relações de produção que têm como base o trabalhador totalmente expropriado, ou seja, baseadas em relações de trabalho exclusivamente assalariadas e a pequena produção se articulam dentro de um padrão de acumulação específico.

Significa portanto, que a pequena produção não é mais vista como "resquício feudal" nem como "sobrevivência escravista", mas sim como parte integrante do próprio processo de acumulação capitalista. A pequena propriedade não é, em resumo, vista como algo externo, alheio ao capital, mas como parte dele mesmo, "como uma forma adequada (em determinadas circunstâncias e momentos concretos), ao movimento de acumulação" (GRAZIANO DA SILVA, 1980b: 10).

Subordinação da pequena propriedade ao capital significa, ainda, uma vinculação ao nível da produção, e não meramente da circulação, entre a pequena propriedade e o setor propriamente capitalista. Significa, finalmente, que à medida que a pequena propriedade se submete ao capital, ela se mo

difica e se transforma, a fim de se adaptar a esse padrão de acumulação específico. Assim, quando se fala de subordinação da pequena produção ao capital, uma primeira questão que deve ser ressaltada é que a pequena propriedade está sendo recriada, mas em novos moldes. Ou seja, na medida em que a pequena propriedade é recriada, ela é ao mesmo tempo transformada. "No movimento de reprodução dessas formas, ou seja, quando o "velho" se reproduz no "novo", propiciando condições para a expansão deste, ao mesmo tempo o próprio "velho" ressurgue, modificado, nas suas relações com o "novo" (Oliveira, citado em GRAZIANO DA SILVA, 1978:7). Assim, o processo não é de simples conservação, mas de conservação-dissolução (Bettelheim, citado em Wanderley, 1976: 539). Resumindo, a recriação da pequena propriedade é regida agora pela lógica do capital e não mais por qualquer lógica interna sua.

A importância de se levantar a questão da subordinação da pequena propriedade reside assim exatamente em que, ao mesmo tempo que se está falando de reprodução da pequena propriedade, está se referindo à transformação deste pequeno proprietário num trabalhador para o capital.^{1/}

É neste contexto que faz sentido ressaltar as transformações que ocorrem no interior da pequena propriedade, ao mesmo tempo que se fala em sua recriação, recriação esta subordinada ao capital. É exatamente a concepção de uma pequena propriedade subordinada ao capital que permite entender as

^{1/} Sobre esta noção ver WANDERLEY, M. de Nazareth Baudel, "O campones: um trabalhador para o capital", Grupo de Estudos Agrários, UNICAMP, 113 pp., Versão Preliminar, (mimeo), 1979.

transformações que ocorrem em seu interior. E é só a partir de um entendimento destas transformações que se pode compreender o que é o pequeno proprietário hoje.

Uma primeira transformação importante por que passa a pequena propriedade é o assalariamento de mão-de-obra. Tal fato é apenas aparentemente paradoxal com o que foi colocado acima, ou seja, com a afirmação de que a subordinação da pequena propriedade ao capital significa ao mesmo tempo uma piora nas condições de existência do pequeno proprietário. Isto porque uma das razões que torna o assalariamento de diaristas necessário é o próprio baixo nível tecnológico existente na propriedade. Na medida em que a mecanização é escassa, esta deve ser compensada por um emprego maciço de mão-de-obra, nem sempre possível de ser suprido dentro da propriedade. Em outras palavras, é a própria impossibilidade de elevar o nível de utilização de equipamentos e insumos modernos, devido à sua precária situação econômica que leva os pequenos proprietários a contratar mão-de-obra em determinados períodos do ano agrícola.

Uma segunda razão para essa contratação de diaristas, e que confirma a tese de que a reprodução do pequeno proprietário é agora uma reprodução subordinada ao capital, e portanto no seu interesse, é que agora o próprio proprietário e/ou outros membros de sua família se assalariam. Como parte da família se ausenta durante um período do ano, vendendo sua força de trabalho, os membros da família que permanecem têm que aumentar a intensidade do seu trabalho, para suprir a falta dos que saíram. Entretanto, muitas vezes isto não é sufi

ciente, havendo necessidade de contratar diatistas para executar parte das tarefas do sítio. Em outras palavras, na medida em que parte da família permanece cada vez mais tempo fora da propriedade, o pequeno proprietário se vê na contingência de ter que contratar alguém que execute pelo menos parte de suas tarefas na propriedade.^{1/} Assim, um fato que na sua aparência indicava uma melhoria das condições de vida no interior da pequena propriedade, na verdade revela que está se tornando cada vez mais insuficiente.

A contratação de assalariados temporários por parte dos pequenos proprietários está ainda relacionada com a própria mercantilização das relações de trabalho na agricultura. De certa forma, relações como o mutirão, a troca de dias de serviço, etc. evitavam a contratação de diaristas na época em que a necessidade de mão-de-obra aumentava. Com o desaparecimento destas formas de auxílio mútuo, a única alternativa quando, por algum motivo, ocorre um aumento da necessidade de mão-de-obra é a compra de força de trabalho, ou seja, a contratação de diaristas. Esta impossibilidade dos vizinhos se socorrerem mutuamente - traduzida no quase desaparecimento do mutirão - está também estreitamente relacionada à tãda desorganização que ocorre no interior da pequena propriedade quando parte crescente da família passa a se assalariar.

^{1/} Kautsky já havia alertado para esta consequência da diminuição da família camponesa, quando afirmava que "os que ficam devem naturalmente matar-se durante o verão, mas os seus esforços não bastam para suprir o trabalho dos que partiram. Urge, portanto, o engajamento de braços auxiliares, de *operários assalariados*, que são ocupados durante o tempo de serviço mais duro e que podem ser dispensados tão logo que não se tenha mais necessidade deles" (Kautsky, 1968:30).

Portanto, decididamente, a contratação de assalariados temporários por pequenos proprietários, longe de significar uma melhoria em suas condições de existência, na realidade indicam uma degradação de sua condição de vida.

Mais que isto, a contratação de trabalhadores assalariados temporários por parte de pequenos proprietários está intimamente relacionados a uma segunda e mais significativa transformação que ocorre no interior da pequena propriedade, que é o já mencionado assalariamento temporário de seus membros. Isto significa que enquanto antes tãda a atividade do proprietário e sua família era exercida no interior da propriedade, hoje ele exerce parte dela fora, vendendo sua força de trabalho.

Resumidamente, o assalariamento sazonal de pequenos proprietários está relacionado à insuficiência da pequena propriedade. A pequena propriedade é insuficiente para manter toda a família dela dependente. Daí a necessidade de se levantar as questões relacionadas ao porque desta insuficiência de se buscar fora da propriedade uma renda complementar.

Basicamente, a degradação das condições de vida do pequeno proprietário deve-se ao próprio abandono da auto-subsistência a que o levou o desenvolvimento capitalista. As dificuldades crescentes do pequeno proprietário devem-se à sua interação na economia de mercado. Com o desenvolvimento do capitalismo, "o campones é forçado a se integrar no mercado: mercado de trabalho, de terras, de produtos e de insumos" (Wanderley, 1976: 540).

O desaparecimento da indústria domiciliar, por exemplo, leva o pequeno proprietário a depender cada vez mais da indústria urbana capitalista.

A principal consequência desta inserção do pequeno proprietário no mercado capitalista é uma necessidade de dinheiro cada vez maior. O pequeno proprietário é agora forçado a dispor de uma renda monetária com a qual adquire os bens que não produz. Instaura-se entre eles o poder do dinheiro. Em síntese, rompe-se o equilíbrio que permitia ao pequeno proprietário viver num regime praticamente de autosubsistência. Enquanto antes o pequeno proprietário produzia internamente quase tudo o que necessitava, agora ele é obrigado a recorrer ao mercado cada vez mais constantemente, a fim de adquirir um número cada vez maior de produtos. O resultado é que o pequeno proprietário hoje é obrigado a produzir um "excedente" cada vez maior de produtos, o qual deverá ser vendido para a obtenção do dinheiro necessário. Como isto dificilmente é viável, na medida em que a própria família geralmente consome toda a escassa produção do sítio, o único recurso é o assalariamento de parte dos membros da família.

Resumindo, as modificações ocorridas no interior da pequena propriedade, e que estão estreitamente vinculadas à crescente necessidade de assalariamento de seus membros operam no sentido de torná-la "cada vez mais dependentes dos mecanismos estruturais do mercado, em vários níveis:

- na obtenção de seus meios de vida;
- na compra de insumos da produção, dos instrumentos de trabalho e da própria terra;

- na venda de suas mercadorias em grau crescente;
- no mercado de trabalho, tanto fornecendo temporariamente sua força de trabalho para as grandes propriedades, como contratando eventualmente empregados para complementar a força-de-trabalho familiar (Graziano da Silva, 1980b: 18).

Assim, um primeiro papel forçadamente assumido pelos proprietários é o de fornecedor de matérias-primas industrial ^{1/} e um segundo, de especial interesse para o caso aqui em análise, que é o de fornecedora de mão-de-obra para o setor capitalista.

São exatamente estas unidades de produção insuficientes que "geram parte significativa do exército industrial de reserva, assumindo a sua reprodução, que dessa maneira deixa de constituir um ônus para o capital" (Wanderley, 1978:38). A pequena propriedade provê o setor capitalista de uma mão-de-obra barata, na medida em que esta mão-de-obra se autoreproduz ao produzir sua própria subsistência.

Resumindo, "a economia camponesa representa para a formação social dominada pelo capital um papel fundamental na reprodução ampliada da força de trabalho. Isto não só diretamente através do êxodo rural, mas igualmente enquanto ela constitui um "exército de reserva", onde encontrará mão-de-o-

^{1/} Graziano da Silva discute com detalhes as modificações ocorridas no interior da pequena propriedade quando esta passa a ser fornecedora de matéria-prima para a indústria, em "A Pequena Produção e As Transformações da Agricultura Brasileira". Aqui não se deterá nestas transformações na medida que os pequenos proprietários em análise não são fornecedores de matéria prima industrial.

bra quando esta lhe for necessária e com a qual não tem "obrigações" quando não lhe é útil, pois sua reprodução é assegurada precisamente pela economia camponesa" (Wanderley, 1976 : 539). Enfim, a "permanência do campesinato se explica na medida em que não é a economia camponesa não constitui um obstáculo à dominação do capital, mas sobretudo na medida em que ela "foi e continua ainda, em circunstâncias históricas bem definidas, a melhor forma de organizar a produção agrícola num sentido favorável ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e que ela é necessária enquanto este não tem condições de resolver certos problemas colocados pela produção agrícola (Jollivet citado em Wanderley, 1977: 538).

O assalariamento temporário do pequeno proprietário não é entretanto a única forma pela qual a pequena propriedade se subordina ao capital, embora esta seja a forma que interessa neste estudo específico.^{1/} Isto porque a venda direta da força-de-trabalho é o caso mais evidente daquilo que se vem insistindo até o momento, ou seja, de que o pequeno proprietário se encontra, tanto quanto o proletário, submetido ao capital.

Em outras palavras, é a forma que torna possível

^{1/} Com relação à pequena propriedade capitalista por exemplo, a "apropriação do excedente dá-se através do financiamento dos insumos e da "assistência técnica", que cria uma dependência do pequeno proprietário e o força a adotar um novo padrão técnico; e através da venda num mercado monopsonico da matéria-prima industrial por ele produzida" (Graziano da Silva, 1980b:8). Sobre este tipo de subordinação do pequeno proprietário ao capital ver Tavares dos Santos, J.V. *Os Colonos do Vinho*, Hucitec, São Paulo, 1978.

compreender a dupla referência deste grupo de trabalhadores, mencionada anteriormente. É aí que se passa a ver esta dupla referência como duas formas de submissão do trabalho ao capital.

As diferentes formas de submissão da pequena propriedade ao capital existem porque o próprio conceito de pequena propriedade comporta uma heterogeneidade muito grande em seu interior. Existem relações de produção bastante diversas incluídas neste conceito. Existe, por exemplo, a pequena propriedade ainda fundamentalmente baseada na mão-de-obra familiar, voltada basicamente para a subsistência, e existe a pequena propriedade capitalista, tecnificada, uma pequena empresa que visa o lucro e baseada no trabalho assalariado. Existe a pequena propriedade cujo principal objetivo é a produção de mercadorias e existe a pequena propriedade cuja meta prioritária é a reprodução da família. Existe a pequena propriedade incrustada dentro da grande propriedade e existe a pequena propriedade independente dela.

No caso em estudo, pode-se, resumidamente, dizer que se trata da pequena propriedade baseada na mão-de-obra familiar e voltada para a subsistência, isto é, para a reprodução da família ou da força-de-trabalho para o capital.

A questão dos diversos tipos de pequena propriedade adquire importância na medida em que se insere a questão da própria heterogeneidade do desenvolvimento capitalista no Brasil. É inviável pensar a questão agrária hoje considerando-se a pequena propriedade como algo homogêneo e único.

Graziano da Silva explicita a importância de se enfatizar estas várias formas de subordinação da pequena propriedade ao capital: "em todos os casos citados o importante é perceber que o campesinato a que se está referindo não é absolutamente independente ou desconectado do circuito global do capital. Ele se apresenta sim extremamente atrelado a esse circuito, sob formas variadas" (Graziano da Silva, 1980b : 9). Em outras palavras, o que o pequeno proprietário perde ao se subordinar ao capital é principalmente sua autonomia, autonomia esta que ele é obrigado a ceder em troca de sua sobrevivência.

Em resumo, a subordinação do pequeno proprietário ao capital provocou alterações importantes no interior da pequena propriedade, alterações que, se por um lado, não permitem que se fale mais em pequena produção como impecilho ao desenvolvimento do capitalismo - na medida em que agora se percebe sua manutenção e recriação como articuladas à própria dinâmica de acumulação de capital - de outro, reduziram ou eliminaram a antiga autonomia do pequeno proprietário e provocaram, na grande maioria dos casos, uma insuficiência crônica desta pequena propriedade, insuficiência que se deve basicamente à subordinação da pequena propriedade ao capital, na sua transformação num "trabalhador para o capital". Isto porque qualquer "excedente" eventualmente produzido não é apropriado pelo pequeno proprietário mas escoado para o setor capitalista como parte integrante da própria dinâmica de acumulação de capital.

A questão de porque a pequena propriedade se mantém

fica portanto praticamente esclarecida. O pequeno proprietário subsiste porque desempenha importantes papéis dentro da economia, papéis estes que desempenha com grande eficiência, exatamente devido à sua subordinação ao capital, ou seja, às custas da degradação de sua condução de vida, à custa da precariedade e insuficiência de sua propriedade, do sobretrabalho e do subconsumo simultâneos.

Entretanto, enfatizar a importância da pequena propriedade para o próprio processo de acumulação de capital, ressaltar os novos papéis assumidos pelo pequeno proprietário hoje, ou seja, afirmar que a pequena produção, na medida em que está subordinada ao capital não pode ser vista como um impedimento ao desenvolvimento do capitalismo, não significa enfatizar sua reprodução ilimitada como consequência do próprio desenvolvimento. Ao contrário, o interesse, além de verificar como a pequena propriedade se recria, é ver como ela se transforma.^{1/}

Em outras palavras, ao se falar em subordinação da pequena produção ao capital, na sua recriação, está se falando também na proletarianização do pequeno proprietário. Ou seja, a proletarianização aqui está sendo vista como um processo mais amplo, e "o fato do capitalismo reproduzir a pequena produção, a produção camponesa, numa determinada fase histórica, não invalida o argumento de que sua evolução também é parte do processo de proletarianização" (Graziano da Silva, 1980a:68)". Portanto, sob esta ótica, não existe contradição entre prole-

^{1/} A este respeito ver Vinicius Caldeira Brant, "Estrutura Agrária e Democracia na América Latina", Em Estudos CEBRAP nº 27, p. 88.

tarização de um lado e recriação da pequena propriedade de outro. O que existe são trabalhadores diversos participando de um mesmo processo que é o da reprodução ampliada da força-de-trabalho. O que existe é um processo dinâmico de diferenciação dos pequenos proprietários que os conduz, de um lado, à pequena propriedade capitalista, e de outro a proletarização, entendida no seu sentido mais amplo isto é, enquanto processo histórico. Uma pequena parcela de pequenos proprietários transformando-se em pequenos capitalistas e uma grande maioria se transformando em pequenos proprietários insuficientes ou simplesmente "bóias-frias". O que existe, em resumo, é um capitalismo desigual que inclui esta gama diversa de relações de trabalho. Capitalismo que, portanto, inclui trabalhadores diversos com interesses diversos.

A própria via de desenvolvimento do capitalismo na agricultura é responsável pela coexistência dessas várias formas de relação de trabalho, que são mantidas no interesse do próprio capital. No caso da categoria aqui analisada, "o próprio capital cria a situação de dupla referencia, reduzindo, sem eliminar totalmente, as bases produtivas a que tem acesso o trabalhador, forçando-o assim, a se tornar fonte de uma outra forma de sobretrabalho, a mais valia" (Wanderley, 1978: 38).

Um aspecto desta via de desenvolvimento que necessita ser ressaltado - na medida que demonstra que esta é a via que convém ao capital e não ao trabalhador - é que a modernização da agricultura tem sido o que se pode chamar de "modernização conservadora", modernização que "privilegia apenas algumas culturas e regiões, assim como alguns tipos específicos de

unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Nunca uma transformação dinâmica e auto-sustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado (Graziano da Silva, 1978 : 258). Diferentemente do que ocorreu nos países centrais, não ocorre no Brasil uma mecanização total do processo produtivo. A mecanização fica restrita basicamente às fases do plantio e tratamentos culturais, sendo a colheita mais dificilmente mecanizada. Este processo aumenta, portanto, enormemente a sazonalidade da demanda de mão-de-obra na agricultura, tornando interessante, do ponto de vista do capital, deixar de manter o trabalhador o ano todo na propriedade para contratá-lo apenas nas épocas de maior necessidade.

Naturalmente, e isto é o que deve ser enfatizado, para o trabalhador estas alterações nas relações de trabalho foram altamente desvantajosas. Significaram não só uma maior instabilidade no emprego, como um menor número de dias de trabalho durante o ano, o que significa um rebaixamento do salário global obtido por estes trabalhadores que na sua maioria são horistas ou diaristas.

Em resumo, a própria maneira como se dá a proletarianização do trabalhador rural é marcada por este padrão de desenvolvimento capitalista. Como a necessidade de mão-de-obra durante a colheita principalmente continua grande, não se pode, a exemplo dos países capitalistas adiantados, manter alguns poucos assalariados permanentes na propriedade, que com o auxílio de máquinas conseguiriam realizar grande parte das tarefas agrícolas. Portanto, o "bóia-fria", assim como a manuten

ção da pequena propriedade é fruto desse padrão de desenvolvimento que combina o "moderno" e o "atrasado" e se desenvolve desigualmente nos diferentes setores da economia. ^{1/} Padrão de desenvolvimento que em qualquer dos casos significou uma degradação das condições de existência do trabalhador rural. Padrão de desenvolvimento no qual tanto o trabalhador rural já totalmente expropriado, o "bóia-fria", como os pequenos proprietários que esporadicamente se assalariam têm sua razão de ser, na medida em que são altamente vantajosos neste padrão de desenvolvimento onde a sazonalidade natural da demanda por mão-de-obra na agricultura foi enormemente acentuada. Ambos possuem vínculos empregatícios débeis que, quando existem, são válidos apenas para o período no qual são necessários para a empresa. ^{2/}

Finalmente, podem ser explicitadas as implicações políticas desta concepção que rompe com a visão de que o capitalismo no Brasil se desenvolveu de forma homogênea, linear. "Especialmente na agricultura, o fato de que a acumulação capitalista não implique necessariamente uma homogeneização das relações de exploração, mas possa ao contrário determinar uma variedade de formas de organização produtiva, determina que a contradição entre capital e trabalho assuma novas configurações. Se em certas áreas o mercado de trabalho se homogeneiza ao ponto de unificar o exército industrial de reserva urbana e rural, a própria ampliação dos contingentes desse exérci

^{1/} A respeito da noção de desenvolvimento desigual e combinado, ver Trotsky, L. *A História da Revolução Russa*, Paz e Terra, 2ª edição, 1977, pp. 24/25.

^{2/} No caso das usinas, tanto os "boias-frias", como estes pequenos proprietários que estão sendo analisados são contratados especificamente para o período da safra.

to dá origem à reprodução de formas não assalariadas de trabalho onde quer que elas possam se exercer. Os diversos modos de subordinação dessas formas não assalariadas ao capital mediatizam a coalizão de interesses entre as diversas categorias de trabalhadores. Se no horizonte da organização geral da sociedade encontra-se uma articulação das formas de exploração, no âmbito particular de cada uma dessas formas os interesses imediatos parecem dissociados uns dos outros. Trata-se de obter determinado emprego, ou salário, de enfrentar determinadas condições de preço, de opor-se a determinado invasor de terra, de negociar determinado contrato de arrendamento, de ter acesso a determinado crédito, diante de atores distintos. A arena política torna-se o único espaço de unificação de interesse (Brant, 1980, 97/98). ^{1/}

A citação é longa, mas tem a capacidade de resumir com precisão o porque da insistência em se ressaltar a heterogeneidade do desenvolvimento do nosso capitalismo. Como pensar a questão agrária hoje sem considerar que o "bóia-fria" e os pequenos proprietários, embora subordinados ao capital, possuem interesses diversos e que mesmo entre os pequenos proprietários há divergências porque tampouco entre eles existe homogeneidade? Como ignorar que o pequeno proprietário assume novos papéis políticos em decorrência das novas funções que assume na economia?

^{1/} Não se pode esquecer, inclusive, que a própria subordinação da pequena propriedade ao capital não elimina as contradições, mas ao contrário, cria novas contradições. É por isto que a análise não pode ser considerada funcionalista. Ver a este respeito SILVA, Sérgio, "Formas de Acumulação e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo", in Pinsky, J. (org.), *Capital e Trabalho no Campo*, São Paulo, Hucitec, pp. 7/24.

O conflito de classes no campo não pode ser mais resumido nem na contradição entre latifundiários e camponeses como queriam os defensores da tese "feudal" nem entre empresários capitalistas e trabalhadores assalariados como querem os seguidores de Caio Prado Jr. A própria dupla referência do grupo aqui analisado impede que a luta de classes seja colocada nestes termos.

Neste sentido, as próprias soluções para a questão agrária não podem ser buscadas numa única direção como fazem Alberto Passos e Caio Prado. Para Alberto Passos a solução para a questão agrária seria unicamente via reforma agrária, cujo objetivo principal seria exatamente destruir as relações de produção "atrasadas" para permitir um maior desenvolvimento econômico ou seja, uma maior nível de industrialização no país. ^{1/} Por outro lado, para Caio Prado Jr. a reforma agrária tinha um caráter completamente secundário, e o eixo das reivindicações dos trabalhadores rurais deveria girar em torno da melhoria das condições de emprego e da aplicação da legislação trabalhista de modo geral.

Enfim, no plano político, a divergência entre Caio Prado e Alberto Passos também era colocada de forma mecânica. Para um a reivindicação geral da população rural era a posse da terra; para o outro a melhoria das condições de vida e emprego.

^{1/} Para Alberto Passos a reforma agrária deveria "destruir pela base um duplo sistema espoliativo e opressivo; romper e extirpar, simultaneamente, as relações semicoloniais de dependência ao imperialismo e os vínculos semifeudais de subordinação ao poder extra-econômico, político e "jurídico" da classe latifundiária. E tudo isto para libertar as forças produtivas e abrir novos caminhos à emancipação econômica e ao progresso de nosso país" (Guimarães, 1968: 38).

Apesar das divergências a nível estratégico porém , o objetivo tático não deixava de ser o mesmo: tornar o Brasil um país industrializado e desenvolvido.

Tendo em vista a heterogeneidade do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, parece inviável a existência de uma solução única para a questão agrária hoje.

O presente trabalho pretende simplesmente contribuir para o conhecimento da complexa gama de problemas contidos na questão agrária brasileira. E o pretende, na medida em que se dispõe a analisar uma das mediações através das quais se recria a pequena propriedade, na direção do processo de proletarianização, pensado historicamente.

CAPÍTULO 2

AS REGIÕES

O objetivo deste capítulo é o fornecimento dos dados secundários relativos à estrutura da produção agrícola das regiões de origem e destino do grupo de trabalhadores em estudo.^{1/} Através deles pretende-se fornecer um quadro geral da economia rural em que estes trabalhadores estão inseridos. Só assim poder-se-á entender com maior clareza as informações fornecidas pelas entrevistas. Esta é a razão de se apresentar o volume relativamente grande de tabelas que aparecerão no decorrer do capítulo. Todas elas, porém, estão diretamente relacionadas com o objetivo acima mencionado.

Com relação à estrutura formal do capítulo, serão primeiramente apresentados os dados relativos à Microregião Sanfranciscana de Januária, região de origem dos trabalhadores em análise, e numa segunda parte os dados relativos à Microregião Depressão Periférica Setentrional, região para onde eles se dirigem, finalizando com uma comparação entre as duas regiões. Muitas vezes os dados gerais sobre as microregiões serão complementados com dados relativos aos municípios específicos de onde saem e para onde se dirigem estes trabalhado-

^{1/} A quase totalidade dos dados utilizados neste capítulo foi extraída dos censos agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, sendo que alguns dados relativos à mão-de-obra foram retirados dos Cadastros do Incra. Isto porque os dados do Censo referem-se apenas à data em que foi feita a coleta de dados, o que torna difícil estimar, por exemplo, o número de assalariados temporários, cujo emprego oscila bastante durante o ano agrícola.

res, quais sejam, Montalvânia e Pirassununga respectivamente. Além de complementar os dados das microregiões, o fornecimento dos dados a nível de município tem muito o objetivo de verificar se se trata de municípios que possuem as mesmas características gerais da microregião na qual estão inseridos ou se são municípios atípicos dentro delas. Os dados a nível de município serão sempre apresentados imediatamente após os dados da microregião.

Os dados referentes à Microregião Depressão Periférica Setentrional e à Pirassununga serão complementados com dados da própria unidade produtiva para a qual estes trabalhadores se dirigem, qual seja, a Usina São Luiz.

Antes da apresentação dos dados em si, é preciso adiantar que se trata de regiões completamente distintas, principalmente no que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas. De um lado está a microregião Depressão Periférica Setentrional, bastante desenvolvida no que diz respeito às forças produtivas capitalistas. De outro, a Microregião Sanfranciscana de Januária, onde o desenvolvimento destas forças produtivas é ainda bastante incipiente. Enfim, duas regiões que exemplificam com perfeição o desenvolvimento heterogêneo do capitalismo no Brasil sobre o qual tanto se insistiu no Capítulo anterior. Já então havia sido colocado que o padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil, longe de ser linear, ou seja, longe de ir fatalmente destruindo o "atrasado" e se apossando de maneira homogênea de todas as regiões e de todos os setores da economia, se caracteriza por combinar o "moderno" e o "atrasado" e se desenvolver desigualmente nos

diferentes setores da economia.^{1/} Assim, as disparidades entre as duas regiões, que apontam para o desenvolvimento desigual do capitalismo no Brasil, funcionarão como uma espécie de "fio condutor" para todo o capítulo.

2.1. Microregião Sanfranciscana de Januária ^{2/}

Esta região é composta dos municípios de Januária, Manga, Montalvânia, Itacarambi e São Francisco. Está localizada na região do Alto-Médio São Francisco, exatamente na divisa entre os estados de Minas Gerais e Bahia. Alguns municípios, como Januária por exemplo, pertencem ao estado da Bahia, enquanto outros, como Montalvânia, à Minas Gerais.

O município de Montalvânia especificamente, tem como coordenadas geográficas 14°43'20" de latitude Sul e 43°56' de longitude W Gr. Dista da capital do Estado em linha reta, 571 km, no rumo N. Está a 500 m de altitude. ^{3/}

^{1/} A este respeito ver Graziano da Silva, coord., Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, Hucitec, São Paulo, 1978.

^{2/} A análise da evolução das duas microregiões abrangirá o período que vai de 1960 a 1975. Como os dados do Censo de 1960 referem-se às zonas fisiográficas e os de 1970 a 1975 à microregiões homogêneas, teve-se que compor, para 1960, a microregião a partir da soma dos municípios que compunham em 1970 e 1975. Alguns municípios componentes da Microregião Sanfranciscana de Januária em 1970 e 1975, inclusive Montalvânia, não haviam ainda sido elevadas à categoria de município. Porém, como foram desmembrados de municípios já incluídos na microregião em 1960, foi possível compatibilizar os dados a nível de microregião.

^{3/} Os dados históricos-geográficos relativos ao município de Montalvânia foram extraídos do Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais, de Waldemar de Almeida Barbosa, Belo Horizonte, Editora Saterb, 1971, pp. 294/295.

Montalvânia tinha, em 1970, uma população de 25.566 habitantes, a qual era eminentemente rural (80%), segundo os dados do Censo Demográfico.

Ainda segundo os dados do Censo, 83% da população de Montalvânia dependia das atividades agropecuárias para sua sobrevivência, enquanto menos de 3% dependia das atividades industriais. As demais atividades, tais como comércio, prestação de serviços e transportes têm importância reduzida no município.

Estes dados iniciais portanto, já permitem apontar para um débil desenvolvimento das forças produtivas na região em geral e no município em particular.

Montalvânia é cidade bastante nova. Foi fundada a 22 de abril de 1952, por Antônio Lopo Montalvão, e emancipada no município de Manga em dezembro de 1962.

A importância de se destacar que se trata de uma região nova e ainda em formação, reside em que é a partir deste dado que se torna possível explicar como foi um dia viável para estes pequenos proprietários adquirir terras na região, apesar da sua precária situação financeira. Acontece que "o local onde está Montalvânia era, até 1952, uma grande fazenda com terras inproveitadas, rodeada por outras fazendas grandes e pequenas, dentro do município de Manga. Era mínimo o valor destas terras" (Barbosa, 1971, 294) (grifo meu).

Em outras palavras, foi possível para estes pequenos proprietários adquirir terras numa fase de ocupação da região. É o que os dados das Tabelas 1 e 2 mostram em detalhe.

A Tabela 1 permite observar as alterações na estrutura da posse da terra na MRH Sanfranciscana de Januária. Ela indica as taxas anuais de variação do número e área total dos estabelecimentos rurais nos diversos estratos de área.

Tabela 1. Estrutura da posse da terra: taxas geométricas de variação anual, MRH Sanfranciscana de Januária, 1960/70/75.

Estratos (ha)	1960/70		1970/75		1960/75	
	Nº est.	Área	Nº est.	Área	Nº est.	Área
- de 10	+9,9	+9,7	+13,4	+10,0	+11,1	+9,8
10 a -de 20	+10,3	+9,7	-0,5	-0,7	+6,6	+6,1
20 a -de 50	+10,0	+9,5	-0,4	-0,2	+6,4	+6,2
50 a -de 100	+5,9	+5,5	+3,0	+2,5	+4,9	+4,5
100 a -de 200	+4,8	+4,7	-0,8	-1,2	+2,9	+2,7
200 a -de 500	+3,5	+3,5	-0,7	-1,0	+2,1	+2,0
500 a -de 1000	+5,0	+5,1	-0,6	-1,0	+3,1	+3,0
1000 e mais	+1,7	+2,1	+7,2	+1,7	+3,5	+2,0
Total	+7,6	+3,8	+2,1	+0,5	+5,8	+2,7

Fonte: FIBGE ^{1/}

^{1/} Há uma observação importante sobre a natureza das fontes utilizadas que deve ser feita já nesta primeira tabela. A unidade pesquisada pelo FIBGE é o *estabelecimento*, definido como sendo "todo terreno, de área contínua, independente do tamanho, formado de uma ou mais parcelas confinantes, sujeito a uma única administração onde se processa uma exploração Agropecuária (IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário, VIII Recenseamento Geral, 1970, Rio de Janeiro, 1973, p. 13). É necessário distinguir o *estabelecimento* do *imóvel*, unidade utilizada nos Cadastros Rurais do INCRA, definido como sendo "o prédio rústico, de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencentes a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizada em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial" (Estatísticas Cadastrais I, p. IX). Enquanto o estabelecimento é uma unidade *administrativa*, o imóvel é uma unidade de *propriedade*. Além disto, o estabelecimento é basicamente uma unidade de produção, o que não ocorre necessariamente em relação ao imóvel, que abrange também as propriedades inexploradas. Não é possível, portanto, realizar comparação direta entre os dados do Censo e os do INCRA.

Na década 1960/70, houve um aumento considerável no número e na área dos estabelecimentos em todos os estratos de área. Os estabelecimentos menores foram os que tiveram uma maior taxa de crescimento anual, tanto em termos de número quanto de área nesta década. Os acima de 1.000 hectares, foram os que menos se expandiram.^{1/}

Este aumento no número e área dos estabelecimentos em todos os estratos de área, principalmente das até 50 hectares, é em si um indicador de que a década 1960/70 foi uma década de ocupação da região. Os dados podem indicar que na década 1960/70 a fronteira ainda não estava fechada na região. O grande aumento da área total ocupada na década é mais um indicador neste sentido, assim como o é a grande presença dos ocupantes, conforme poderá ser observado na Tabela 2. Estes, que representavam apenas 2,1% dos produtores da região e detinham somente 0,6% da área em 1960, passaram a representar 16,4% dos estabelecimentos e 4,5% da área em 1970. Ainda era possível, portanto, na região, relações de posse da terra que não se constituíam na propriedade jurídica da terra. Os proprietários propriamente ditos tiveram inclusive sua participação diminuída, tanto em termos de número quanto de área, nesta década, conforme pode ser observado na Tabela 2.

^{1/} A análise será dividida em dois momentos. Um primeiro que abrange a década de 1960/70, e um segundo que abrange o período 1970/75. O corte não obedeceu a nenhum outro critério que o da disponibilidade de dados. A divisão do período 1960/75 em dois períodos menores permite observar possíveis variações dos dados dentro deste período relativamente longo de quinze anos. Permite uma comparação dos dados em dois períodos distintos, além da variação total nos quinze anos (1960/75).

Este foi o contexto bastante específico que permitiu aos pequenos proprietários da região adquirir suas terras.

O importante aqui é ressaltar que a aquisição da terra na região, que até 1970 era relativamente facilitada, passou a se tornar mais difícil, a partir de então. No período 1970/75 já se configura um processo de fechamento da fronteira agrícola e de aumento da concentração da posse da terra na região. Estes processos podem ser confirmados pelos dados apresentados nos Anexos I e II. Os Índices de Gini, apresentados no Anexo III também confirmam o aumento da concentração da posse da terra no município. Os Anexos I e III mostram ainda que em geral as propriedades no município são grandes e que suas áreas médias têm aumentado, o que pode indicar uma agricultura extensiva e portanto pouco capitalizada.

Tabela 2. Evolução do nº e área dos estabelecimentos segundo a condição do produtor (%). MRH Sanfranciscana de Januária. 1960/70/75.

Condição do produtor:	1960		1970		1975		Variação % 1960/75	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	97,3	99,0	82,6	94,9	87,8	98,7	+109,0	+48,8
Parceiro + arrendatário	0,6	0,4	1,0	0,6	0,7	0,1	+153,6	-75,1
Ocupante	2,1	0,6	16,4	4,5	11,5	1,2	+1161,0	+175,2

Fonte: FIBGE

Resumindo, entre 1970 e 1975 o quadro apresentado na década 60/70 já se encontra modificado e os dados parecem indicar que as possibilidades de se conseguir terra na região já haviam diminuído sensivelmente.

A área total tem um crescimento mínimo, e os ocupantes já têm presença reduzida. Os proprietários, por seu lado, aumentam sua participação em número e área. Isto parece indicar que a região já se encontrava praticamente ocupada, embora a ainda elevada presença de ocupantes indique que a estrutura fundiária não estava ainda totalmente consolidada.

Os parceiros e arrendatários, principalmente, tive-

ram suas áreas reduzidas, em termos absolutos, entre 1960 e 1975. A variação do número de posseiros também foi muito superior à sua áreas. Estes são também indicadores de que a fronteira está tendendo a se fechar na região.

Apenas os estabelecimentos com menos de 10 ha, os entre 50 a 100 ha e os de mais de 1000 ha tiveram seu número e área aumentados entre 1970 e 1975. Todos os demais tiveram seu número e área diminuídos, o que parece ser também um indicador de que nesse período mais recente a região já entrava num processo de fechamento da fronteira.

Como não houve nestes cinco anos nenhum aumento considerável na área total da microregião, o que deve ter ocorrido é que os estabelecimentos que tiveram seu número e área aumentados no período, o fizeram a partir da absorção dos estabelecimentos nos demais estratos, num movimento agora não mais de ocupação, mas já de concentração de posse de terra na região.

Uma análise global dos quinze anos compreendidos entre 1960 e 1975, mostra que os estabelecimentos na região, em todos os estratos de área, aumentaram seu número e área, principalmente os pequenos. As com menos de 10 ha por exemplo, aumentaram seu número em mais de 11% ao ano. Este é mais um indicador de que a região é de ocupação recente, estando sua estrutura agrária ainda em fase de consolidação.

Os dados relativos ao uso da terra constituem mais um indicador do débil desenvolvimento das forças produtivas na região. Isto porque, conforme pode-se observar na Tabela

3, trata-se uma região basicamente de pecuária, onde as lavouras, quer permanentes, quer temporárias, têm pouca expressão. A grande presença da pecuária, em detrimento da participação das lavouras, é, em si, um indicador do baixo nível de capitalização dos imóveis. Em 1975, por exemplo, a área destinada à pecuária representava mais da metade da área ocupada da microregião, e tem aumentado sua participação relativa, assim como em termos absolutos.

Tabela 3. Utilização das áreas agrícolas, MRH Sanfranciscana de Januária e MRH Depressão Periférica Setentrional, 1960/70/75 (% em relação à área total e variação 1960/70 e 1960/75)

Utilização das áreas	MRH Sanfransiscana de Januária			Variação (%)	
	1960	1970	1975	1970/70	1970/75
Lavouras Permanentes	0,2	0,1	0,1	- 3,1	-48,2
Lavouras temporárias	3,7	4,3	6,8	67,4	63,4
Pastagens	43,1	37,0	54,0	24,6	50,1
Matas e Florestas	28,9	29,9	19,7	50,2	-32,3
Terras produtivas não utilizadas ou em descanso	15,0	16,5	14,4	59,4	-10,5
Terras improdutivas	9,1	12,2	5,0	87,4	-57,6

Tabela 3. (continuação)

Utilização das áreas	MRH Depressão			Variação (%)	
	Periférica	Setentrional	1975	1960/70	1970/75
Lavouras Permanentes	3,9	5,9	10,9	59,1	91,9
Lavouras Temporárias	16,6	23,7	33,2	50,2	44,7
Pastagens	60,1	119,7	35,7	-13,1	-25,6
Matas e Florestas	12,0	11,8	11,9	4,1	3,9
Terras Produtivas não utilizadas ou em descanso	4,0	5,5	3,6	42,7	-30,9
Terras Improdutivas	3,4	3,6	4,7	10,8	35,1

Fonte: FIBGE

A participação das lavouras, principalmente permanentes, é bastante pequena, na região. As instabilidades climáticas dificultam seu cultivo e a pecuária surge então como uma alternativa mais segura.

A variação em termos absolutos mostra que as lavouras permanentes tiveram sua área bastante diminuída, tanto na década de 1960/70, quanto no período 1970/75. As lavouras temporárias entretanto tiveram sua área aumentada em mais de 60% em ambos os períodos. Este aumento, que é o maior verificado entre as diferentes destinações de terra, parece ter ocorrido em função de uma expansão momentânea da área cultivada com algodão, cujo cultivo entretanto será posteriormente abandonado, como se pode observar na Tabela 4.

A região caracteriza-se ainda por uma grande presen-

ça de matas e florestas, além de algumas áreas improdutivas. A presença de terras improdutivas deve-se ao fato da região ser bastante montanhosa, sendo abundantes as serras calcáreas.

A presença de terras produtivas não utilizadas ou em descanso é ainda maior que a das terras improdutivas. Em termos absolutos, embora ambas apresentassem altas variações positivas na década 1960/70, variação que passa a ser negativa entre 1970/75, principalmente com relação às terras improdutivas. A utilização de terras produtivas anteriormente não utilizadas, e principalmente as terras até então consideradas improdutivas, parece indicar que entre 1970 e 1975 passa a haver uma pressão sobre a terra, inexistente na década 1960/70. Este pode ser mais um indicador de que na década de 1960/70 a região ainda estava sendo ocupada enquanto que a partir de então a fronteira já se encontra em processo de fechamento.

Estes dados são todos confirmados a nível de município, conforme pode ser observado na Anexo IV.

Os dados relativos à estrutura da produção auxiliam em muito, a mostrar o débil desenvolvimento das forças produtivas na região. Isto porque, em resumo, eles demonstram que a região é típica de policultura alimentar. Em outras palavras, isto significa que o conjunto de produtos agrícolas tipicamente alimentares (arroz, feijão, mandioca, hortifrutigranjeiros, milho, suínos, cebola, batata inglesa e trigo), representam cerca de 40% ou mais do valor da produção agropecuária, sem que haja destaque para algum produto alimentar, industrial ou de pecuária isoladamente (Convênio INCRA/UNICAMP, 1975:33). Naturalmente, não é novidade que os produtos típi

camente alimentares, principalmente os destinados à subsistência, estão geralmente associados a um baixo nível de tecnificação, a uma baixa produção por hectare e a remunerações inferiores às recebidas por produtos voltados para o consumo industrial.

MICROREGIÃO HOMOGÊNEA SÃO FRANCISCANA DE JANUÁRIA (policultura alimentar)

Valor da Produção em 1970: Cr\$ 35.828 mil

Estrutura do Valor da Produção (%)

Policultura Alimentar	50
milho	16
feijão	12
arroz	6
suínos V e A	5
mandioca	3
hortifrutigranjeiros	8
Policultura Industrial	17
algodão	12
cana-de-açúcar	5
Pecuária	29
Bovinos V e A	22
Leite	7

Fonte: Convênio INCRA/UNICAMP

A policultura alimentar, na microregião Sanfranciscana de Januária representa 50% do valor da produção, confor

me se pode ver acima.

O milho e o feijão constituem-se nos produtos responsáveis pela maior parte do valor da produção.

A policultura industrial tem pouca importância, sendo responsável por apenas 17% da produção. O algodão e a cana-de-açúcar são os dois únicos produtos aí incluídos. Provavelmente a cana cultivada nesta microregião destina-se à fabricação de rapadura e aguardente, e não açúcar e álcool, já que não existem usinas nas proximidades.

Como a cana tem uma participação de apenas 5% no valor da produção agropecuária, o algodão constitui-se no único produto vinculado à indústria de certa importância na região.

Confirma-se aqui também a grande importância da pecuária na região. Esta responde por quase 30% do valor da produção agropecuária. Os indicadores de exploração pecuária a nível municipal podem ser observados no anexo V.

Em geral, a pecuária passa ser a alternativa mais adequada para os grandes proprietários em regiões como esta, em que o clima e o solo impedem o cultivo de culturas de transformação industrial.

O gado é ainda para o grande número de pequenos proprietários da região, uma das poucas fontes de renda monetária, sem a qual não sobrevivem, inseridos que estão numa economia capitalista.

Resumidamente, o exame da estrutura da produção agropecuária da região mostra que são o milho, o feijão, o algo-

dão e a pecuária os produtos se destacam em termos de importância no valor da produção.

O milho e os suínos não foram na microregião Sanfranciscana de Januária, incluídos entre os produtos de transformação industrial, mas sim entre os tipicamente alimentares, o que indica que não se constituem em matéria-prima para a indústria, mas são consumidos "in natura".

Os hortifrutigranjeiros, que exigem maior capitalização do imóvel, têm aqui uma importância bem menor ao valor da produção do que o milho e o feijão, que são "cultura de pobre".

Enfim, a grande presença na região é da policultura alimentar, e "produzir coisa que pobre come acaba deixando a gente pobre também!" (Argeu, citado em QUEDA, 1976:39).

O fato da região ser basicamente produtora de produtos alimentares implica naturalmente numa acentuada tendência ao autoconsumo. Segundo as Estatísticas Cadastrais 2 do INCRA, a região tinha, em 1972, apenas 44,9% do valor de sua produção comercializada.

Estes são obviamente dados importantes no sentido de demonstrar o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas na região.

Tabela 4. Principais produtos agrícolas, Montalvânia e Pirassununga, 1970.

Produtos	Montalvânia			Pirassununga		
	Área colhida (ha)	Produção por estabelecimento (t)	Cultivo simples (% esta-beleci-mento)	Área colhida (ha)	Produção por estabelecimento (t)	Cultivo simples (% esta-beleci-mento)
Algodão	7590	1,9	0,9	5448	17,9 17,9	91,9
Arroz	986	2,3	87,4	2007	4,3	90,6
Cana-de-açúcar	283	27,4	98,6	4088	2425,1	99,0
Feijão	2364	1,1	22,1	336	0,9	53,1
Mandioca	414	8,0	79,4	248	66,5	98,1
Milho	8401	6,7	3,0	3963	23,4	85,4
Soja	-	-	-	366	40,1	75,0
Café	-	-	-	144	4,0	-
Laranja (mil frutos)	1	13,7	-	2899	520,5	-

Fonte: FIBGE

Tabela 5. Principais produtos agrícolas Montalvânia e Pirassununga, 1975.

Produtos	Montalvânia			Pirassununga		
	Área colhida (ha)	Produção por estabelecimento (t)	Cultivo simples (% esta-beleci-mento)	Área colhida (ha)	Produção por estabelecimento (t)	Cultivo simples (% esta-beleci-mento)
Algodão	740	2,7	22,4	8123	25,1	94,8
Arroz	865	2,3	64,0	2227	6,8	91,8
Cana-de-açúcar	127	25,4	100,0	6790	9815,4	100,0
Feijão	3104	1,0	15,1	91	1,2	77,5
Mandioca	227	6,2	93,8	n.d. ^{a/}	184,9	n.d.
Milho	5041	3,8	21,8	3981	23,0	94,3
Soja	-	-	-	2724	95,2	84,9
Cafê	-	-	-	364	8,8	-
Laranja (mil frutos)	2	2,2	-	5526	869,5	-

Fonte: FIBGE

a/ n.d. = não disponível

Os dados das tabelas 4 e 5, onde são apresentados os principais produtos agrícolas cultivados a nível de município, segundo os censos agropecuários, confirmam que são os produtos destinados à subsistência que têm maior área colhida em Montalvânia. Mesmo estes, entretanto, têm suas áreas colhidas sensivelmente diminuídas, com excessão do feijão. Estes dados podem indicar que os pequenos proprietários da região estejam encontrando dificuldades de ordem econômica e/ou climática para cultivar seus sítios, já que além da diminuição da área colhida com produtos destinados à subsistência, não houve aumento da área colhida com produtos de destinação industrial.

Pode-se observar, por exemplo, a diminuição da área cultivada com algodão em Montalvânia. Este, que tinha uma participação expressiva em 1970, praticamente deixa de ser cultivado em 1975. Os dados parecem indicar que houve uma espécie de seleção entre os produtores de algodão, onde apenas os que possuíam uma melhor situação econômica tiveram condições de continuar a plantá-lo. Realmente, pode-se observar que em 1975 eleva-se bastante a produção do algodão por estabelecimento e a porcentagem de estabelecimento que plantam o algodão em cultivo simples, o que pode indicar que o algodão está sendo cultivado de maneira mais eficiente e em propriedades mais especializadas.

A cana-de-açúcar também tem participação pouco expressiva em Montalvânia, além de ter esta participação reduzida e uma produção por estabelecimento decrescente. O café e a laranja, outros dois produtos de destinação industrial tam-

pouco têm expressão em Montalvânia.

O milho, que em Montalvânia é um produto tipicamente alimentar, é o principal produto em termos de área colhida do município, tanto em 1970 quanto em 1975. Entretanto, a área colhida e a produção por estabelecimento do milho em Montalvânia decrescem entre 1970 e 1975.

Outros produtos tipicamente alimentares têm sua área colhida diminuída em Montalvânia, como é o caso do arroz. Observa-se que o arroz, que é uma cultura que já atingiu um elevado grau de mecanização em outras regiões, tem uma área colhida pequena em Montalvânia, quando comparado com os demais produtos típicos de policultura alimentar.

O feijão é o segundo produto em área colhida em Montalvânia, em 1975. É a única cultura que tem sua área colhida aumentada em Montalvânia. Sua produção por estabelecimento e a porcentagem dos estabelecimentos que o produzem em cultivo simples, entretanto, diminuem. Isto parece indicar que o feijão em Montalvânia é produzido para subsistência.

Mesmo a mandioca teve sua área colhida bastante reduzida em Montalvânia, assim como se pode observar que sua produção por estabelecimento é bastante baixa.

Em resumo, além da produção por estabelecimento dos produtos em Montalvânia ser bastante inferior à média para o Brasil, ela é decrescente.

Estes resultados devem-se entre outros fatores, à escassa utilização de instrumentos e insumos modernos na região para o qual apontam os dados da Tabela 6.

Tabela 6. Tecnificação.

	Uso de força animal e/ou mec.	Uso de tratores	Uso de arados tr.an. tr.mec.	Uso de colhedeirotas tr.an. tr.mec.	Veículos tr.an. tr.mec.	Silos e Depósitos	Fertilizantes	Calagem	Uso de Irrigação		
MRH-401 - Sanfranciscana de Januária											
1960	3,1	0,3	2,0	0,7	n.d.	99,5	1,0	4,3	0,2	0,1	4,1
1970	6,3	0,3	3,0	0,2	0,4	34,4	2,3	8,0	0,8	-	2,8
1975	10,4	1,0	3,6	0,4	0,4	33,4	36,0	3,9	1,3	0,1	3,9
MRH-619 - Depressão Periférica Setentrional											
1960	72,9	13,5	57,1	15,9	n.d.	76,0	2,3	35,7	67,1	8,8	0,6
1970	83,1	28,2	46,2	26,0	6,5	59,4	25,3	55,4	81,6	24,8	1,9
1975	84,4	44,9	29,3	43,8	12,2	52,9	68,0	44,8	87,3	43,3	5,0

- : valor inferior a 0,1
n.d. : não disponível

Fonte: FIBGE

A microregião se caracteriza por um baixo nível de tecnificação da agricultura. A título de exemplo, somente 1% dos estabelecimentos utilizava tratores em 1975. Os arados de tração mecânica eram utilizados por menos de 0,5% dos estabelecimentos; e os arados de tração animal não somente predominam sobre os de tração mecânica, como continuam aumentando. A quase totalidade dos estabelecimentos ainda recorre apenas à força humana para a execução das tarefas agrícolas. Os fertilizantes e defensivos tampouco são utilizados em grau visível e os silos e depósitos são quase inexistentes.

De maneira geral, os dados relativos à tecnificação da agricultura revelam claramente que embora inserida no contexto do capital, este ainda não levou a um maior desenvolvimento das forças produtivas na região. O baixo grau de tecnificação da agricultura na região é confirmado a nível de município, conforme pode ser observado no Apêndice VI. Os dados permitem observar entretanto um rápido aumento do grau de tecnificação entre 1970 e 1975, embora este ainda permaneça bastante baixo.

A composição da mão-de-obra pode ser observada nas tabelas 7 e 8.^{1/}

Com relação à Montalvânia, o que se pode detectar das duas tabelas é a grande importância da mão-de-obra fami-

^{1/} - A composição da mão-de-obra foi diretamente calculada a nível de município. A diversidade das fontes teve como objetivo permitir uma maior segurança na análise dos dados sobre mão-de-obra, reconhecidamente controvertidos. Recorde-se que o fato dos dados do INCRA referirem-se à 1972 e os do IBGE a 1975 invalida qualquer comparação direta entre as duas tabelas.

liar no município.^{1/} A participação dos assalariados temporários é significativa, principalmente se forem levados em conta os dados do INCRA. A expressiva participação dos assalariados temporários em Montalvânia é confirmada por sua alta proporção com relação à mão-de-obra permanente. Para cada trabalhador permanente são contratados praticamente dois nos momentos de maior demanda de mão-de-obra, o que demonstra o alto grau de dependência do imóvel com relação aos assalariados temporários.

^{1/} Antes da apresentação dos dados é necessário explicar como foram construídas as tabelas. Em primeiro lugar, o esquema seguido é o mesmo em ambas as tabelas. Nas duas tabelas foi apresentada a participação da mão-de-obra familiar, dos assalariados permanentes e dos assalariados temporários. Esta participação foi calculada em dois momentos: um momento de emprego máximo e um momento de emprego mínimo. O primeiro refere-se a um momento hipotético de "pico" de utilização de mão-de-obra no qual estariam empregados todos os assalariados temporários. No momento mínimo, por outro lado, estar-se-ia, hipoteticamente, utilizando apenas a mão-de-obra permanente no estabelecimento, não se recorrendo ao emprego de nenhum assalariado temporário. Foi calculada ainda a proporção da mão-de-obra temporária em relação à mão-de-obra permanente, para avaliar o grau de dependência dos imóveis com relação à mão-de-obra temporária. Na Tabela 7, referente aos dados do INCRA, a mão-de-obra familiar foi calculada somando-se o número de minifúndios (como aproximação do número de proprietários minifundistas), mais o número de dependentes do proprietário trabalhando. Pode-se, conseqüentemente, estar superestimando a participação da mão-de-obra familiar ao momento de menor trabalho. Isto porque implicitamente está se admitindo que a mão-de-obra familiar é ocupada tanto nas épocas de maiores serviços, como na época da "entressafra", o que não corresponde necessariamente a realidade em boa parte dos casos (GRAZIANO DA SILVA *et alii*, 1978:99). O número de assalariados permanentes aparece diretamente na publicação original. O número de assalariados temporários foi obtido subtraindo-se o número de assalariados permanentes do número máximo de assalariados, que aparece na publicação original. A participação dos assalariados temporários também aqui foi calculada com referência ao seu número máximo. Para tanto, tomou-se o número de assalariados no mês de maior emprego, ou seja, dezembro, para Montalvânia e abril para Pirassununga, conforme indica a Tabela 9. Optou-se por esta alternativa porque os dados do censo relativos aos empregados temporários referem-se apenas ao número de assalariados utilizados no dia da coleta, o que é muito significativo, devido a grande variação em sua utilização durante o ano agrícola.

A contratação de diaristas até mesmo por pequenos proprietários é algo que tem sido apontado em vários estudos e está relacionado ao aumento da sazonalidade da mão-de-obra na agricultura. Observe-se, porém que a participação dos assalariados temporários é bem menor segundo os dados do IBGE.

Os assalariados permanentes, que poderiam indicar com mais certeza a existência de um processo de produção capitalista no imóvel, têm, em Montalvânia, participação bastante reduzida, não chegando a 7% mesmo quando se está empregando apenas mão-de-obra permanente, segundo os dados do INCRA, e atingem pouco mais de 16% segundo os dados do IBGE.

Tabela 7. Composição relativa da mão-de-obra, Montalvânia e Pirassununga, 1972 (%).

	Familiar ^{a/}	Assalariados permanentes	Máximo assalariados temporários ^{d/}
<i>Montalvânia</i>			
Momento emprego máximo ^{b/}	33,1	2,4	64,5
Momento emprego mínimo ^{c/}	93,2	6,8	-
Proporção em relação a m.o. permanente	-	-	181,7
<i>Pirassununga</i>			
Momento emprego máximo	18,4	14,9	66,7
Momento emprego mínimo	55,2	44,8	-
Proporção em relação a m.o. permanente	-	-	200,7

a/ Refere-se ao número de dependentes do proprietário trabalhando, mais o número de minifúndios (como aproximação do número de proprietários minifundistas).

b/ Refere-se a um momento hipotético de pico de utilização de mão-de-obra incluindo portanto, o número máximo de assalariados temporários.

c/ Refere-se a um momento hipotético em que não se está utilizando nenhum assalariado temporário.

d/ Obtido através de subtração do número de assalariados permanentes do número máximo de assalariados, que aparece na publicação original.

Fonte: INCRA (1974 e 1976).

Tabela 8. Participação relativa das categorias de trabalhadores rurais, Montalvânia e Pirassununga

8a, 1975.

	Familiar ^{a/}	Empregados Permanentes ^{b/}	Empregados temporários ^{c/} (máximo)	Estabelecimentos sem pessoal contratado ^{d/} (%)
<i>Montalvânia</i>				
Momento máximo	63,8	12,3	23,9	47,3
Momento mínimo	83,8	16,2	-	-
Proporção em relação à m.o. permanente	-	-	31,5	-
<i>Pirassununga</i>				
Momento máximo	34,5	19,2	46,3	62,7
Momento mínimo	64,3	35,7	-	-
Proporção em relação à m.o. permanente	-	-	86,2	-

a/ Responsável mais membros não remunerados da família.

b/ Foram incluídos os de "outra condição" e "parceiros subordinados".

c/ Tomou-se o número de temporários no mês de maior emprego.

d/ Em 31/12/1975.

Fonte: FIBGE

Tabela 9. Utilização mensal de Empregados Temporários, Montalvânia e Pirassununga, 1975, (indivíduos, considerando o mês de menor emprego = 100)

	jan- fev- ro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setem- bro	Outu- bro	novem- bro	dezem- bro	
Montalvânia	220	147	187	156	233	246	114	100	126	308	351	638
Pirassununga	100	117	2873	4022	1839	325	230	475	788	172	161	531

Fonte: FIBGE (1975)

O Censo Agropecuário de 1975 apresenta, a nível de município, a utilização mensal de empregados temporários, dado que permite uma análise mais segura da utilização de assalariados temporários. Na Tabela 9, são apresentados os índices construídos a partir da publicação original do IBGE.^{1/}

Os dados indicam que a época de maior necessidade de mão-de-obra em Montalvânia são os meses de outubro, novembro e dezembro, quando ocorre o plantio (outubro) e a colheita (dezembro/janeiro) da maioria das culturas de subsistência na região. É isto que explica a proporção relativamente baixa de estabelecimentos sem pessoal contratado em Montalvânia. Os dados foram coletados em 31 de dezembro e este é um mês de alta utilização de assalariados temporários no município.

Observe-se ainda que na Tabela 9 os índices são relativamente baixos em Montalvânia, assim como é relativamente pequena a variação entre o maior e o menor índice.

Sinteticamente, portanto, os dados relativos à mão-de-obra confirmam o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na região em geral e no município em particular. Em Montalvânia, ainda predomina a utilização da mão-de-obra familiar, que ao contrário do trabalho assalariado, sugere a inexistência de um processo de produção capitalista no imóvel.

^{1/} Ressalte-se que na construção destes índices o mês de menor emprego foi considerado igual a 100.

2.2. Microregião Depressão Periférica Setentrional

Esta microregião é composta pelos municípios de Aguaí, Leme, Mogi Mirim, Porto Ferreira, Santa Cruz das Palmeiras, Casa Branca, Mogi-Guaçu, Pirassununga, Santa Cruz da Conceição e Tambaú.

Pirassununga, especificamente, localiza-se a 9 km, do rio Guaçu, em sua margem esquerda, e dista 189 km em linha reta de São Paulo. Tem como coordenadas geográficas 22° de latitude sul e $47^{\circ}25'$ de longitude W.Gr., estando a 634,4 metros da altitude.

O clima é temperado-seco e a topografia é plana, favorecendo a agricultura.^{1/}

Pirassununga tinha em 1970, segundo os dados do Censo Demográfico, uma população de 37.604 habitantes, sendo 70% dela urbana. A população se distribuía com relativo equilíbrio entre as atividades agropecuárias e as atividades industriais, sendo que 27% dela dependia economicamente das primeiras e quase 19% das segundas.

O comércio, a prestação de serviços e o transporte têm importância econômica, significativa no município, além da administração pública, da qual depende 14% da população.

Pirassununga é cidade bastante antiga, tendo sido fundada a 6 de agosto de 1823. Em 1842 foi elevado à catego-

^{1/} Os dados histórico geográficos relativos ao município de Pirassununga foram extraídos da Enciclopédia dos Municípios, IBGE, IX volume, pp. 312/321, 1959,

ria de freguesia, em 1879 Pirassununga já se constituia num município.

Três nomes aparecem relacionados à fundação do município: Ignácio Pereira Bueno, Manoel Leme e José Leme da Silva.

A microregião Depressão Periférica toda parece ser de ocupação bastante antiga. Em 1960 a fronteira já parecia estar fechada, pois a área total cresce muito pouco entre 1960 e 1970, conforme indica a Tabela 10.

Tabela 10. Estrutura da posse da terra: taxas geométricas de variação anual, MRH Depressão Periférica Setentrional, 1960/70/75.

Estratos de área (ha)	1960/70		1970/75		1960/75	
	estabelecimentos	área (ha)	estabelecimentos	área (ha)	estabelecimentos	área (ha)
- de 10	+3,4	+3,2	-0,3	-0,9	+2,2	+1,8
10 a -de 20	+2,9	+2,7	+0,3	+0,6	+2,0	+2,0
20 a -de 50	+4,6	+4,4	-0,2	inf. a 0,1	+3,0	-2,9
50 a -de 100	+1,9	+1,9	+0,4	+0,3	+1,4	+1,4
100 a -de 200	+0,4	+0,2	+0,1	+0,5	+0,3	+0,3
200 a -de 500	+0,9	+0,9	-0,2	-0,4	+0,5	+0,5
500 a -de 1000	+0,4	+0,4	-1,6	-1,4	-0,5	-0,2
1000 e mais	-2,3	-2,2	+7,2	+4,2	+0,7	-0,1
Total	+2,8	+0,5	+0,01	+0,7	+1,9	+0,6

Fonte: FIBGE

No período de 1960/75, os grandes estabelecimentos têm sua participação diminuída, enquanto os pequenos e médios a aumentaram.

Subdividindo-se este período de quinze anos, na década 1960/70, apenas os estabelecimentos muito grandes perdem área em termos relativos, sendo que os estabelecimentos com menos de 50 ha é que apresentam um maior ritmo de crescimento.

Entre 1970/75 porém, são os pequenos estabelecimentos que têm sua participação diminuída, enquanto as acima de 1.000 ha apresentam o maior aumento relativo em número e área.

Pode-se dizer que quem ganha área em termos relativos entre 1960/75 são as médias e as pequenas propriedades. Isto permite levantar a hipótese de que a agricultura na região tornou-se mais empresarial, na medida em que as propriedades são menores e mais capitalizadas.

Tabela 11. Evolução do número e área dos estabelecimentos segundo a condição do produtor. MRH Depressão Periférica Setentrional - 1960/70/75.

Condição do Produtor	1960		1970		1975		Variação % 1960/75	
	Nº	área	Nº	área	Nº	área	Nº	área
Proprietário	86,0	96,1	93,3	96,4	87,4	92,9	+34,3	+5,3
Parceiro + arrendatário	13,7	3,8	5,6	3,2	10,5	6,4	+1,7	+80,0
Ocupante	0,3	0,1	1,1	0,4	2,0	0,7	700,0	+984,2

Fonte: FIBGE

Obs.: Em 1960 a categoria Administrador foi somada à dos proprietários.

Os dados da Tabela 11, relativos à evolução do número e área dos estabelecimentos, segundo a Condição do Produtor na microregião Depressão Periférica Setentrional parecem confirmar que a região é de ocupação antiga e que a estrutura fundiária já se encontra bastante consolidada. Os proprietários, ou seja, os que detêm a propriedade jurídica da terra constituem-se na grande maioria, ao passo que os que usufruem da mera posse da terra (ocupantes) ou têm com esta relações mais ou menos instáveis (parceiros e arrendatários) têm uma participação pouco expressiva, principalmente os primeiros.

Os dados a nível de município apresentados nos Anexos VII, VIII e IX confirmam o que foi colocado sobre a estrutura da posse da terra na região.

Os dados relativos a Pirassununga em particular permitem inclusive observar que as áreas médias das propriedades lá são pequenas, sugerindo realmente a presença de uma agricultura mais racional.

A utilização das áreas agrícolas na microregião Depressão Periférica Setentrional pode ser observada na parte inferior da Tabela 3.

A participação das lavouras, principalmente temporárias, é bastante representativa, tendendo a aumentar em termos relativos e absolutos.

As pastagens, ao contrário, têm sua participação sensivelmente reduzida no período 1960/75.

Existe na região muito pouca terra inculta (produti

vas não utilizadas ou em descanso) e improdutivas.

Na medida em que as novas áreas incorporadas à produção foram dedicadas às lavouras temporárias, pode-se associar o aumento da área trabalhada ao alto grau de tecnificação da agricultura na região, conforme ver-se-á adiante. "A simples passagem para lavouras temporárias, que exigem maiores quantidades de trabalho por unidade de produção, dadas suas condições específicas, quase sempre age como uma força no sentido da substituição de trabalho direto por meios de produção (capital constante)" (BRANDÃO LOPES, 1978:51).

Em resumo, o aumento da área explorada foi acompanhado por uma elevação no grau de tecnificação da agricultura na região.

Microregião Homogênea Depressão Periférica Setentrional

Valor da Produção em 1970: Cr\$ 127.510 mil

Estrutura do Valor da Produção (%)

Policultura industrial	67
Algodão	27
Cana-de-açúcar	18
Laranja	13
Milho	6
Cafê	2
Suínos V. e A.	1
Policultura Alimentar	17
Hortifrutigranjeiros	9
Mandioca	4
Arroz	4

Pecuária	13
Leite	9
Bovinos V. e A.	4

Fonte: Convênio INCRA/UNICAMP

Os dados acima indicam que a Microregião Depressão Periférica Setentrional produz basicamente matérias primas para indústrias, sendo classificada como sendo típica de policultura industrial.

A microregião tem 67% do valor de sua produção oriunda da policultura industrial, sendo que a maior parte advém do algodão, da cana-de-açúcar e da laranja. O algodão, produto agrícola tipicamente vinculado à indústria, é o principal produto da região, sendo sozinho responsável por 27% do valor da produção. A cana-de-açúcar responde por 18% do valor da produção, tendo uma importância maior que o conjunto da policultura alimentar da região. A cana produzida destina-se aqui à fabricação de açúcar e álcool. A laranja é responsável por 13% do valor da produção agropecuária, e em grande parte destinada às fábricas de suco existentes na região.^{1/}

Os hortifrutigranjeiros constituem-se no principal

^{1/} A laranja foi, na referida pesquisa, incluída na policultura industrial, quando aparecia em São Paulo, Rio de Janeiro (inclusive Guanabara) e região Sul, e em hortifrutigranjeiros nos demais Estados. A razão para isto é que naqueles Estados esses produtos são, de modo geral, significativamente industrializados antes de se destinarem ao consumo final: a laranja é largamente utilizada na fabricação de sucos, doces e bebidas (Convênio INCRA/UNICAMP, 1975:91).

produto tipicamente alimentar, sendo seguidos somente à distância pela mandioca e pelo arroz. Os imóveis produtores de hortifrutigranjeiros caracterizam-se por um maior grau de capitalização do que os imóveis produtores das chamadas "culturas de pobre" (arroz, feijão, mandioca, etc.). De modo geral são imóveis mais especializados e exigentes em termos de insumos e investimentos. A adubação e a irrigação, por exemplo, são condições essenciais para o cultivo de hortifrutigranjeiros. A maior importância dos hortifrutigranjeiros no conjunto dos produtos tipicamente alimentares, juntamente com a supremacia dos produtos de transformação industrial, também exigentes de capital, constitui-se portanto, num indício de um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas na região. "As culturas ditas comerciais (café, algodão, trigo), apresentam-se vinculadas à unidades cuja produção é mais intensiva quando comparada à produção de feijão ou milho" (GRAZIANO DA SILVA, 1977:147).

O milho e os suínos foram, na microregião Depressão Periférica Setentrional, incluídos na policultura industrial, o que indica que passam por alguma forma de transformação antes de se destinarem ao consumo final. Em outras palavras, o milho e os suínos se constituem aqui basicamente, em matéria-prima para a indústria, ao invés de serem consumidos "in natura".

O fato da região dedicar-se primordialmente à policultura industrial sugere que uma elevada proporção de sua produção seja comercializada. Realmente, segundo as Estatísticas Cadastrais 2, Pirassununga vendia, em 1972, quase 84% do

valor de sua produção.

Os dados apresentados na parte inferior das tabelas 4 e 5 confirmam que os principais produtos cultivados em Pirassununga são produtos de destinação industrial.

O que se pode concluir deste exame mais ou menos detalhado dos principais produtos cultivados em Pirassununga, é que aumenta significativamente a área colhida com culturas vinculadas à indústria (algodão, laranja e soja). Por outro lado, "as culturas de pobre" (arroz, feijão, milho), apenas mantêm, ou mesmo diminuem sua participação.

A área colhida com feijão, por exemplo, diminui, embora a utilização de técnicas mais modernas tenham permitido um aumento na produção por estabelecimento.

A mandioca, outro produto tipicamente alimentar, não foi sequer incluída entre os principais produtos agrícolas em Pirassununga.

O milho em Pirassununga é produto utilizado basicamente para fins industriais. Dados que comprovam tal afirmação são a sua alta produção por estabelecimento e o fato de ser cultivado basicamente em cultivo simples, ou seja, em propriedades especializadas.

A soja, produto primordialmente utilizado para fins industriais tem em Pirassununga sua participação elevada em 644% entre 1970 e 1975, transformando-se no quarto produto em área colhida. A produção da soja por estabelecimento mais que dobra nestes cinco anos.

O café em Pirassununga entretanto, embora não seja um produto que tenha uma grande área colhida, aumenta sensivelmente sua produção por estabelecimento em sua área colhida. Este aumento pode ter sido incentivado pela alta do preço do produto no mercado externo.

A laranja, é o terceiro produto em área em Pirassununga, onde a produção por estabelecimento eleva-se significativamente entre 1970 e 1975.

Em Pirassununga o algodão, cultura tipicamente vinculada à indústria, é o principal produto em termos de área colhida. O algodão em Pirassununga tem também sua área colhida e a produção por estabelecimento elevada entre 1970 e 1975. O algodão em Pirassununga, quase que em sua totalidade é o algodão herbáceo plantado em cultivo simples.

Em Pirassununga eleva-se a área colhida com arroz, assim como sua produção por estabelecimento. A quase totalidade dos estabelecimentos produz em cultivo simples, ou seja em propriedade bastante especializadas e com elevada produção por estabelecimento.

A cana-de-açúcar, outra cultura de destinação industrial, tem participação bastante expressiva em Pirassununga, ocupando o segundo lugar em área colhida, além de ter sua área aumentada entre 1970 e 1975. Sua produção por estabelecimento eleva-se mais de quatro vezes entre 1970 e 1975.

Concluindo-se, há sobretudo um aumento generalizado da produção por estabelecimento na região, além do predomínio de produtos de destinação industrial.

Naturalmente esta maior produção por estabelecimento está relacionada à introdução de técnicas mais aperfeiçoadas de cultivo, ou seja, a um maior desenvolvimento das forças produtivas na região.

A microregião Depressão Periférica Setentrional se caracteriza inclusive, por um alto nível de tecnificação, conforme indica a parte inferior da Tabela 6. A grande maioria dos estabelecimentos utiliza tratores e arados de tração mecânica: a utilização de fertilizantes e defensivos é bastante generalizada e os veículos de tração mecânica predominam sobre os de tração animal; os silos e depósitos existem aqui em 45% dos estabelecimentos.

Os dados a nível de município, apresentados no Anexo VI, confirmam estes altos índices de utilização de insumos e instrumentos modernos na região de Pirassununga.

Para ressaltar ainda mais o alto grau de desenvolvimento das forças produtivas em Pirassununga e em toda a região resta analisar os dados relativos à composição da mão-de-obra, apresentados na parte inferior das tabelas 7 e 8.^{1/}

Em Pirassununga a utilização da mão-de-obra familiar é bastante reduzida, segundo as duas fontes. Por outro lado, a participação dos assalariados permanentes é bastante significativa. Com relação à mão-de-obra permanente, há um equilíbrio entre a utilização de mão-de-obra familiar e de as

^{1/} Os dados para Pirassununga foram obtidos da mesma maneira que os de Montalvânia.

salariados.

A participação dos assalariados temporários é bastante significativa em Pirassununga, assim como o grau de dependência dos imóveis em relação à mão-de-obra temporária. Segundo os dados do IBGE, os assalariados representam quase metade da mão-de-obra utilizada nos momentos de "pico" de demanda de mão-de-obra, sendo que de acordo com o INCRA, esta proporção atinge quase 67%.

No exame da Tabela 7 pode parecer estranha a grande proporção de estabelecimentos sem pessoal contratado em Pirassununga, na medida em que os demais dados têm indicado alto grau de desenvolvimento das forças produtivas no município. Os dados do Censo Agropecuário de 1975 foram coletados em 31 de dezembro, e janeiro é exatamente o mês de menor emprego de trabalhadores assalariados no município.

Isto sem considerar que dado o alto índice de tecnificação de algumas propriedades estas podem eventualmente prescindir de grande quantidade de mão-de-obra e funcionar quase que só com base na utilização maciça de máquinas operadas pelo proprietário e demais membros da família.

Os dados sobre mão-de-obra, tal como em Montalvânia, serão aqui complementados com índices relativos à utilização mensal de mão-de-obra temporária. Aqui, o importante é observar os elevados índices de utilização de mão-de-obra temporária em Pirassununga, que atinge o seu número máximo no mês de abril.

Por outro lado, os índices referentes aos meses em

que ocorre a safra da cana-de-açúcar em São Paulo (junho a novembro) podem parecer baixos se for considerada a grande necessidade de trabalhadores assalariados para o corte da cana. Os trabalhadores assalariados temporários contratados para o corte da cana pela usina, porém, permanecem empregados quase o ano todo, pois, além do corte, fazem os serviços relativos ao plantio e carpa da cana da usina. Assim, são registrados na maioria dos meses como assalariados temporários, o que explica os índices relativamente baixos nos meses correspondentes à safra da cana.

Sinteticamente, os dados relativos à mão-de-obra também indicam um maior desenvolvimento das forças produtivas em Pirassununga, onde os assalariados - temporários e permanentes têm grande participação.

2.2.1. A usina São Luiz

Não é intenção aqui realizar uma análise detalhada do funcionamento da usina São Luiz. Busca-se apenas inseri-la dentro da análise geral do município, enquanto unidade produtiva de grande significado econômico-social para o mesmo. Na medida em que a usina é uma unidade produtiva bastante moderna e de grande porte, ficará ressaltado o grande desenvolvimento da região.

A usina São Luiz teve início em 1943, quando a firma Alcool Mateus Ltda adquiriu a fazenda São Luiz do Sr. Raul de Almeida Prado. Teve sua primeira produção de álcool em 1947, iniciando também a produção de açúcar em pequena quan

tidade.^{1/}

Em outubro de 1948, a firma Alcool Matheus Ltda. vendeu a propriedade para a Cia Brasil Rural S.A. que incorporou ainda mais duas fazendas, cuja área total era de 2.024 alqueires.

O maior problema enfrentado, no início, pela usina para sua ampliação foi a limitação de sua cota para fabricação de açúcar em apenas 27.000 sacos. Na década 1950/60 a Cia Brasil Rural lutou sistematicamente para aumentar sua cota de produção junto ao I.A.A., mas pouco conseguiu. A usina continuaria com uma quota insuficiente para absorver toda a cana cultivada.

Em 1960 a Cia Brasil Rural vendeu a usina São Luiz e as demais propriedades agrícolas ao grupo Dedini-Ometto.

O problema da quota insuficiente foi parcialmente solucionado com o início da produção de gludex a partir da safra 1966/1967. A usina São Luiz é aliás uma das raras que fabrica gludex no país.

Com a compra da usina pelo grupo Dedini-Ometto esta teve suas partes agrícola e industrial completamente separadas. A Açúcar e Alcool São Luiz S/A opera somente com a parte industrial e a Dedini S.A. Agropecuária com a parte agrícola.

^{1/} Os dados históricos sobre a usina, devido a inexistência de arquivo específico que permitisse sua obtenção, foram conseguidos através de entrevistas com antigos funcionários da usina.

As tabelas 12 e 13 apresentam a relação de acionistas e o capital social das duas razões sociais respectivamente. Observe-se as relações de parentesco entre os acionistas, comum nos complexos agropecuários.

Tabela 12. Açúcar e Alcool São Luiz S.A. - Quadro de acionistas. 1978.

Acionistas	Quantidade de ações	Valor em Cr\$	Porcentagem
Mário Dedini Ometto	2	20,00	0,00005
Cláudia Dedini Ometto Ometto Gianetti	2	20,00	0,00005
Juliana Dedini Ometto	2	20,00	0,00005
Dovílio Ometto	152.674	1.526.740,00	3.816,85
Armando Dedini	402.080	4.020.800,00	10.052,00
Nina Dedini Ricciardi	348.720	3.487.200,00	8.718,00
Arnaldo Ricciardi	65.000	650.000,00	1.625,00
M. Dedini S.A. - Participações	3.031.520	30.315.200,00	75.788,00
Totais	4.000.000	40.000.000,00	100

Fonte: Usina São Luiz

Tabela 13. Dedini S.A. - AGRO PECUÁRIA - Quadro de acionistas.
1978.

Capital Social - Cr\$ 29.980.000,00

Acionistas	Quantidade de ações	Valor em Cr\$	Porcentagem %
A.D.O. S.A. Participações	2.389.707	2.389.707,00	7,971
Mário Dresselt Dedini	2.089.006	2.089.006,00	6,968
Marcos Dedini Ricciardi	1.009.526	1.009.526,00	3,367
Maria Beatriz Dedini Ricciardi Curi	1.009.526	1.009.526,00	3,367
Adriana Ricciardi Guidotti	1.009.526	1.009.526,00	3,367
M. Dedini S.A. - Participações	14.519.748	14.519.748,00	48,432
Açúcar e Álcool São Luiz S/A	7.952.961	7.952.961,00	26,528
Totais	29.980.000	29.980.000,00	100

Fonte: Usina São Luiz

Após época de relativo abandono, recentemente a usi
na atravessa período de expansão, incentivada principalmente
pela exportação de açúcar e álcool pelo sistema de cotas li-
vres para exportação e pelo Proalcool.

A usina vem, sistematicamente, aumentando a quantidade de cana moída a partir de 1960, conforme pode-se observar na Tabela 14. A usina chegou a moer na safra de 1980 850.000 toneladas de cana.

A produção de açúcar também vem sendo ampliada. De menos de 122.000 sacos em 1960, a usina passou a produzir quase 800.000 sacos na safra 1979/1980.

A quantidade de cana moída aumentou nove vezes e a produção de açúcar 6,5 vezes entre 1960 e 1980.

A produção de álcool tem tido uma performance mais instável, com elevações e quedas bruscas na produção. É certo porém que com o incentivo do Proalcool, a fabricação de álcool foi bastante estimulada. Em 1977 foi instalada uma nova destilaria e a produção de álcool praticamente triplicou na safra 1977/1978. Desde então a produção de álcool vem aumentando acentuadamente. Este aumento da produção de álcool foi estimulada pela própria legislação. Enquanto antes produzia-se 9 l de álcool para cada saco de açúcar, atualmente o governo exige a produção de 14 l de álcool para cada saco de açúcar, segundo depoimentos obtidos na usina.

Se tomarmos os dados de 1960 e 1979 o álcool teve um incremento de produção superior ao do açúcar.

O rendimento industrial vem também aumentando sensivelmente, conforme pode-se observar na própria Tabela 14.

Tabela 14. Usina São Luiz - Produção (1960/77).

SAFRA	INICIO	FIM	Açúcar cristal Demerara Gludex (sacos)	Total	Alcool 920-960	Alcool Anidrico	Total	Cana Moida (tn)	Rendimento industrial	
60/61	25/07/60	21/01/61	121.859	--	121.859	1.879.500	50.000	1.929.500	95.282	76,73
61/62	20/06/61	10/11/61	166.650	--	166.650	1.956.300	--	1.956.300	122.993	81,29
62/63	04/07/62	06/12/62	196.400	--	196.400	910.000	--	910.000	133.115	88,52
63/64	05/06/63	28/11/63	198.610	--	198.610	2.260.000	--	2.260.000	148.260	80,30
64/65	18/06/64	31/12/64	351.370	--	351.370	1.330.000	--	1.330.000	235.482	89,52
65/66	14/06/65	20/12/65	776.950	--	776.950*	561.000	4.835.000	5.446.000	506.710	92,00
66/67	02/07/66	15/11/66	392.969	551	393.520*	3.593.000	8.104.000	11.697.000	347.783	70,90
67/68	16/06/67	31/08/67	401.400	3.714	405.114*	525.000	4.200.000	4.725.000	264.938	92,00
68/69	09/07/68	08/10/68	432.650	19.000	451.650*	356.000	2.315.000	2.671.000	281.982	96,10
69/70	24/06/69	06/09/69	291.500	42.310	333.810	260.000	2.100.000	2.360.000	221.117	90,51
70/71	09/06/70	10/11/70	482.000	145.500	627.500	2.016.000	2.535.000	4.551.000	419.139	89,80
71/72	11/07/71	26/11/71	520.425	168.105	688.530	315.000	3.560.000	3.875.000	430.026	96,10
72/73	21/06/72	11/12/72	521.022	240.000	761.022	500.000	5.400.000	5.900.000	523.729	90,60
73/74	14/06/73	30/11/73	728.407	240.000	968.407	385.000	6.125.000	6.510.000	604.387	96,10
74/75	12/06/74	31/10/74	747.722	144.760	892.482	12.330	5.480.000	5.492.330	508.141	105,36
75/76	16/06/75	23/09/75	583.933	130.279	714.212	--	5.000.000	5.000.000	388.496	110,30
76/77	25/06/76	06/12/76	638.850	212.004	850.854	--	5.410.000	5.410.000	535.951	95,20

Observação (*) - Açúcar Demerara produzido - 65/66 - 253.050 sacos
66/67 - 53.196 "
67/68 - 91.932 "
68/69 - 20.500 "

Fonte: Usina São Luiz

A Tabela 15 permite avaliar o aumento do capital social da parte industrial da usina, entre 1960 e 1977. Este, que era de Cr\$36.000,00 em 1960 atinge Cr\$40.000.000,00 em 1977.

Este aumento da produção da usina ocorreu paralelamente à introdução de alguns aparelhos mais sofisticados. Em 1972 foi colocado um desfibrador de cana. Em 1975 a usina adquiriu novos evaporadores. Foi em 1977, entretanto, que ocorreram modificações mais substanciais. Em primeiro lugar foi instalada uma nova destilaria. Foram adquiridos ainda um clarificador, uma caldeira e um turbo-gerador.

Foram introduzidas também turbinas automáticas, que permitiram grande poupança de mão-de-obra. Apenas um trabalhador realiza a tarefa que cinco realizavam com a turbina manual.

Todas estas entretanto, eram máquinas já existentes na usina. Apenas foram substituídas por modelos mais modernos. A introdução de modelos mais sofisticados, embora praticamente não tenha significado dispensa de empregados, permitiu à usina ampliar a produção sem aumentar o número de trabalhadores.

Tabela 15. Açúcar e Alcool São Luiz S.A. - Relação de Capital e Aumento de Capital e Posição atualizada até 02-02-77.

Data	Capital Social e Aumento	Valor após Aumento de Capital	Registro na Junta Comercial	Em Bens	Em dinheiro	Com Lucros Suspensos	C/Crédito em Conta Corrente	C/Reavaliação do Ativo Imob.	Decreto Lei Nº 1260/73
02/02/60	36.000,	36.000,	158.477		1.536.000,				
02/12/61	60.000,	96.000,	196.241			10.000,	50.000,		
30/11/62	60.000,	156.000,	218.358			15.000,	45.000,		
20/06/63	100.000,	256.000,	236.504				100.000,		
13/11/63	144.000,	400.000,	243.765				144.000,		
12/05/64	2.200.000,	2.600.000,	257.211	2.174.050,		25.950,			
12/10/64	400.000,	3.000.000,	269.818				34.000,	366.000,	
24/02/65	600.000,	3.600.000,	282.032	600.000,					
23/04/65	100.000,	3.700.000,	286.503,			12.000,		88.000,	
26/06/65	790.000,	4.490.000,	346.517					790.000,	
25/04/67	1.390.000,	5.880.000,	356.766					1.390.000,	
28/04/67	2.600.000,	8.480.000,	363.740	2.600.000,					
30/04/68	1.406.000,	9.886.000,	386.790					1.406.000,	
27/03/69	1.264.000,	11.150.000,	406.414			135.800,		1.128.200,	
10/06/74	8.850.000,	20.000.000,	548.812					2.552.814	6.297.186,
02/02/77	20.000.000,	40.000.000,	675.835			16.252.882,	3.747.118,		
Somas	40.000.000,	40.000.000,		5.374.000,	36.000,	16.451.632,	4.120.118,	7.721.014,	6.297.186,

Fonte: Usina São Luiz

A usina moe tanto cana própria como de fornecedores. A tendência é, entretanto, um aumento da cana própria da usina em detrimento da cana de fornecedores, conforme indicam os dados abaixo:

Tabela 16. Usina São Luiz - Cana própria e de fornecedores.

Ano	Cana própria (%)	Cana de fornecedores (%)
1972	65	35
1973	65	35
1974	68	32
1975	73	27
1976	80	20
1977	73	27
1978	77	23
1979	73	27

Fonte: Usina São Luiz

Enquanto em 1972 35% da cana da usina era de fornecedores, em 1979 esta porcentagem caiu para 27%. Daí a importância que assume o aumento de terras pertencentes à usina.

Obviamente a ampliação da porcentagem de cana própria da usina objetiva uma maior racionalização de suas atividades. Além disso, permite também a obtenção do lucro relativo às atividades agrícolas, além do lucro da parte industrial, na medida em que esses são assumidos pela própria empresa.

A usina tem uma média de vinte fornecedores todos de

médio ou grande porte. Em 1978, por exemplo, apenas um fornecedor entregou quase 7% da cana de terceiros para a usina. A Administração alega que a qualidade da cana de pequenos fornecedores é bastante inferior. Segundo ainda a Administração, o aumento da cana própria da usina foi essencial no sentido de garantir a qualidade e regularidade no fornecimento de cana para a usina.

A usina trabalha em ritmos completamente diferentes, dependendo se estiver na "safra" ou na "parada". Durante a safra, que vai aproximadamente de junho a outubro/novembro, a usina trabalha vinte e quatro horas ininterruptamente, pois existe um prazo estipulado para que a cana seja moída. Os domingos e feriados transformam-se então em dias normais de trabalho.

Na entressafra ocorre uma desmontagem geral da usina para limpeza e reparos. A usina trabalha então num esquema normal de oito horas, apenas com os empregados permanentes.

Tabela 17. Açúcar e Alcool São Luiz S/A - Empregados da indústria - 1972/80.

Ano	Região	Outras regiões Total percent.	Fixos	Contratados Total Percent.	Total
1972	343	90 66,7	298	135 31,2	433
1973	368	94 67,1	322	140 30,3	462
1974	412	98 70,0	370	140 27,5	510
1975	452	105 66,9	400	157 28,2	557
1976	355	88 66,2	310	133 30,0	443
1977	345	96 66,2	296	145 32,9	441
1978	353	90 64,7	304	139 31,4	443
1979	354	88 66,7	310	132 29,9	442
1980	358	100 67,1	309	149 32,5	458

Fonte: Usina São Luiz

A Tabela acima mostra a relação dos empregados da parte industrial da usina, à qual o grupo de trabalhadores em análise está vinculado.

Os dados referem-se ao período 1972/1980 e subdividem os empregados em dois cortes, fixos e temporários e ori-nários da própria região e originários de outras regiões.

O objetivo principal desta divisão é detectar a importância quantitativa destes pequenos proprietários de Montalvânia enquanto trabalhadores temporários da parte industrial da usina.

O número de trabalhadores contratados, fica confirmado, varia bastante dependendo de se estar ou não na safra. Os trabalhadores temporários representam sempre cerca de 30% do total da mão-de-obra contratada pela parte industrial da usina, conforme indica a mesma tabela.

Na parte industrial os trabalhadores contratados especialmente para a safra são, em sua maioria, trabalhadores desqualificados. No geral, são contratados para as funções de servente. Conforme pode-se observar na Tabela 17, mais de 65% dos trabalhadores contratados para a safra são de outras regiões que não a da usina, principalmente de Montalvânia.

O que fica patente da análise dos dados relativos à utilização de mão-de-obra na parte industrial da usina, é que realmente o aumento acentuado da produção de açúcar e álcool não se fez acompanhar de um aumento similar do número de operários contratados. O aumento da produção foi viável quase que tão somente através da introdução de aparelhos mais moder

nos, ou seja, através do emprego de tecnologia mais sofisticada. Isto significa que não tem ocorrido grandes alterações na oferta de emprego na usina, e que são poucas as possibilidades de que mais pequenos proprietários de Montalvânia possam se empregar na usina.

De qualquer forma, o grau de capitalização da empresa tem aumentado significativamente, e era isto principalmente que se queria demonstrar nesta parte do capítulo. Observe-se o aumento do rendimento industrial da empresa. Trata-se em resumo, de uma empresa bastante moderna em termos de agro-indústria açucareira, inserida numa região onde o desenvolvimento das forças produtivas é bastante significativo.

2.3. Análise comparativa

Os dados apresentados anteriormente permitem concluir que se trata de regiões bastante distintas, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas. O objetivo aqui é exatamente ressaltar estas diferenças.

A própria distribuição da população entre as várias atividades econômicas é bastante diversa. Enquanto na micro-região Sanfranciscana de Januária a agricultura é marcadamente a atividade principal, sendo que segundo os dados do Censo Demográfico de 1970, 81,5% da população dependia das atividades agropecuárias, e apenas 3,9% das atividades industriais, na microregião Depressão Periférica Setentrional a situação é bastante diversa. Apenas 32,5% da população depende da agri-

cultura e 26,5% depende das atividades industriais, havendo, portanto, um certo equilíbrio entre emprego na agricultura e indústria.

Naturalmente este dado inicial é importante para indicar um maior desenvolvimento das forças produtivas na micro região em que se localiza Pirassununga.

A própria agricultura parece estar num estágio bem mais avançado na Microregião Depressão Periférica Setentrional. Enquanto na microregião Sanfranciscana de Januária por exemplo, as propriedades são grandes e a agricultura basicamente extensiva, na microregião Depressão Periférica Setentrional a agricultura parece ser mais empresarial, sendo as propriedades menores e mais capitalizadas.

Um outro dado que pode sedimentar tal afirmação é que enquanto na microregião Sanfranciscana de Januária em termos de utilização das áreas agrícolas as pastagens prevalecem sobre as lavouras, na microregião Depressão Periférica Setentrional ocorre a substituição de áreas de pastagens por áreas de lavouras, principalmente temporárias.

Talvez mais expressivos para demonstrar a diferença no grau de desenvolvimento das forças produtivas entre as duas regiões sejam os dados relativos à utilização de instrumentos e insumos modernos. Em resumo, as microregiões Depressão Periférica Setentrional e Sanfranciscana de Januária estão em níveis completamente diferentes em relação à tecnificação da agricultura. Enquanto na primeira predominam as técni-

cas modernas de produção, na segunda as tradicionais ainda prevalescem. Ambas as regiões, entretanto, parecem tender a tecnificar sua agricultura. A diferença é que na microregião Depressão Periférica Setentrional o aceleramento do ritmo da agricultura parece ~~ter~~ ter se dado na década 1960/70, enquanto que na Sanfranciscana de Januária ele ocorreu apenas mais recentemente, ou seja, a partir de 1970.

A diferença entre as agriculturas das duas regiões pode ainda ser observada através da pauta de produtos cultivados em ambas. Entretanto a microregião Sanfranciscana de Januária é típica de produtos alimentares, na microregião Depressão Periférica Setentrional predominam as matérias primas para indústrias, sendo a microregião classificada como sendo típica de policultura industrial.

Mais que isto, enquanto de modo geral a área colhida dos produtos em Montalvânia diminui, Pirassununga apresenta uma elevação significativa na área colhida de seus principais produtos. Mais importante porém no sentido de demonstrar a diferença no grau de desenvolvimento das forças produtivas nos dois municípios é a acentuada diferença na produção por estabelecimento dos produtos, bastante mais elevada em Pirassununga.

Finalizando, é importante salientar a diferença na utilização de mão-de-obra nos dois municípios. Enquanto Pirassununga apresenta uma utilização de mão-de-obra familiar pouco significativa, em Montalvânia a utilização de mão-de-obra familiar é bastante superior a de assalariados.

Recorde-se que a presença de assalariados no imóvel, principalmente em se tratando de assalariados permanentes indica um maior desenvolvimento das forças produtivas no mesmo.

O próprio "pico" de utilização de mão-de-obra não coincide nos dois lugares. O "pico" de demanda por mão-de-obra em Pirassununga ocorre por ocasião da colheita de algodão, nos meses de março, abril e maio. Já em Montalvânia, os meses de maior necessidade de mão-de-obra são os meses de outubro, novembro e dezembro, quando ocorre o plantio e a colheita da maioria das culturas de subsistência.

A maioria dos meses referentes à safra da cana em São Paulo (junho a novembro) são meses de pouca utilização de mão-de-obra assalariada em Montalvânia, o que parece indicar que os pequenos proprietários da região teriam uma certa "disponibilidade" para se empregar nas usinas paulistas nestes meses em que as tarefas a serem realizadas no sítio encontram-se bastante reduzidas. Em resumo, como o "pico" de utilização de mão-de-obra não coincide nas duas regiões, esta diversidade permite aos pequenos proprietários de Montalvânia conjugar as tarefas do sítio com as de assalariado nas usinas paulistas, ou seja, torna possível a *dupla referência* destes trabalhadores.

Mais que isto, é exatamente o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas em Montalvânia um dos principais responsáveis por transformar estes pequenos produtores em proprietários insuficientes, assim como é o fato da região de Pirassununga ser bastante desenvolvida que os atrai para nela

complementar sua renda insuficiente através do assalariamento sazonal.

Enfim, a importância de se ressaltar a diferença no grau de desenvolvimento das regiões, é que mais uma vez, o deslocamento populacional, ou seja, o movimento migratório se faz de uma região pobre, com poucas oportunidades de emprego para uma região onde as forças produtivas capitalistas estejam mais desenvolvidas e as oportunidades de emprego sejam maiores.

No caso aqui especificamente estudado, as duas regiões têm que além disto, permitir que o trabalhador combine duas atividades distintas - a de produtor direto e uma delas e a de assalariado temporário na outra. É neste sentido que pode-se afirmar que as duas regiões aqui analisadas, além de serem bastante distintas, permitem a combinação destas duas atividades que no caso não são antagônicas mas complementares, já que ambas são essenciais para a sobrevivência da família. É o que se verá nos dois próximos capítulos.

CAPITULO 3

A VIDA EM MONTALVÂNIA

"Lã tã ficando difícil prã gente vive. As famílias são grande e o lugar ã pequeno. A rapaziada sai tudo. Sõ fica os velho".

O objetivo do presente capítulo ã descrever as condições de existência destes trabalhadores, enquanto pequenos proprietários. ã, portanto, com o universo destes trabalhadores em sua região de origem que se estará trabalhando.

Os dados utilizados serão tanto quanto possível, extraídos da própria fala dos entrevistados. Trata-se portanto, de realizar uma descrição interpretada, baseada nos próprios depoimentos originais. Os dados secundários aparecerão somente à medida em que forem necessários para auxiliar a interpretação dos depoimentos.

A ênfase do procedimento analítico, recairá sobre a insuficiência da produção destes pequenos proprietários. Isto ã, o dado fundamental que orientará a exposição do material fornecido pelos entrevistados ã que estes são pequenos proprietários incapazes de sobreviver apenas com a produção obtida na sua propriedade.

Este dado, aliás, não surpreende se se tem em mente

a região em que estes pequenos proprietários vivem. Como os próprios dados secundários indicam e os dados das entrevistas confirmam e complementam, a região é em si mesma insuficiente. É insuficiente em primeiro lugar, porque é uma região extremamente pobre. A própria circulação do dinheiro é precária:

"A região lá é muito fracassada. É uma das mais atrasadinhas do país. É ruim de dinheiro".

"O problema é a fraqueza. Lá não tem usina, não tem emprego".

Enfim, a região é insuficiente no sentido de que a própria presença de relações capitalistas de produção é incipiente. A população investigada vive na dependência fundamental da agricultura de subsistência e a presença da indústria na região é muito pouco expressiva.

Esta insuficiência se reproduz em todos os níveis da vida da população. A nível de assistência médica e hospitalar, é possível observar, nos dados disponíveis, esta insuficiência.

Além da assistência médica ser difícil e distante, o atendimento médico através do FUNRURAL ou INPS é praticamente inexistente, obrigando a população a recorrer a atendimento médico particular: "O médico só vai lá no nosso arraial de sábado". "Lá precisava por um INPS".

Doenças mais graves são obrigatoriamente tratadas em cidades maiores, geralmente Januária, devido a este precário atendimento médico-hospitalar no município.

A região é insuficiente também no setor educação. Os entrevistados em sua maioria ou são analfabetos ou têm um baixo nível de escolarização. No melhor dos casos frequentaram até a segunda ou terceira série do primeiro grau. Tal fato está para eles intimamente relacionado às deficientes condições de educação da região. O atendimento à população adulta é particularmente precário, pois não existe posto do MOBREAL no município:

"O Mobreal lá está em falta com nós".

Por outra lado, as próprias condições climáticas são desfavoráveis. A região é extremamente seca, sendo periodicamente abalada por grandes inundações.^{1/}

A instabilidade climática torna a produção do sítio sempre incerta:

"Tinha pasto. A seca acabou com os pasto. O gado diminuiu. Antes tinha algodão também. O pessoal desistiu de plantar, pois não dava nada".

O clima torna ainda a pauta de produtos possíveis de serem cultivados na região bastante restrita, a não ser que se recorra a irrigação:

"Não planto horta. Não sai que presta".

"Não planto horta. Não tenho água prá molhá".

Enfim, estes pequenos proprietários são insuficien-

^{1/} A região esteve por exemplo, em destaque nos noticiários da televisão durante as enchentes de 1978 e 1979 por ter sido uma das mais atingidas.

tes, num primeiro plano porque são pequenos proprietários numa região que é deficiente sob todos os aspectos possíveis.

Num segundo plano, existe uma série de dados relativos à insuficiência destes pequenos proprietários que embora não possam ser dissociados do contexto geral da região, estão mais relacionados com a própria estrutura interna de suas propriedades. Daí o significado da descrição mais ou menos detalhada da vida destes pequenos proprietários dentro de suas propriedades: como moram, o que produzem, como produzem, etc.

As próprias condições de habitação nas propriedades são deficientes. As descrições permitiram detectar de imediato a simplicidade e a rusticidade das moradias. A maior parte delas é de pau-a-pique e chão de terra batida. O teto geralmente é de palha. Esporadicamente encontrou-se nas entrevistas descrições de casas de madeira ou alvenaria, possuindo telhado e com chão de cimento ou lajota, conforme pode ser observado nos dados apresentados abaixo:

Material de construção da casa e do piso

material/ Tipo da casa/ de chão	chão	lajota	cimento	total	percen- tagem
Pau-a-pique	22	-	3	25	67,6
Tijolo	2	1	3	6	16,2
Madeira	3	-	3	6	16,2
Total	27	1	9	37	
Percentagem	73	2,7	24.3		100,0

As casas não possuem instalação sanitárias e não são

servidas por rede de água, esgoto ou eletricidade. O único eletrodoméstico presente de forma mais generalizada é o rádio de pilha.

Com relação à produção propriamente dita, um primeiro dado importante no sentido de ressaltar sua insuficiência é que as propriedades são bastante pequenas. A própria quantidade de terra é portanto, insuficiente. Conforme indicam os dados abaixo, quase setenta por cento das propriedades pesquisadas possui menos de cinquenta hectares.

Tamanho da propriedade (ha)

- de	2		2
2	a - de	5	1
5	a - de	10	1
10	a - de	25	11
25	a - de	50	10
50	a - de	100	6
100	a - de	200	4
200	a - de	500	2
500	a - de	1000	-
Total			37

Numa região, cujas propriedades têm uma área média bastante grande, conforme já foi colocado no capítulo 2, a tendência média de 50 ha é considerada pequena. Além disto, na maioria das vezes estas propriedades possuem uma grande parte de sua área imprópria para o cultivo. Isso acontece sobretudo nas maiores de 50 ha que, assim, são apenas aparente

mente maiores que as demais. Como explica um dos entrevistados, embora relativamente grande sua propriedade possui uma boa parcela de área improdutiva, sendo que toda a área aproveitável estava cultivada:

"Os lugar bom tã plantado".

Recorde-se que os dados secundários já apontavam para uma grande parcela de áreas improdutivas na região.

Em resumo, o sítio é insuficiente para garantir sozinho a sobrevivência da família em primeiro lugar por ser pequeno:

"Comecei a trabalhã porque a terra é pouca. Preci-sava expandir prá fora".

"Quando o lugar onde a gente mora é pequeno, a gente tem que começã a arrumã serviço prá fora".

Em segundo lugar, além de insuficientes em termos de quantidade, as terras são de péssima qualidade. É fato sabido que os pequenos proprietários via de regra adquirem as piores terras. Frequentemente a má qualidade dos terrenos aliada a fatores climáticos constitui-se num fator impeditivo para o plantio de vários produtos, tornando a dieta do pequeno proprietário bastante deficiente, se não for de alguma forma complementada:

"Não planto outra coisa porque o terreno não ajuda. É fraco".

Isto pode ser confirmado nos dados apresentados a

seguir, onde se nota que as propriedades pesquisadas cultivam basicamente uns poucos produtos destinados apenas a própria subsistência da família, tais como o milho, a mandioca, o feijão e o arroz, todos produtos tipicamente alimentares:

Produtos cultivados	total	porcentagem
milho	34	91,9
arroz	26	70,3
feijão	37	100,0
cana	18	48,6
mandioca	27	73,0
pasto	24	64,9
algodão	8	21,6
mamona	4	10,8
amendoim	2	5,4
laranja	1	2,7
café	1	2,7
soja	1	2,7
outros (batata, abóbora, etc)	4	10,8

Poucas propriedades dedicam-se as culturas destinadas à comercialização. Apenas duas cultivam o amendoim, uma laranja e uma soja. E mesmo nestas propriedades, os produtos destinados à comercialização são cultivados num plano secundário, não detendo nunca a importância equivalente à dos produtos tipicamente alimentares:

"Lá nós planta mantimento".

A cana cultivada raramente é comercializada, ou seja, vendida para engenhos da região. Ela é mais frequentemente

te utilizada como ração para o gado e para a fabricação de rapadura, substituto do açúcar na mesa destes pequenos proprietários. Quando o pequeno proprietário não possui o engenho para a fabricação da rapadura, o que é comum, ele entrega a cana num engenho vizinho, recebendo em troca metade da rapadura produzida.

O algodão é o principal produto destinado à comercialização. Ele entretanto só é cultivado em pouco mais de vinte por cento das propriedades, conforme pode-se observar acima.

Concluindo, parcela significativa das propriedades não comercializa absolutamente nada da produção, o que confirma o destino de auto-consumo desta produção, conforme pode ser observado abaixo:

	Comercialização	
	total	percentagem
Comercializa eventualmente	12	32,4
cultiva algum produto só para comercialização	10	27,0
não comercializa nada	15	40,6
total	37	100,0

Além de insuficiente em termos de qualidade, a produção do sítio é principalmente insuficiente em termos de quantidade. Isto porque sendo as famílias grandes e o sítio pequeno, sua produção é insuficiente para alimentar todos os membros que nele residem. Não é incomum encontrar-se entre vinte e trinta pessoas residindo numa mesma propriedade, conforme pode ser visto abaixo. Portanto, mesmo as propriedades

aparentemente maiores em termos de tamanho são insuficientes para alimentar todas as pessoas delas economicamente dependentes.

Membros residindo na propriedade

- de 5	2
5 a - de 10	10
10 a - de 15	12
15 a - de 20	4
+ de 20	9
Total	37

Membros que abandonaram a propriedade

Profissão	Número total	Porcentagem
sitiante	4	7,8
empregada doméstica	7	13,8
operário	10	19,6
motorista	1	2,0
reside no sítio da família da mulher ou do marido	20	39,2
pedreiro	1	2,0
empregado, morador, etc.	4	7,8
outros	4	7,8

Dada a impossibilidade do sítio alimentar a família o ano todo, mesmo a compra dos produtos já cultivados no sí-

tio torna-se necessária.^{1/}

O sistema de herança, segundo o qual todos os filhos têm direito a uma parcela da propriedade, contribui para a sobrecarga de pessoas dependentes economicamente do sítio. Isto porque, embora exista uma lei impedindo o fracionamento das propriedades abaixo do módulo rural, na prática o sítio é continuamente dividido, na medida em que cada filho tem direito a uma parte dele. Portanto, mesmo não sendo formalmente dividido, na prática ele o é. Cria-se, de fato, uma situação em que a terra é insuficiente para a sobrevivência de toda a família:

"Lá tá ficando difícil prá gente vivê. As família são grande e o lugar é pequeno. A rapaziada sai tudo. Sô fica os velho".

O número de pessoas residentes no sítio vai se tornando ainda maior na medida em que os filhos, ao se casarem, não têm condições de adquirir seu próprio sítio e continuam, agora com a família, a residir na propriedade dos pais.

Outro indicador relevante destas insuficiências é o baixo grau de tecnificação desta produção.

Um dos entrevistados resumiu de forma bastante enfática a escassa utilização de máquinas e instrumentos agrícolas nas propriedades:

^{1/} Parte do dinheiro recebido na usina é gasto com a compra de mantimentos, conforme pode ser observado no capítulo 4.

"Máquina lá prá nós é os braço".

A quase totalidade das propriedades - praticamente 87% não utiliza nenhum tipo de máquina, sendo que no conjunto das 37 propriedades pesquisadas, as únicas máquinas existentes eram cinco arados a boi e uma semeadeira.

Mecanização

<u>Veículos</u>			<u>Máquinas</u>	
POSSUE-6 propriedades	(16,2%)		POSSUE-5 propriedades	(13,5%)
perua	1	- 2,7%	arado a boi	5
carro	-	-	semeadeira	1
carro de boi	5	-13,5%	outro	-
NÃO POSSUE-31 proprie- dades	(83,8%)		NÃO POSSUE-32 proprie- dades	(86,5%)

Os veículos também são extremamente raros. Em todas as propriedades existiam apenas 5 carros de boi e uma perua.

Mesmo os instrumentos de trabalho mais rudimentares, tais como a foice, a enxada, o machado, não existiam em quantidade suficiente:

"Preciso comprá mais enxadão, facão, machado. Meu pessoal é muito. Pretendo comprá no fim da safra".

E até os animais de trabalho, considerados essenciais e presentes na maioria das propriedades são poucos, conforme se pode verificar nos dados apresentados a seguir:

Animais de Trabalho

POSSUEM - 33 propriedades (89,2%)

Tipo de animal / Número	-de 2	2 a -de 4	4 a -de 6	6 a -de 8	8 a -de 10	total
Égua ou burro	9	7	-	-	-	16
boi	-	15	1	-	-	16
cavalo	12	13	2	1	-	28
jegue	1	-	-	-	-	1
Total	22	35	3	1	-	-

NÃO POSSUEM - 4 propriedades (10,8%)

Assim, a produção é insuficiente não apenas porque as terras são ruins e poucas e as famílias muito grandes, mas também porque o sítio não é cultivado intensivamente, ou seja, porque a produtividade do trabalho não pode ser potenciada com instrumentos modernos:

"Preciso ganhã dinheiro um pouco a mais. No sítio sô não dá. Não tem maquinário" (grifo meu).

Existem várias razões para esta escassa utilização de máquinas. A principal é que a compra de máquinas é um investimento aquêm dos escassos recursos destes pequenos proprietários:

"Gostava de comprar um trator, mas não tem condiçãõ".

"Era bom (comprar máquina). Fazia um progresso me-

lhor no terreno. Mas a situação não dá".

Por outro lado, além da falta de recursos para adquirir-las, a utilização de máquinas não é, neste caso, economicamente viável, devido ao pequeno tamanho das propriedades. É fato conhecido que a máquina na agricultura, assim como na indústria, exige uma certa escala em sua utilização, quer para não se tornar ociosa, quer para ter seu custo amortizado antes de tornar-se obsoleta. Portanto, a utilização de determinadas máquinas não é viável em pequenas propriedades.^{1/} Como a tecnologia existente é adaptada para propriedades de tamanho maior, seu emprego acaba sendo, na pequena propriedade, mais oneroso do que a utilização do trabalho vivo:

"Não uso. Por hora o serviço não compensa. A máquina precisa de muito serviço. Não uso máquina. Só compensa quanto tem muito terreno bom e bastante".

A necessidade de grandes extensões para que a máquina seja economicamente viável na agricultura é ainda resultado do fato de que a sazonalidade das tarefas agrícolas torna a máquina ociosa durante certos meses do ano. Como a máquina, na agricultura, só é utilizada em determinado período do ano, ela tem que ser intensamente ocupada neste período.^{2/} E ser ocupada intensamente num curto espaço de tempo significa ser

^{1/}"Há com efeito, toda uma série de máquinas que só podem ser empregadas com vantagem na grande exploração. O campones não pode tirar delas todo o proveito possível" (KAUTSKY, 1968:110).

^{2/} A este respeito ver KAUSTSKY, KARLS, *A Questão Agrária*, IAEMMERT, 1968, p. 56.

ocupada em extensões de terra maiores.

Assim, devido à escassez de terras e à sazonalidade própria das atividades agrícolas, ter uma máquina significa para estes pequenos proprietários mantê-la inativa grande parte do ano, o que inviabiliza seu emprego.

Finalmente, existem fatores de ordem técnica que dificultam a utilização de máquinas na região. A topografia não favorece o emprego de máquinas por serem os terrenos por demais acidentados e pedregosos:

"Terreno não dá pra usã máquina. Tem muita pedra. Vim vê máquina aqui (Pirassununga)".

A utilização de insumos é igualmente rara, conforme os dados secundários já indicavam no capítulo 2. A própria adubação só é realizada em duas das trinta e sete propriedades pesquisadas. Mesmo nestes casos a adubação era insuficientes e restrita a produtos específicos.

Enfim, se a região se caracteriza por uma escassa utilização de insumos e instrumentos modernos, as tarefas agrícolas nestes pequenos sítios são basicamente realizadas pelo braço humano, auxiliado apenas pelos instrumentos mais essenciais, como a foice, o machado e a enxada. Esporadicamente aluga-se o arado. Nestas circunstâncias, a produção do sítio é prejudicada também pela impossibilidade de se adotar técnicas mais modernas de cultivo.

Além da produção de gêneros alimentícios ser insuficiente, a quantidade de gado existente nestas propriedades é

insatisfatória. Os dados abaixo permitem observar que apenas pouco mais da metade das propriedades possuem gado, sendo que a maior parte possui menos de dez cabeças.

Gado - número de cabeças	
- de 5	-
5 a -de 10	9
10 a -de 15	4
15 a -de 20	2
+ de 20	6

57% das propriedades possuem gado.

A insuficiência de gado nas propriedades ressalta ainda mais a precária situação financeira destes pequenos proprietários se se tem em mente a importância do gado na região, como meio de ajuntar dinheiro:

"Gado prá nós é muito valioso. Gado dá mais renda. Compra e depois de uns tempo pode vendê".

O gado portanto é a maneira de tornar viável investimentos maiores. É com ele que se iniciam novos negócios, como a compra de uma venda ou de um taxi:

"Não é difícil (a compra de um taxi). É só arrumã dinheiro prá comprã o carro. Trabalho e vou comprando um gado. Daí dá pra eu comprã".

O gado funciona ainda como reserva, ou seja, quase como uma poupança, só sendo vendido em casos de emergência:

"Dinheiro? Dinheiro vem do gado. Sô vendo um po-
quinho prá não ficã sem nada".

O gado deve ser reservado por exemplo, para o paga-
mento de despesas ~~m~~édicas extraordinárias:

"Antes tinha gado. O vô foi vendendo e acabou tu-
do. O vô vendeu porque tio ficô doente e ele ven-
deu o gado prá tratá do tio".

A importância do gado é tal que, com certo exagero,
pode-se afirmar que "povo do sítio veve é do gado".

Tal importância advém, em última instância, do fato
do gado proporcionar renda monetária, chegando a ter o mesmo
significado que dinheiro:

"Gado dá mais. Lá nóis faiz dinheiro é com gado".

O gado é importante sobretudo porque é um investi-
mento relativamente acessível e seguro. Sua compra é feita
através de financiamento bancário e o próprio banco garante a
sua compra posterior:

"Gado eu negocio com outros fazendeiro. Financio
no banco. Depois vendo. A diferença é lucro".

Por toda estas razões é que o gado é adquirido sem-
pre que haja algum dinheiro disponível:

"Pretendo comprar mais gado. Tenho pasto bastante.
Tenho só vinte cabeças e quarenta hectares de pas-
to. Podendo tem que comprá mais".

Enquanto que para o grande proprietário, o gado significa um substituto para os produtos destinados à comercialização, cujo cultivo fica dificultado pelas condições climáticas desfavoráveis e pela distância do mercado:

"Fazendeirão lá só quer saber de gado".

Para o pequeno proprietário, o gado tem um significado bastante especial. Ele é, mesmo, uma maneira de se ter acesso à terra. Na impossibilidade de adquirir a terra diretamente, o pequeno proprietário compra primeiro o gado e após criá-lo, revende-o por um preço bem mais elevado. O processo continua até que se obtenha o dinheiro necessário para a compra do sítio:

"Comprei o sítio. Vendia gado e consegui o dinheiro".

Apesar de alguns depoimentos otimistas com relação a possibilidade de adquirir gado a partir daí realizar investimentos maiores, a realidade é que a situação destas pequenas propriedades é precária, e a quantidade de gado não é sequer suficiente. Um dado a mais na direção de demonstrar a insuficiência destas propriedades é que embora o cercamento seja essencial, principalmente para evitar a evasão do gado, muitas delas não são sequer cercadas, conforme pode ser observado nos dados abaixo:

Existência de cerca nas propriedades

	Total	Porcentagem
Possui	23	62,2
Não Possui	6	16,2
Parcialmente cercada	8	21,6

Mesmo nas propriedades cercadas, geralmente o arame foi comprado com o dinheiro obtido através da venda da força-de-trabalho. É comum ainda recorrer-se ao crédito para a compra do arame.

A utilização de crédito para investimento não é porém prática comum no grupo, sendo este mais um aspecto a ressaltar a insuficiência deste grupo de pequenos proprietários.

A insuficiência de crédito rural entre pequenos proprietários não é surpreendente. É sabido que quem possui maiores facilidades para conseguir crédito rural "é o grande proprietário de terras, por poder dá-la como garantia, além de possuir outras facilidades junto à rede bancária" (GRAZIANO DA SILVA, 1978:257).

Já o pequeno proprietário encontra dificuldades para utilizar o crédito rural. Além de possuir a terra para dar como garantia, os pequenos proprietários em estudo são bastante conscientes que qualquer tentativa de capitalização do imóvel é artificial e arriscada, tendo em vista sua precária situação financeira. Existe sempre o receio de "entrar neste negócio de banco e ficar intranquilo", já que qualquer fracasso significa a perda da propriedade.

Por outro lado o crédito para consumo é amplamente utilizado. Verificou-se que a grande maioria das famílias necessita utilizar o crédito para a aquisição dos gêneros mais essenciais para sua sobrevivência, tais como mantimentos e roupas. A compra no armazém, principalmente, é sempre feita a crédito. Naturalmente esta ampla utilização de crédito para consumo é mais um indicador da impossibilidade da pequena propriedade garantir a sobrevivência de seus membros, na medida que demonstra que não dispõe de dinheiro sequer para atender suas necessidades mais elementares.

Segundo depoimentos dos entrevistados, o crédito é essencial também para facilitar a compra do próprio gado. Se este tipo de financiamento for retirado, a compra de gado passará a ser ainda mais difícil, e conseqüentemente rara. Com isto estaria ainda mais reduzida a estabilidade destas propriedades, na medida em que o gado é uma das fontes de segurança em casos de imprevistos na lavoura.

O grupo, portanto, de um lado é forçado, pela precariedade econômica em que se encontra, a utilizar amplamente o crédito para consumo. De outro, este mesmo grau de pobreza dificulta e torna arriscada a utilização do crédito para investimento. Sua situação é tão precária que não há a possibilidade de capitalização do processo produtivo. É este o quadro que pode ser detectado a partir dos dados relativos à utilização de crédito apresentados abaixo:

Utilização de crédito

UTILIZA - 34 propriedades (91,9%)

		Percentagem
mantimentos (armazém)	34	100,0
roupas	23	67,7
na propriedade	2	5,9
açougue	2	5,9
médico, remédio	2	5,9

NÃO UTILIZA - 3 propriedades (8,1%)

As propriedades em questão são ainda insuficientes tanto para absorver continuamente toda a mão-de-obra de que dispõem, como em determinadas ocasiões, conseguir realizar todas as tarefas necessárias apenas com a mão-de-obra familiar.

Isto deve-se basicamente ao fato do ritmo de trabalho na agricultura ser bastante variável ao longo do ano. Em determinadas ocasiões, como na época de plantio e colheita, ele é tão intenso que a família pode ser obrigada a recorrer a trabalhadores assalariados. Em outras partes do ano, entretanto, as tarefas a serem executadas são poucas, deixando sem ocupação no sítio pelo menos alguns membros da família.

A própria família é entretanto, responsável pela maioria das tarefas executadas na propriedade. Todas as propriedades, sem qualquer exceção, utilizam mão-de-obra familiar, sendo que a maior parte delas utiliza entre dois e seis membros da família nas tarefas agrícolas, conforme indicam os dados abaixo referentes à utilização de mão-de-obra.

Mão-de-obra

Mão-de-obra familiar

Mão-de-obra de assalariados

UTILIZA: 15 propriedades

Número	Total	Perce ntagem	Número	Montan te (cr\$)	UTILIZA: 15 propriedades				Total	Perce ntagem	
					100 a -de200	200 a -de400	400 a -de600	600-800			800-1000
- de 2	2	5,5	-de 5		2	1	1	2	4	10	66,7
2 a -de 4	10	27,0	5a -de10		1				4	5	33,3
4 a -de 6	11	29,7	10a -de15								
6 a -de 8	4	10,8	+ de 15								
8 a -de 10	5	13,5	Total		3	1	1	2	8	15	
10 e mais	<u>5</u>	<u>13,5</u>	Percentagem		20	6,7	6,7	13,3	53,3	100	100
	37	100,0									

NÃO UTILIZA: 20 propriedades (57%)

O ritmo de trabalho é intenso nos meses de outubro e novembro, quando ocorre o plantio da maioria dos produtos, declinando sensivelmente na época das chuvas. Durante as chuvas, com a roça plantada, praticamente o que resta fazer é esperá-la crescer, como explica um dos entrevistados:

"Serviço é pouco. Não é estorvo de serviço não. Lá é seco. No tempo das águas estou com a roça plantada".

Por ser a região seca, torna-se imprescindível o plantio dos produtos se realize em outubro, época em que se iniciam as chuvas na região. Só assim estará assegurada a umidade suficiente para a germinação das sementes.

O feijão, entretanto, é plantado duas vezes ao ano. Uma em outubro, junto com as demais culturas, sendo denominado feijão das águas, e outra em maio ou junho, o feijão da seca.

A roça estando plantada, resta fazer limpezas periódicas do mato que cresce, a fim de que este não comprometa a produção da roça:

"Bato a palhada (fazer a limpeza) e espero fazer em janeiro ou fevereiro".

Em janeiro e fevereiro, com a colheita do milho, de feijão das águas e do arroz, o ritmo de trabalho volta a intensificar-se.

A mandioca é a única cultura que permite uma maior flexibilidade do tempo para ser colhida, pois pode permanecer

na terra por longo período. Daí dizerem que a mandioca pode ser colhida "em qualquer época".

Após a colheita, o ritmo de trabalho diminui novamente, até a época de preparo da terra para o próximo plantio.

Quando as tarefas agrícolas exigem menos trabalho maio a setembro principalmente, uma das atividades realizadas são os serviços relacionados à manutenção da propriedade, principalmente o reparo de cercas:

"Faço servicinho de retoque de cerca, de casa, etc."

Os pastos e os animais também continuam exigindo cuidados:

"Tem campo (animal) prá olha, estocá um pasto. Rogo um pastinho, zelo das criação, arrumo uma cerquinha".

Outra atividade realizada neste período é a fabricação de rapadura, a partir da cana-de-açúcar.

Existem ocasiões, portanto, em que pouco há a fazer no sítio, época em que a maioria se assalaria, pois realmente não existe como se ocupar no sítio:

"Quando não estou prá cá (Pirassununga), não faço nada. Fico lutando, tóco um servicinho, faço um depósito".

"As vezes fico parado. Não tem movimento de serviço"

"Os amigos sempre vêm. É bom prá ganhã dinheiro. Lá no verão não faiz muita coisa mesmo".

Entretanto, se em certas ocasiões a falta de serviços para os próprios membros da família é uma realidade, a contratação de diaristas em determinadas épocas do ano agrícola também é bastante significativa.

As razões apontadas para a utilização de trabalho as salariado são várias.

A primeira é que a pouca utilização de instrumentos e insumos modernos no sítio, significa que o trabalho vivo continua sendo necessário em grande quantidade. Como a "máquina é o braço", o número de braços deve ser grande, principalmente nas épocas de plantio e colheita. O emprego de diaristas é então particularmente necessário nas famílias pequenas e/ou com poucos membros em idade produtiva. Como não se utiliza técnicas poupadoras de mão-de-obra, a necessidade de braços permanece grande, exigindo a contratação de diaristas, principalmente em época de "pico" de demanda de mão-de-obra:

"Em outubro e novembro nóis não dá conta de fazê o serviço sozinho".

Uma segunda razão que leva à contratação de diaristas é que com o assalariamento, de parte dos membros da família, nem sempre é possível para os que ficam fazer todo serviço:

"Aperta o serviço e não dá conta. Às vezes na épo-

ca de limpa nōis estã prã cá".^{1/}

Isto é particularmente verdade quando os filhos são pequenos, pois neste caso, com a ausência do proprietário, o sítio fica sob a responsabilidade somente da mulher:

"Agora mulher pois gente de fora. Empreitou uma roça por Cr\$1.300,00 para derrubar".

A situação agrava-se quando o assalariamento se dá por um período relativamente longo, como é o do grupo em estudo. Com a ausência por seis meses de vários membros da família, a roça fica prejudicada se não se recorrer a diaristas, com exceção das famílias muito numerosas, que apesar de assalariar alguns membros ainda dispõem de braços suficientes no sítio.

O próprio assalariamento de parte da família se configura portanto como uma das razões que levam o pequeno proprietário a contratar diaristas:

"O pai põe gente prã ajudã quando nōis estã fora".

No grupo em estudo, a necessidade de contratar diaristas é agravada pelo fato da roça ter que ser plantada em

^{1/} Kautsky já assinalava que com o assalariamento de parte da família, "os que ficam devem naturalmente matar-se de cansaço durante o verão. Mas os seus esforços não bastam para suprir o trabalho dos que partiram. Urge, portanto, o engajamento de braços auxiliares de operários assalariados, que são ocupados durante o tempo de serviço mais duro e que podem ser dispensados logo que não tenha mais necessidade deles" (KAUTSKY, 1968:30).

outubro, e a safra da usina sō terminar no início de novembro. Assim, a terra deve pelo menos estar preparada para que o pequeno proprietário possa plantá-la ao chegar. Ou seja, principalmente devido à limpeza do terreno que deve ser feita, em outubro, quando estes pequenos proprietários ainda estão na usina, é muitas vèzes impossível deixar de se recorrer a diaristas:

"Às vèzes o marido ainda está prã cá e a mulher inicia a roça contratando gente de fora".

Finalmente, a ausência prolongada do proprietário acaba por desorganizar os tradicionais esquemas de ajuda mútua, como o mutirão:

"Quase não tem mutirão. Até de gente vai ficando fracassado. Até de gente, porque o povo vem vindo tudo prã cá".

Com o desaparecimento pelo menos parcial do mutirão, da troca de dias e de outras formas auxílio vicinal, o único recurso, em casos de emergência, é o emprego de trabalhadores assalariados. Passa a haver necessidade de uma disponibilidade de renda monetária para remunerar a força de trabalho necessária em ocasiões em que a mão-de-obra familiar não é suficiente. O montante gasto por estes pequenos proprietários com diaristas é bastante grande, principalmente se se tem em mente o tamanho das propriedades e a precariedade da situação do grupo.

Recorde-se que os dados secundários já apontavam para uma significativa utilização de mão-de-obra temporária

no município.

A contratação de diaristas pode parecer "irracional", na medida que a necessidade de assalariados temporários advém, em grande parte, do próprio fato destes pequenos proprietários estarem se assalariando. Pareceria mais lógico permanecer trabalhando somente na propriedade, o que evitaria, para a maior parte das famílias, a contratação de diaristas.

Entretanto, o tempo em que os diariastas são necessários é bastante reduzido, quando comparado com a "disponibilidade" de tempo que estes pequenos proprietários têm para o assalariamento. Assim, o ganho advindo do assalariado compensa em muito o gasto com diaristas.

O membro da família deve ser alimentado o ano todo. Se ele é ocupado apenas alguns meses, é necessário empurrá-lo para fora da propriedade, mesmo que sua ausência provoque a necessidade de contratar diaristas em certas épocas do ano. Por maior que seja a diária destes últimos, elas não equivalem ao montante que seria gasto com a manutenção de um membro da família ou com o salário por ele recebido.

Isto é particularmente verdade pela grande diferença existente entre as diárias pagas em Montalvânia e as pagas na usina. Em Montalvânia as diárias são bastante inferiores estando ao redor de Cr\$30,00 em meados de 1978. Assim, o gasto com diaristas é apenas uma pequena parcela do dinheiro obtido na usina.

A utilização de trabalho não significa, entretanto, neste caso, existência de um processo de produção capitalista

no imóvel, uma vez que se trata de assalariados temporários, que estão apenas esporadicamente complementando o trabalho familiar, numa economia voltada basicamente para o auto-consumo.

Ademais, é exatamente devido à escassa utilização de tecnologia moderna, poupadora de mão-de-obra que estes pequenos proprietários são levados a utilizar diaristas em épocas de "pico" de demanda de mão-de-obra como acabou de ser mencionado.

Assim, é a própria inexistência de um processo de produção capitalista no imóvel que explica, em grande parte, a utilização de trabalhadores assalariados.

Além disto, o pequeno proprietário em questão não é no fundamental um empresário que compra força-de-trabalho. Os assalariados temporários que eventualmente contrata são sempre alguém em situação bastante semelhante à sua, que o *ajudam* quando necessário, assim como ele próprio também se assalaria sazonalmente:

"Contrato cinco ou seis prã ajudã acabã com o serviço depressa. Os vizinho ajuda e depois eu ajudo os vizinho".

A utilização do trabalho assalariado por estes pequenos proprietários, embora significativa, tem que ser encarada com certa cautela. Ela se dá apenas em momentos muito precisos e reduzidos, como *complemento* do trabalho familiar. A família é quem supre a quase totalidade da necessidade de mão-de-obra na propriedade.

Em resumo, o ritmo de trabalho no sítio oscila bastante no decorrer do ano agrícola, já que a sazonalidade das tarefas na agricultura torna a necessidade de trabalho bastante variável. É isto basicamente que leva estas pequenas propriedades a serem insuficientes sob dois aspectos que são aparentemente são contraditórios: para dar emprego o ano todo aos membros da família e para suprir suas necessidades de mão-de-obra em determinadas ocasiões.

Mais que isto, é um processo - o desenvolvimento do capitalismo - que dá coerência a estes diferentes fenômenos. É com ele que o pequeno proprietário torna-se cada vez mais insuficiente e se ve forçado a vender sua força-de-trabalho. É ele, ao mesmo tempo que "libera" o pequeno proprietário para que possa se assalariar, na medida em que a indústria doméstica do pequeno proprietário é destruída e uma série de atividades passam a ser executadas fora da propriedade, deixando o pequeno proprietário sem ocupação nos períodos em que as atividades agrícolas diminuem.

Enfim, ocorre um aumento da sazonalidade típica das atividades agrícolas, que significa de um lado o pequeno proprietário é liberado para se assalariar, na medida em que fica sem ocupação durante boa parte do ano, e de outro, o obriga a se assalariar neste tempo "disponível" para completar a insuficiente renda da propriedade.

A insuficiência destes pequenos proprietários não pode, porém, ser encarada como algo estático, algo que sempre tenha ocorrido ao mesmo grau e da mesma forma. Ao contrário, o processo pelo qual estes pequenos proprietários se tornaram

insuficientes é um processo dinâmico, no qual os vários níveis de insuficiência foram se acrescentando uns aos outros.

Neste sentido, é necessário iniciar pelo processo pelo qual foi viável para estes trabalhadores adquirir um pedaço de terra e se tornarem proprietários.

A própria história da região auxilia bastante a esclarecer tal processo. As terras foram adquiridas em época em que seu preço era relativamente acessível. O sítio era comprado à prazo com dinheiro obtido através da venda da força-de-trabalho, principalmente em outras regiões, onde as oportunidades de emprego eram maiores^{1/}, ou do gado.

Outras vezes o dinheiro foi acumulado durante um período de permanência como meeiros, agregados, moradores, em grandes propriedades da região:

"O pai vendeu duas cabeças de gado e comprou (o sítio) a prestação. Pagou em quatro anos".

"Fazenda foi comprada. Vendí gado e trabalhei de alugado, e depois comprei. Naquele tempo era barato".

"Compramo a prestação (o sítio). Pai trabalhava nas fazenda dos outro. Levou um ano prá pagá".

Assim, como já foi anteriormente mencionado, o aces

^{1/} A construção de Brasília, por exemplo, se constituiu numa oportunidade de emprego para estes trabalhadores.

so à terra foi, em certa época relativamente facilitada na região. Alguns chegaram inclusive a adquirir extensões relativamente grandes de terra, pois seu valor era irrisório.

O acesso relativamente fácil à terra fazia com que o trabalho assalariado fosse praticamente mera via para se tornar proprietário. Apenas os indivíduos em situação financeira muito precária é que não conseguiam adquirir um pedaço de terra, permanecendo como muitos moradores agregados ou assalariados.

"Lá quase todo mundo tem seu terreninho".

Um dado que comprova estas informações é que as terras, tanto herdadas como compradas são propriedades antigas das famílias, sendo que a maior parte delas pertence à mesma família há mais de vinte anos. Por outro lado, não existe nenhuma propriedade que tenha sido adquirida nos últimos cinco anos, indicando que este acesso facilitado à terra foi paulatinamente sendo dificultado.

tempo de propriedade forma de aquisição	0 a -de 5	5 a -de 10	10 a -de 15	15 a -de 20	+de 20	Total
compra		2	4	2	13	21
herança		2	2	-	11	15
total		4	6	2	24	36

58,3% das propriedades foram compradas

41,7% das propriedades foram herdadas

A elevação do preço da terra é o principal obstácu-

lo para que um trabalhador adquira seu próprio terreno hoje na região. Se nos anos cinquenta e sessenta "era mínimo o valor dessas terras", em 1978 o preço do alqueire de terra na região variava entre Cr\$5.000,00 e Cr\$10.000,00, dependendo de sua qualidade e localização.

Embora este ainda seja um preço baixo quando comparado com o preço da terra na maioria das regiões do país, ele é suficientemente alto para tornar difícil a compra de novas terras:

"Precisava combinã o preço. O preço não dá prã gente. Às vêzes pedem muito pela terra".

Portanto, um dado decisivo neste processo dinâmico pelo qual estas propriedades tornaram-se insuficientes é o de que é impossível continuar adquirindo terras no antigo esquema que consistia em se assalariar, com o dinheiro obtido comprar gado, e após a venda deste obter o dinheiro necessário para a compra do sítio.

Assim, torna-se cada vez mais difícil para os filhos de pequenos se reproduzirem enquanto tais.

Mesmo as propriedades já adquiridas têm, quanto muito, apenas mantido o seu tamanho. Algumas delas vêm, inclusive, tendo sua área reduzida, conforme indicam os dados abaixo:

Alterações no tamanho da propriedade

		Porcentagem
não alteração	27	77,1
aumento	2	5,7
diminuição	6	17,2
	<u>36</u>	<u>100,0</u>

O assalariamento surge então como um momento neste processo pelo qual estes pequenos proprietários tornaram-se ca da vez mais insuficientes. Ou melhor, o assalariamento surge como uma tentativa de solucionar os problemas financeiros que esta insuficiência traz.

Resumindo, a elevação do preço da terra e a consequente dificuldade de aquisição de novas terras que permitam aos filhos destes pequenos proprietários reproduzirem-se enquanto tais é uma das razões que os leva a se assalariar. Na impossibilidade de adquirir novas terras, a pequena propriedade torna-se insuficiente para manter a família, fazendo com que o trabalho assalariado passe a ser um complemento indispensável.

Existe uma outra razão fundamental para o assalariamento dos pequenos proprietários de Montalvânia. É a necessidade de obter renda monetária. Com a integração do pequeno proprietário ao mercado já referente na introdução ele é obrigado a abandonar a autosubsistência. Depende cada vez mais do dinheiro com o qual compra os produtos que não mais produz. Se antes as compras eram praticamente limitadas ao sal e ao querosene, agora uma gama enorme de mercadorias deve ser ad-

quirida. A venda da força-de-trabalho surge então como alternativa para obtenção do dinheiro necessário. Enfim, numa economia capitalista, é impossível para o pequeno proprietário prescindir do dinheiro. E o assalariamento é uma fonte segura de renda monetária:

"Nóis produz o pão. Mas nem sô de pão vive o homem. Então, o negócio é vim prá cá".

"Sítio não dá. Tem que comprá de tudo, e tudo o sítio não dá".

Assim, a necessidade de assalariamento surge basicamente como decorrência da própria inserção do pequeno proprietário no mercado, pois com esta instala-se definitivamente o poder do dinheiro entre eles.

O assalariamento é portanto sempre justificado em função da necessidade de "ganhar um dinheiro mais controlado", o que o sítio não permite.

Um outro dado importante é que neste caso específico, o assalariamento é a única maneira de obter esta renda monetária *estável*.

Uma alternativa para o dinheiro necessário poderia ser a venda de parte da própria produção do sítio.

Embora esporadicamente estes pequenos proprietários possam vender pequena parcela de sua produção para adquirir algo que necessitam com urgência, tal prática é terminantemente evitada:

"Só vendo o que dá com sobra. Às vezes vendo um pouco prá pagá alguma coisa. Se vende, fico sem nada".

A venda da produção "que sobra" não é portanto comum. As condições climáticas e a escassez de terras mencionadas anteriormente dificultam uma produção acima das necessidades de consumo da família, principalmente quando esta é numerosa, como é a regra. Não há geralmente um "excente" que possa ser comercializado. Apenas eventualmente uma safra favorável proporciona uma quantidade de produtos aquém do necessário para a alimentação da família.

Mais comum, entretanto, é a necessidade premente de dinheiro forçar estes pequenos proprietários a comercializar parte da produção destinada ao consumo familiar, indicando mais uma vez a insuficiência destas propriedades.^{1/}

Esta alteração, embora parcial do destino da produção não é de todo sem consequências. A mais imediata é a deterioração das condições de alimentação da família, que fica assim privado, total ou parcialmente, de um ou mais produtos tradicionalmente presentes em sua mesa. Naturalmente existe a possibilidade da compra posterior do mesmo produto no mercado. Esta compra porém, sempre será realizada a um preço mais elevado do que o conseguido por ocasião da venda.

^{1/} Quando a necessidade de dinheiro obriga estes pequenos proprietários a vender parcela de sua produção, isto é feito nas feiras-livres da cidade

Enfim, é praticamente impossível para estes pequenos proprietários obter renda monetária, pelo menos na quantidade necessária, através da comercialização de parte da produção do próprio sítio, a qual é basicamente destinada à auto-subsistência:

"Não vendo nada. Terra é fraca. Se vende fico sem comê".

"Só vendo quanto sobra. Se vejo que vai faltá não vendo".

"O resto não vendo, porque o sítio é pequeno. Se vende, de que que nós vêve?".

Uma segunda alternativa para a obtenção de renda monetária seria o cultivo de produtos de destinação industrial, cuja venda, teoricamente, poderia fornecer o dinheiro necessário para complementar as necessidades destes pequenos proprietários e suas famílias.^{1/}

O plantio de produtos destinados à comercialização

^{1/} A venda da força-de-trabalho, de forma direta, decorre também, em parte, da impossibilidade destes pequenos proprietários cultivarem produtos destinados à comercialização. Embora os pequenos proprietários que produzem basicamente para comercialização enfrentem dificuldades econômicas semelhantes ou até maiores dos que têm sua produção voltada para subsistência, o cultivo de produtos como fumo, a uva, a laranja, etc., determina um tipo de submissão ao capital diferente daquele advinda da venda direta da força-de-trabalho, conforme já foi colocado na Introdução. Nesse caso a submissão se dá como decorrência das condições de venda do produto ou seja, preços baixos, comprometimento em vender a produção para uma determinada indústria, etc. e não propriamente da venda da força-de-trabalho. A este respeito ver, Tavares dos Santos, V. Vicente, *Os colonos do vinho*, Hucitec, São Paulo, 1978.

é problemática, no caso em estudo, em primeiro lugar, porque o volume de investimento necessário em tais culturas é bastante grande.

A utilização de insumos modernos é geralmente necessário e a utilização de máquinas é elevada nestas culturas e este grupo de pequenos proprietários não têm condições de utilizar nem máquinas e nem insumos modernos.

Na maioria das vezes, estes pequenos proprietários não possuem recursos sequer para combater as pragas, condição necessária para uma boa colheita:

"não planto algodão. A lagarta estraga. Não dá prá comprá prá por veneno".

"De uns tempo prá cá o algodão não sai mais por causa das pragas".

A própria qualidade inferior de suas terras, ruins e distantes do mercado, constitui-se num segundo sério obstáculo para o plantio de produtos destinados à comercialização.

O custo da produção nestes terrenos de baixa fertilidade e distantes do mercado pode ser superior ao preço estipulado para o produto no mercado:

"algodão é ruim por causa da terra".

A seca aparece como outro obstáculo para o cultivo de produtos destinados à comercialização. Na região, o plantio de culturas para comercialização pressupõe irrigação devido à escassez de chuvas. A irrigação é um investimento com

o qual o pequeno proprietário geralmente não pode arcar:

"Não plantio outra coisa porque sou fraco. Não tenho motor prá irrigã".

Embora teóricamente, a irrigação seja também necessária para os demais produtos, com relação às culturas comerciais, ela é essencial, no sentido de tornar a produção economicamente viável.

A única alternativa para quem não pode arcar com as despesas de uma irrigação é ficar na dependência da chuva:

"Plantei soja. Pois agora. Pois agora porque melhorou mais a chuva".

As dificuldades com a comercialização constituem-se em mais um obstáculo para o cultivo de produtos destinados à comercialização. Impedidos de vender diretamente sua produção às fábricas por não disporem de condução, estes pequenos proprietários estão sujeitos aos intermediários. A exploração destes pequenos produtores, por parte do capital comercial se faz sentir de forma bastante aguda. Na impossibilidade de vender diretamente a produção, estes pequenos produtores são obrigados a aceitar o preço e as condições impostas pelo intermediário:

"Vendo o algodão na porta. Não dá prá vende direto proque é longe".

"Algodão vendo no armazém. Eles vão buscã. Não tenho outro lugar porque o lugar é fraco de condução. Quando leva é melhor. Vende com preço me-

lhor. Quando vão busca tem que pagã o frete".

Frequentemente, os baixos preços obtidos como decorrência do capital comercial são apontados como o maior impecilho para o cultivo de produtos comercializáveis:

"O algodão vão busca lã. O preço é baixo. Tem região que dá melhor".

"Amendoim não dá prá vende quase. Quase não tem comprador. Quando aparece comprador quer pagar pouco".

Na região de Montalvânia é, portanto, bastante difícil para o pequeno proprietário dedicar-se ao plantio de culturas para comercialização. As condições naturais são desfavoráveis e a distância dos centros consumidores torna a comercialização ainda mais difícil que o normal.

As dificuldades são tantas que na maioria das vezes, após algumas tentativas, o pequeno proprietário desiste do plantio de culturas para comercialização:

"Plantava algodão, mas o algodão não tá tendo valor mais".

"Plantava algodão mais larguemo. A turma compramuito baratinho".

Ressalte-se que os dados secundários já demonstravam esta redução na área plantada com algodão.

Assim, a tendência com relação às alterações no uso do solo, quando estas ocorrem, são mais no sentido de abandonar o cultivo de produtos destinados à comercialização do

que de introduzi-los, conforme indicam os dados abaixo:

Uso do Solo

HOUVE ALTERAÇÃO - 1 propriedades (16,2%)

- passou a plantar produtos para comercialização 2 -5,4%
- deixou de plantar produtos para comercialização 4 -10,8%

NÃO HOUVE ALTERAÇÃO - 31 propriedades (83,8%)

Em resumo, é bastante difícil para o pequeno proprietário competir com o grande cultivo de produtos para comercialização. "A pequena propriedade agrícola, conforme vai se inserindo na economia de mercado passa a ter um inferioridade cada vez maior com relação à grande propriedade, revelada pela menor superfície possível de ser cultivada, pela dificuldade de emprego de máquinas, e de uma maior especialização de trabalho, pela inferioridade na comercialização de seus produtos e a quase impossibilidade de obtenção de crédito favorável". (GRAZIANO DA SILVA, coord. 1978:259).

Além deste obstáculo fundamental, o plantio de culturas para comercialização implica, devido à escassez de terras, numa diminuição da área destinada à lavoura de subsistência:

"A terra é pouca e tem que faze um bando de coisa".

"Não posso planta muito algodão. Tem que planta a mandioca, feijão, etc."

Portanto, a decisão de plantar produtos destinados

a comercialização só será tomada se o montante obtido com sua venda for superior ao que o pequeno proprietário passará a gastar com a compra dos gêneros de subsistência que antes produzia. Como o preço dos produtos como o algodão, o amendoim e a cana são bastante baixos na região, geralmente não compensa economicamente cultivá-los e em troca adquirir no mercado o feijão e o milho:

"Antes plantava cana. Cana não dá lucro. Tinha que vende a cana e compra as outras coisa. Não compensa. É melhor plantá de tudo".

O pequeno proprietário opta assim por se dedicar somente à lavoura de subsistência. Nestas não há a incerteza do mercado e nem problema com a comercialização.

Apesar das dificuldades para cultivar produtos destinados à comercialização, estes pequenos proprietários são conscientes de que estes são os únicos produtos que lhes poderiam eventualmente fornecer alguma renda monetária:

"O pessoal lá começou a planta mamona. É vendável. Dá dinheiro. É a planta que dá um dinheirozinho".

Portanto, são conscientes também que deixar de plantá-los significa ter uma propriedade ainda mais insuficiente.

Concluindo, a venda da força-de-trabalho, o assalariamento, é para estes pequenos proprietários a única maneira de obter o dinheiro necessário para complementar a insuficiente produção do sítio, na medida em que o cultivo de produtos para comercialização é bastante difícil, e a venda de parte

da produção da "roça" bastante esporádica:

"Sai prá ganhá dinheiro e levã pro sítio. Dinheiro lá é fraco".

"No sítio não apura dinheiro. Pretendo ganhã um dinheiro mais controlado".

O assalariamento muitas vêzes não necessário sequer para complementar a produção do sítio. Ele é frequentemente necessário para substituir a produção da "roça" dizimada pela seca. A seca faz com que o pequeno proprietário dependa de dinheiro até mesmo para adquirir os gêneros essenciais para sua subsistência, gêneros que deveriam estar garantidos pela sua lavoura de subsistência:

"Vim prá cá por precisão. As coisa tava muito ruim. Mantimento tava curto. Lá nóis veve do mantimento. Este ano choveu pouco. Quando não chove é duro pro pobre".

Nos anos de seca portanto, a situação já precária destes pequenos proprietários se agrava ainda mais. A própria subsistência fica ameaçada, reforçando a necessidade do assalariamento:

"Vim porque a coisa apertou. Precisei dá um pulo fora, porque a lavoura não saiu".

"É o primeiro ano que vim. Situação tava fraca. Tivi necessidade. A lavoura não deu. Da lavoura não dá pro proprietário vive".

As incertezas a que a agricultura está submetida, devido às variações climáticas, reforçam a necessidade de assalariamento. É com o assalariamento que estes pequenos proprietários obtêm uma renda monetária mais regular.

"Esse negócio de lavoura é uma aventura".

"Sô da roça não dá. Tem ano que chove bem e da bastante. Tem ano que não. Tem que ter emprego fora".

Enfim, o assalariamento torna-se necessário também porque "representa a possibilidade de remuneração regular menos sujeita às variações decorrentes de fatores climáticos ou da qualidade do solo cultivado, dado que a força-de-trabalho pode ser alocada em atividades não essencialmente agrícolas (MOURA, 1979:1).

São os filhos, ou seja, os jovens quem mais frequentemente saem em busca de trabalho assalariado:

"A rapaziada sai tudo. Sô fica os velho".

Os dados obtidos indicam que grande maioria os entrevistados eram jovens de menos de trinta anos, conforme pode ser visto abaixo:

Idade e tempo de assalariamento dos entrevistados

Nº de anos que se as- salaria	idade								Percentagem
	18-20	20-25	25-30	30-35	35-40	40-45	45-50	+de 50	
- de 2	4	3		1	1	2		1	32,4
2 a -de 4	6	4	2						32,4
4 a -de 6		2				1			8,1
6 a -de 8		2	1						8,1
8 a -de 10									
+de 10			2	2	1	1	1		19,0
Percentagem	27,0	29,7	13,5	8,2	5,4	10,8	2,7	2,7	100,0

É também a população nesta faixa etária que vem se assalariando há mais tempo.

A já mencionada impossibilidade de filhos de pequenos proprietários adquirirem suas próprias terras hoje e a insuficiência da propriedade paterna obriga-os, portanto, a se assalariarem.

Os filhos solteiros se assalariam principalmente para conseguir dinheiro que lhes permita fazer face às despesas passuais. A partir de certa idade o rapaz passa a ser responsável por sua própria manutenção, além de ajudar o pai nas despesas do sítio:

"Passei dos dezoito anos. Precisava fazer alguma coisa. Lá só ajudava o pai. Saí pra melhorar a situação dele e a minha. Preciso ajudá meu pai".

Para os filhos casados, que continuam a residir na propriedade paterna, o assalariamento é igualmente imprescindível.

dível. A propriedade sendo pequena, é insuficiente para manter a nova família que se constitui. Muitas de suas necessidades têm que ser supridas com o dinheiro obtido através da venda da força-de-trabalho.

Ressalte-se que na impossibilidade de adquirir seu próprio terreno, o novo casal opta por residir no sítio do cônjuge que estiver em melhores condições financeiras, ou seja, aquele que for menos insuficiente:

"Vim prã fazenda do sogro porque lá em casa tinha muita gente. São doze irmão, tudo casado".

Entretanto, se num primeiro momento são os filhos que se assalariam, com o agravamento da situação do sítio, o própria chefe de família é forçado a se assalariar. Assim, é comum se ver pais e filhos trabalhando lado a lado na usina para tentar manter a propriedade da família.

Frequentemente a insuficiência destas propriedades obriga não somente um número cada vez maior de membros da família a se assalariar, como leva uma parte deles a abandonar definitivamente o sítio. A expulsão de parte dos membros da família é um passo a mais no processo pelo qual estas propriedades estão se tornando cada vez mais insuficientes:

"Vai nascendo e vai saindo. Lá no município todo mundo já acostumou vir prã qui".

A proporção dos filhos que deixam o sítio para se tornarem eles próprios pequenos proprietários é bastante reduzida, confirmando a dificuldade que encontram para se repro

duzirem enquanto pequenos proprietários. A maioria dos filhos destes pequenos proprietários ao se casar continua residindo no sítio paterno, ou se transforma em agregado ou morador. Assim, deixam de ter qualquer vínculo mais fixo com a terra que trabalham.

Frequentemente também os filhos deixam o sítio ao conseguir um emprego fixo. Os empregos comuns são os de operário na construção civil para os homens e empregadas doméstica para as mulheres. Estes empregos são preferidos por fornecerem alojamento ou seja, por evitar gastos com moradia.

Quando nem o assalariamento temporário nem o definitivo dos membros da família soluciona a insuficiência destas propriedades, a única alternativa é deixar parte da propriedade sem cultivar. Em alguns casos a falta de recursos é tão grande que não só impede novos investimentos como chega a provocar uma redução na área cultivada da propriedade:

"Tenho terra sobrando. Não planto mais porque sou fraco".

Em casos mais extremos, a solução o passo final é a venda da propriedade e a compra de terras mais distantes e portanto mais baratas:

"Queria comprã terreno em Goiãs que era mais barato. Mas só encontrei terra cara e voltei".

"Muito parente vende lá prá comprã no Pará, em Goiãs".

Concluindo, estas propriedades não são insufi-

cientes, como estão se tornando cada vez mais insuficientes.

As colocações sobre a necessidade e o porque do assalariamento não são entretanto suficientes para explicar a migração sazonal, ou seja, porque o assalariamento se dá em São Paulo.

A migração sazonal dá-se basicamente em função da falta de oportunidade de emprego na região. Os empregos no setor são raríssimos, pois a indústria é bastante incipiente na região, conforme já pode ser constatado pelos dados secundários. De acordo com os dados do Censo Demográfico, Montalvânia tinha apenas 179 pessoas economicamente ativas vinculadas à indústria em 1970.

As atividades agropecuárias tampouco proporciona muitas oportunidades de emprego na região. A pecuária, única atividade existente além da produção para subsistência necessita pouca mão-de-obra:

"Problema é a fraquesa. Lá não tem usina. Não tem emprego".

"Lá é parado prá ganhã dinheiro. Emprego lá são mi chado. Lá sô tem emprego prá ganhã ninharia, menos que aqui".

"Vim porque o lugar lá não permite. As facilidade são pouca".

"Gosto de da uma passeio fora. Trabalha prá ganha dinheiro. La o movimento é mais pouco, não tem fir ma grande".

"lá não tem uma construção, uma firma".

"Não tem outro serviço. Fora o serviço da gente não tem outro serviço. Sôtem prá ganhã micharia. Lá é parado prá ganhã dinheiro".

"Lugar é fraco, precisava conhece a indústria".

Além da dificuldade de se conseguir emprego na região, os empregos que existem são muito mal remunerados:

"Vim prá usina porque dá muito mais bem que lá".

Frequentemente, inclusive, os empregos da região não são remunerados monetariamente, não fornecendo o dinheiro de que estes proprietários necessitam para adquirir bens no mercado:

"Trabalho em carpintaria, mas não corre dinheiro. Serviço é feito por troca".

Enfim, como os empregos são raros na região, e a necessidade de se assalariar é cada vez mais premente para estes pequenos proprietários, a solução é migrar sazonalmente para regiões onde as condições de assalariamento sejam mais vantagosas:

"Precisa dá uma voltinha, caçã um meio de vida melhor. O lugar lá é fraco prá ganhã dinheiro".

"Se tivesse serviço, não precisava vir prá cá. Governo não ajuda. Ajuda só o fazendeiro. Precisava ter indústria".

"Lá sô tem serviço de servente, que aparecem um mês e falta um ano. Governo não ajuda a pobreza".

O que explica portanto fundamentalmente a migração é o incipiente desenvolvimento das forças produtivas na região, já bastante enfatizado. Devido a ele é impossível obter em Montalvânia o dinheiro necessário para complementar a produção insuficiente do sítio. Os empregos são poucos e a própria circulação de dinheiro é rara:

"A região lá muito fraquinha. Lá o dinheiro não corre".

Enfim, assim se vive em Montalvânia. Apenas metade do ano.....

CAPÍTULO 4

A VIDA NA USINA

"Se estou aqui é porque preciso, se não, em vez de estar aqui estava trabalhando no meu".

Assim como no capítulo anterior enfocou-se as condições de vida e de existência destes pequenos proprietários em suas propriedades em Montalvânia, o objetivo aqui é descrever como vivem estes trabalhadores durante sua permanência na usina em Pirassununga. Aqui serão tratados, portanto, enquanto trabalhadores sazonais de uma agroindústria paulista.

É importante salientar, desde o início, que todas as colocações destes trabalhadores sobre sua vida na usina estão profundamente marcadas pela sua condição de pequeno proprietário insuficiente.

Sua própria vinda para usina é resultado de sua condição de pequeno proprietário insuficiente. É o próprio fato de serem pequenos proprietários insuficientes que os obriga a aceitar as precárias condições de vida e trabalho na usina. É porque necessitam obter dinheiro para poder manter sua propriedade que estes pequenos proprietários se submetem às condições de vida e trabalho que são encaradas como um verdadeiro sacrifício.

É como se este sacrifício de ficar longe da família, enfrentando as mais duras condições de trabalho, adquirísse sentido na medida em que do outro lado está a manutenção da propriedade e da autonomia que ela significa. Tudo vale a pena para se poder continuar sendo um pequeno proprietário independente.

As próprias precárias condições de moradia na usina são aceitas porque são as mais adequadas para ele, enquanto pequeno proprietário que chega de longe sem ter onde morar. Como a própria usina oferece alojamento, estes pequenos proprietários encontram de imediato um lugar próximo ao local de trabalho para se instalar.

Além disso, estes estão interessados em levar a maior quantidade de dinheiro de volta para o sítio e, portanto, em economizar durante sua estadia na usina. Residir na usina é a maneira mais econômica de se manter, pois as pensões na cidade são, no geral, mais caras que o alojamento da usina.

Residir no próprio local de trabalho evita, ainda, gastos com transporte, assim como o desgaste da locomoção diária antes e após a jornada de trabalho.

Concluindo, morar na própria usina é, para estes pequenos proprietários, a opção mais prática e econômica:

"Achei uma boca prá corta cana mais não quis. Aqui ganha mais. A vida fica mais fácil. Já tem os pontos certo (alojamento, comida, etc.). (grifo meu).

Os alojamentos são dois barracões, um deles ocupado pelos motoristas da usina e o outro pelos trabalhadores sazonais.

Cada barracão possui 12 quartos, projetados para quatro pessoas. Foram, entretanto, colocados três beliches em cada quarto, permitindo que seis pessoas utilizem um quarto destinado a apenas quatro. O resultado é, naturalmente, desconforto.

Não há sequer armários ou cabides para a acomodação das roupas, o que dificulta a limpeza e a organização dos quartos.

No fim do corredor, situados um em cada lado, estão os dois únicos banheiros, considerados insuficientes pela própria assistente social da usina.

O único corredor do prédio não possui ventilação alguma.

O que se pode constatar é que estes trabalhadores aceitam ficar mal acomodados durante o período que permanecem na usina exatamente porque se trata de uma situação provisória. Têm que se aceitar ficar mal instalados por algum tempo para se economizar e levar dinheiro para o sítio.

As condições de alojamento pioraram ainda mais a medida que a usina cresceu e o barracão tornou-se insuficiente. Com isto os trabalhadores passaram a ser acomodados também em outros locais, provisoriamente transformados em alojamentos. Estes alojamentos "improvisados" são o antigo clube da usina

e duas casas da colônia normalmente destinadas aos trabalhadores permanentes da usina.

Se no alojamento principal as condições de habitação já eram deficientes, nos alojamentos "provisórios" as condições de habitação são ainda inferiores. No "clube", um grande salão, foram colocadas nada menos de quarenta camas, enfileiradas uma após a outra. Um único banheiro serve a todos os trabalhadores aí alojados. A ventilação é praticamente inexistente, pois as janelas têm que ser mantidas constantemente fechadas, já que no local estão alojados trabalhadores de ambos os turnos. Como as jornadas de trabalho não coincidem, em qualquer horário parte dos trabalhadores está dormindo e o "quarto" tem que ser mantido fechado.

A falta de privacidade é a principal causa de desconforto. Constantemente parte dos trabalhadores tenta dormir, enquanto os demais, acordados, os incomodam com o barulho de um entra e sai constante.

Isto sem considerar o barulho da própria usina, localizada literalmente ao lado do alojamento.

Nas duas casas da colônia ficam alojados quinze trabalhadores em cada uma, sendo que normalmente estas casas são destinadas a apenas uma família.

Os trabalhadores enfrentam aqui, portanto, a mesma falta de privacidade dos alojados no "clube". O entra-e-sai constante das pessoas, principalmente durante o dia dificulta o repouso dos que estão trabalhando no turno da noite. Dormir durante o dia torna-se quase impossível devido o barulho

das pessoas e da usina. Enfim, como é só por seis meses!

Os trabalhadores que conseguem lugar no alojamento principal são portanto, considerados privilegiados com relação aos demais, pois pelo nele os quartos isolados e uma certa distância do corpo da usina asseguram um mínimo de conforto.

As condições de alimentação também deixam muito a desejar. A comida é em primeiro lugar, mal preparada:

"A comida tá ruim. Muitos tá achando ruim é da comida. É mal feita".

"A comida não tá com nada. Tá mal feita. Arroz vem cru".

A falta de higiene na preparação da comida também é motivo de constante reclamações:

"Têm vezes que vem ruim. As vezes vem cabelo na comida".

Outra reclamação constante é a pouca variação do cardápio. Pode-se observar que quase que sistematicamente a refeição constava de arroz, feijão, salada de tomate e bife, sendo apenas esporadicamente substituída por macarrão com frango.

Durante estadia na usina dois fatos comprovaram a má qualidade da alimentação. Primeiro, foi comum observar trabalhadores deixarem a comida praticamente intacta na bandeja, mesmo sabendo que não haveria outra alternativa de alimentação. Segundo, era bastante grande o número de funcionários

do escritório e da enfermaria, por exemplo, que traziam lanches de suas casas para não serem obrigados a almoçar na usina. ^{1/}

Outra reclamação sempre presente com relação às condições de alimentação era que embora as refeições sejam feitas no refeitório da usina, uma delas, almoço ou jantar, é tomada no próprio local de trabalho. Os empregados que se encontram trabalhando durante o dia, no turno das seis às dez e meia horas, almoçam junto às máquinas, o mesmo acontecendo no jantar com os que estão trabalhando no turno da noite. Um dos trabalhadores de cada seção dirige-se ao restaurante e leva a refeição para os demais. Esta é então apressadamente ingerida num dos poros da jornada de trabalho.

Talvez as deficientes condições de habitação e alimentação na usina não fossem tão sentidas se as condições de trabalho não fossem tão ruins.

Em primeiro lugar, o ritmo de trabalho é por demais intenso:

"Desde que cheguei nunca parei. Aqui não tem folga nos domingos".

Recorde-se que durante os seis meses que permanecem na usina, os pequenos proprietários cumprem uma jornada de trabalho de doze horas. Quinzenalmente mudam de turno, o que

^{1/} Acrescente-se a isto que a própria pesquisadora tinha que fazer um esforço razoável para participar das refeições junto com os trabalhadores.

os obriga a trabalhar vinte e quatro horas seguidas. Ou seja, como a usina não para no período da safra, nem mesmo aos domingos, de quinze em quinze dias parte dos trabalhadores "dobra" sua jornada de trabalho para que a outra metade tenha um dia de descanso.

A intensidade do ritmo de trabalho é aparentemente determinada pela necessidade de se moer a cana, que tem seu teor de sacarose reduzido se não for processada logo após o corte.

Portanto, a própria lei que fixa em oito horas a jornada de trabalho a ser cumprida pelo trabalhador não é neste caso respeitada. Abriu-se uma exceção para as usinas, devido à urgência na moagem da cana. Assim, as usinas são autorizadas a exigir de seus trabalhadores uma jornada de trabalho de doze horas ^{1/}.

Existem, entretanto, alguns estudos recentes que dismitem essa necessidade de que a cana seja moída com tanta urgência. Tal alegação poderia ser encarada como uma manobra por parte dos usineiros para que a usina possa funcionar ininterruptamente, ou seja, estender a jornada de trabalho de seus empregados e assim extrair mais sobretrabalho. Isto porque como é sabido, o aumento da jornada de trabalho é a

^{1/} A CLT permite que o trabalhador, além da jornada normal, trabalhe mais duas horas extras. Ao mesmo tempo, permite que haja uma extensão da jornada de trabalho em se tratando de produtos perecíveis. É exatamente neste fato que a usina se baseia para que seus trabalhadores executem quatro horas extras e não duas, conforme prevê a lei. Assim, executam um total de 120 horas extras mensais, o dobro do permitido.

forma de aumentar a mais valia absoluta.

O desgaste sofrido pelo trabalhador é tão grande que pode-se dizer, como José Sérgio Leite Lopes, em *O vapor do Diabo*, que ocorre uma verdadeira dilapidação da força-de-trabalho.

A própria máquina sente o ritmo intenso de trabalho da usina, e necessita de reparos frequentes. A diferença é que a máquina pode, ao contrário do trabalhador, ter suas peças quebradas repostas. O trabalhador, entretanto, sofre danos irreparáveis em sua saúde.

Além do ritmo de trabalho ser intenso, o próprio ambiente de trabalho é dos mais lesivos à saúde. O barulho é sempre ensurdecedor ^{2/}. O pó levantado pelo bagaço da cana irrita de tal maneira os olhos, que obriga, em determinados lugares, o trabalhador a andar constantemente com a cabeça baixa.

A quantidade de fuligem que cai da chaminé é assombrosa. Isto porque a usina não possui equipamento adequado. O resultado é um local de trabalho constantemente sujo.

As mudanças bruscas de temperatura, principalmente, são consideradas prejudiciais à saúde. Uma das tarefas que estes trabalhadores executam é a limpeza das caldeiras. Ao lavar as caldeiras, são submetidos simultaneamente ao calor e

^{2/} Durante a realização das entrevistas, a pesquisadora ficou hospedada em uma fazenda próxima à usina. Mesmo a uma certa distância, era possível escutar o barulho da usina, e algumas pessoas da casa encontravam dificuldade para dormir.

ã umidade, o que é causa de várias doenças 1/.

"Fiquei fraco da vista foi nas caldeiras".

A aspiração do enxofre, utilizado na fabricação do açúcar também é considerada pelos trabalhadores prejudicial à saúde.

Em determinados lugares, o calor é tanto que os trabalhadores são autorizados a trabalhar de "shorts" 2/.

Além disto, declarações do chefe de segurança da usina, esta teria que sofrer várias alterações para que pudessem cumprir algumas normas de segurança. Ele tem por isto, insistido junto a administração para que melhore as condições de segurança em determinados lugares da usina, e os próprios trabalhadores têm consciência de que a execução de determinadas tarefas oferece perigo:

"Serviço aqui é muito perigoso".

Só a título de exemplo, cair dentro de um tanque de fermentação significa morte instantânea, devido a acidez do líquido. A pessoa não chega sequer a morrer por afogamento pois é destruída antes de atingir o fundo.

1/ Ao entrevistar o guarda de um dos alojamentos, a pesquisadora foi informada de que este possuía dois filhos que trabalhavam como cortadores de cana da usina. Estes já haviam ainda trabalhado como serventes na parte industrial da usina, mas agora estavam proibidos, pelo pai, de fazê-lo, pois um deles havia ficado reumático exatamente após ter trabalhado limpando caldeiras.

2/ O título do livro de José Sérgio Leite Lopes, *O Vapor do Diabo* faz alusão exatamente ao calor e ao barulho existentes no interior das usinas.

Estes trabalhadores têm que se submeter ainda a deixar de serem "lavradores" e executar tarefas totalmente desqualificadas. São serventes na parte industrial da usina.

As tarefas relacionadas à limpeza absorvem a maior parte destes trabalhadores. Quase trinta por cento dos entrevistados declarou realizar este tipo de tarefa. A seguir vêm as tarefas relacionadas com a alimentação das caldeiras. Aqui o serviço consiste basicamente em jogar bagaço de cana na caldeira para mantê-la funcionando. As tarefas no salão absorvem igualmente um número bastante grande de trabalhadores. Aí os trabalhadores ensacam o açúcar já pronto, a fim de que possa ser transportado.

Estes trabalhadores desempenham ainda as funções de tombador. O tombador é encarregado de deitar a cana na esteira onde será esmagada. Executam também as tarefas de turbineiro. O turbineiro é encarregado de controlar a turbina e o guindaceiro locomove o guindaste que conduz a cana até a mesa onde será esmagada ^{1/}.

As tarefas consideradas leves, ou seja, as relacionadas com a vigilância das máquinas e à limpeza são preferidas com relação às tarefas do salão, consideradas pesadas, e são geralmente privilégio dos trabalhadores mais antigos:

"Serviço é bom. Fico sentado".

^{1/} A função de turbineiro, antes de invenção da turbina automática, era exercida por um operário qualificado, pois dele dependia em muito a qualidade do açúcar. Atualmente, o turbineiro é um mero vigia da turbina mecânica, e a função pode ser exercida por um operário não qualificado.

Apesar de enfrentar condições precárias de alojamento e trabalho, estes trabalhadores ainda têm que se submeter a receber salários bastante baixos.

O salário hora recebido na usina por estes pequenos proprietários era, na safra de 1978, de Cr\$7.49, passando para Cr\$14.59 na safra de 1979. O salário mensal atingia, na safra de 1978, entre Cr\$2.800,00 e Cr\$3.000,00.

O salário mínimo era, em julho de 1978, época em que foram feitas a maioria das entrevistas, de Cr\$1.560,00. A diferença entre o salário recebido na usina e o salário mínimo não é assim tão significativa, se for levado em consideração o maior número de horas trabalhadas. Ao cumprir uma jornada de trabalho de doze horas, estes pequenos proprietários trabalham em um mês o que normalmente se trabalha em dois, se for levada em conta a jornada normal de trabalho de oito horas. Em suas próprias palavras, eles "fazem dois meses em um". Tal fato deve ser levado em consideração quando se compara o salário recebido na usina com o salário recebido em outros empregos. Se o salário mensal recebido por estes trabalhadores na usina é superior ao salário mínimo, ou equilave ao que ganha em média, um cortador de cana, isto deve-se não ao fato do salário hora ser mais elevado, mas sim ao grande número de horas trabalhadas. A usina, por sua vez, faz questão de enfatizar o fato de que para um salário mínimo superior ao estabelecido por lei, como se isto fosse uma concessão de sua parte, e não resultado de um número superior de horas trabalhadas.

Portanto se for levado em consideração o fato de que

estes trabalhadores fazem 120 horas extras mensais, o salário realmente é bastante baixo. Ao contrário do que poder-se-ia supor, o pagamento de quatro horas extras diárias não provoca elevação tão significativa dos salários. Supunha-se também que o adicional noturno se constituísse numa fonte de elevação de salário ^{1/}.

O que ocorre efetivamente é que a usina paga as horas extras como horas normais, ao invés de pagá-las com 20% de adicional, como manda a lei. Dá apenas um "abono" no número de horas trabalhadas. Ao invés de pagar as 240 horas que o trabalhador cumpre normalmente numa jornada de oito horas, mais 120 horas extras, a usina paga 360 horas normais, ou seja, 240 mais as 120 que deveriam ser pagas como horas extras. Em resumo, as horas extras e noturnas são pagas, segundo os entrevistados, como horas normais, o que significa que o baixo salário mensal recebido deve-se além do baixo salário-hora, a uma série de desrespeitos à legislação trabalhista.

O ponto fundamental, mais uma vez, é que a aceitação deste baixo salário deve-se a própria condição de pequeno proprietário destes trabalhadores.

^{1/} As horas consideradas noturnas iniciam-se a partir das 22 horas, encerrando-se às 6 horas. Ao invés dos 60 minutos normais, elas têm 52 minutos, favorecendo assim o trabalhador que realiza sua jornada de trabalho à noite. O pagamento adicional para as horas noturnas só vem comprovar algo que é do senso comum e que ficará claro no decorrer do capítulo: o trabalho noturno é mais desgastante que o diurno. O adicional noturno nada mais significa, portanto, que uma recompensa ao trabalhador pelo maior desgaste sofrido.

Isto é verdade, em primeiro lugar, porque o salário é, para estes trabalhadores, *complemento* da renda obtida através da produção do sítio, que como foi exaustivamente colocado no capítulo anterior, é insuficiente para garantir a sobrevivência da família. Assim, mesmo insuficiente, o sítio garante parte da subsistência destes trabalhadores. O salário tem para eles um significado diferente do que para o trabalhador já totalmente proletarizado. Sua *dupla referência*, ou seja, ser pequeno proprietário e assalariado ao mesmo tempo, evita que dependa exclusivamente do baixo salário que recebe.

Em segundo lugar, dialéticamente, esta mesma *dupla referência* faz com que aceitem esta baixa remuneração porque é ela exatamente que lhe permite manter o sítio. Estes trabalhadores se submetem a receber salários baixos porque este salário, apesar de ser considerado injusto, é o que lhes permite sobreviver enquanto pequeno proprietário.

Mais que isto, a necessidade premente de obter renda monetária para poder manter o sítio faz com que aceitem as já mencionadas longas jornadas de trabalho como forma de aumentar o salário recebido. É que como são horistas, ou seja, recebem de acordo com o número de horas trabalhadas, existe uma "vinculação para eles indissociável entre salário e horas de trabalho" (LOPES, 1976:101).

Quanto maior o número de horas trabalhadas, maior o salário recebido:

"O salário depende de fazê mais hora".

A perspectiva de obter um salário maior chega a im-

pedir que estes trabalhadores reajam às longas jornadas de trabalho que são obrigados a cumprir. Embora conscientes de que sua jornada de trabalho é excessiva, não pensam em reivindicar sua diminuição. Como o salário depende do número de horas trabalhadas, a maneira mais simples de aumentá-lo é aumentar a jornada de trabalho. Desta forma, os pequenos proprietários são estimulados a trabalhar o maior número de horas possível, devido ao próprio tipo de remuneração estabelecida.

E o estímulo que a remuneração por hora naturalmente produz para que o trabalhador prolongue a jornada de trabalho, encontra alta receptividade por parte destes pequenos proprietários. Longe da família, e sem muitas opções de lazer, estes possuem, durante os seis meses da safra um único objetivo: *obter a máxima renda monetária possível*. Eles procuram, neste período, maximizar seus vencimentos, pois quanto maior a quantidade de dinheiro que conseguirem levar para o sítio, melhores as chances de melhorar sua produção e garantir sua sobrevivência enquanto produtores independentes ^{1/}.

A necessidade de conseguir, durante o período da safra, a renda monetária de que necessitam para se manter enquanto proprietário faz, inclusive, com que estes trabalhadores reclamem de qualquer imprevisto que venha diminuir seu ritmo de trabalho, tais como os dias de chuva. Nestas ocasiões, as dificuldades com o corte da cana forçam a usina a diminuir o seu ritmo de trabalho. Os trabalhadores recebem

^{1/} Este ponto já havia sido levantado na tese de Maria José F. de Araújo Ribeiro citada na bibliografia.

então, por uma jornada de trabalho normal de oito horas: "Esta usina é safada. Toda vez que chove ela para".

A introdução de três turnos de oito horas em substituição aos dois de doze horas seria, portanto, sob este aspecto, "prejudicial" a estes trabalhadores. Eles não teriam interesse em se empregar na usina para cumprir uma jornada de trabalho de oito horas, pois isto implicaria fatalmente numa redução de salários. Eles receberiam apenas o equivalente ao salário mínimo, e isto seria insuficiente para manter o sítio em funcionamento. Portanto, se a usina não introduzisse três turnos ao invés de dois, provavelmente passaria a não mais contar com a vinda destes trabalhadores.

Trata-se portanto, de caso típico em que o próprio trabalhador absorveu o discurso da empresa: longas jornadas de trabalho são benéficas, pois significam um salário maior. Ao invés de lutar por uma redução da jornada de trabalho lutam, por mais que isto lhes custe, para que permaneça brutalmente longa,

O discurso destes trabalhadores é todo marcado por uma incoerência, que sua própria *dupla referência* provoca. De um lado sentem-se desgastados pelas longas jornadas de trabalho, e frequentemente, na condição de trabalhadores assalariados, se ressentem do ritmo intenso da usina. De outro, enquanto pequenos proprietários, sentem-se favorecidos por poder trabalhar intensamente e portanto, ganhar mais e sobreviver melhor enquanto produtor direto.

Além do salário destes trabalhadores ser baixo, ele

vem, em termos reais, se deteriorando. O aumento do preço cobrado pela pensão na usina tem sido maior que o aumento do salário. Na safra de 1978 o preço cobrado pela pensão era de Cr\$450,00. Na safra de 1979, a pensão havia subido para Cr\$1.000,00, o que corresponde a um aumento de quase 144%. Por outro lado, o salário hora passou de Cr\$ 7.49 na safra de 1978, para Cr\$14.59 na de 1979, o que corresponde a um aumento de menos de 95%.

Assim, como o aumento relativo do preço da pensão foi superior ao aumento do salário hora, pode-se afirmar que houve uma diminuição do salário real destes trabalhadores.

A insatisfação com o "ganho" obtido com o assalariado torna-se ainda maior quando estes trabalhadores se vêem obrigados a deduzir de seu salário o montante referente ao preço da passagem. As crescentes despesas com a viagem constituem-se numa das razões pelas quais estão cada vez mais insatisfeitos com a remuneração obtida com a venda da força-de-trabalho.

Fica assim reforçada a idéia de que a própria condição de pequeno proprietário que leva-os a assumir a outra condição de assalariado temporário. Apesar de afirmarem que a vinda para a usina não compensa porque o salário é muito baixo, e que "o negócio é parar de vir", a insuficiência de suas propriedades força-os a continuarem a vir ano após ano:

"Vim porque a época tava ruim. O pouco que ganha aqui é melhor do que ficã parado".

O dinheiro obtido na usina é, via de regra, utiliza

do na mera manutenção da família e/ou da propriedade. Ele serve apenas para garantir a sobrevivência mais imediata da propriedade e da família, conforme indicam os dados apresentados a seguir:

Utilização do dinheiro ganho na suina

	Total
gado	19
despesas na propriedade (arame, sementes, imposto, etc.)	19
pagamento de assalariados	4
compra de terra	3
despesas da família (mantimento, roupa, etc.)	19
construção de casa	2
compra de terreno ou casa	2
outros	3

Isto deve-se primordialmente ao fato de que o montante obtido pelos pequenos proprietários ao final da safra, acaba por ser insuficiente para que possam realizar qualquer coisa além de cobrir as despesas mais imediatas. Não obstante o intenso ritmo de trabalho e a contenção das despesas a que se submetem estes trabalhadores durante os seis meses que passam na usina, estes trabalhadores conseguiram economizar, na safra de 1978, apenas entre Cr\$5.000,00 a Cr\$10.000,00, dependendo do número de horas efetivamente trabalhadas e das despesas com consumo pessoal.

Parcela significativa dos entrevistados declarou em pregar o dinheiro na própria propriedade. O dinheiro é utili

zado em coisas tão essenciais como a compra de sementes, de arame para cercas e pagamento de impostos, todos gastos imprescindíveis para a própria manutenção da propriedade. Sem este dinheiro, torna-se impossível "plantar a roça" ou "beneficiar o sítio".

O dinheiro obtido na usina é também utilizado para suprir despesas pessoais da família. Parte do dinheiro é fatalmente gasto com a compra de bens essenciais para a própria sobrevivência da família, tais como alimentação e vestuário:

"Não dá prá levã é nada. Sô da uma camisa prá cada filho".

"Dinheiro vai todo numa despesinha prá casa e prá vestir".

A prioridade em se utilizar o dinheiro ganho na usina com alimentação tem razão de ser na medida em que muitos produtos não são como já foi mencionado no capítulo 3, cultivados no próprio sítio, e que mesmo os produtos nele cultivados o são de quantidade insuficiente para suprir as necessidades da família o ano todo.

Parte do dinheiro obtido na usina é ainda utilizado frequentemente no pagamento de diaristas^{1/}. Já foram discutidas, no capítulo anterior, as razões que levam estes pequenos proprietários a contratar diaristas, embora eles próprios es-

^{1/} Este fato já havia sido observado por Maria José de Araújo Ribeiro em sua tese de mestrado citada na bibliografia.

tejam vendendo sua força de trabalho.

Basicamente, portanto, o dinheiro ganho na usina é quase todo utilizado apenas na compra de roupas e mantimentos para a família, sendo o restante utilizado para suprir necessidades do próprio sítio.

O dinheiro recebido na usina não é muitas vezes suficiente sequer para suprir as necessidades mais imediatas da família e da propriedade. Frequentemente, a necessidade de dinheiro é tão premente que a família não pode ao menos aguardar o final da safra. O dinheiro é enviado aos poucos à medida que vai sendo recebido, para que pelo menos a conta do armazém possa ser paga:

"Eu já mandei todo o dinheiro que ganhei até agora pra mulher. Ela comprou roupa e fez despesa da casa. A mulher usou pra pagã mantimento que tinha comprado".

Assim, se um dos objetivos da vinda para a usina é conseguir dinheiro para a compra do gado ou terra, este acaba sendo constantemente postergado. O dinheiro é necessário para a mera reprodução da família e/ou da propriedade.

Com esta análise da utilização do dinheiro recebido na usina fica mais claro o que se quer dizer quando se afirma que a insuficiência destes pequenos proprietários não é estática, mas vem paulatinamente se agravando. Se antes foi possível comprar uma propriedade, hoje, mesmo com o assalariamento, está difícil mantê-la. A compra de terras, gado, ou mesmo já de uma casa ou terreno na cidade são objetivos dificilmente

te atingíveis.

Na realidade, o que existe é uma frustração total de expectativas para quem tinha como objetivo, ao vir para a usina, conseguir dinheiro para a compra de gado ou terra. Ano após ano este objetivo acaba sendo postergado, em função, quando muito, da mera manutenção da propriedade.

E esta realidade alguns não conseguem perceber e outros se desesperam ao percebê-la. Assim, um otimismo infundado ou algumas vezes o choro acompanharam os depoimentos.

De qualquer forma aceita-se, conformado ou não, sobreviver na usina por seis meses para sobreviver enquanto pequeno proprietário.

Isto principalmente, porque as alternativas de emprego são poucas para que é forçado a ser ao mesmo tempo, pequeno proprietário e assalariado.

A própria condição de pequeno proprietário limita, e muito, a escolha de onde exercer sua outra condição de assalariado.

Devido a sua *dúpla referência* são obrigados a dividir seu tempo entre as atividades no sítio e o trabalho assalariado. Assim, o emprego para eles tem, em primeiro lugar, que ser um emprego temporário. Eles têm que se dedicar durante uma parte do ano ao próprio sítio:

"Lã tem emprego de campeiro. É bom porque é pela produção. Prã mim não dá certo porque é emprego fixo".

"Trabalhava num campo de futebol em Limeira. Saí porque não podia ficã muito tempo fora. Tinha quẽ cuidã da roça".

"Tenho que ir embora prá casa. Tenho que consegui tocã a lavoura e tocã o que falta".

O trabalho na usina mostra-se, portanto, perfeitamente adequado, na medida em que seus trabalhadores sazonais são contratados somente para a safra. O trabalho na usina interessa a estes pequenos proprietários em primeiro lugar por ser um *emprego sazonal*.

Além de buscar um emprego temporário, estes pequenos proprietários devem de preferência se assalariar nos períodos em que se encontram disponíveis no sítio. Um outra razão de interesse pelo trabalho na usina portanto, é que a safra ocorre nos meses de maio a outubro, quando as tarefas do sítio já estão quase todas realizadas. O início da safra em São Paulo coincide com o término da maioria das tarefas agrícolas em Montalvânia, o que já havia, aliás, sido indicado pelos dados secundários:

"A gente vem depois que termina o serviço lá. Ficã parado não pode".

Isto explica porque estes pequenos proprietários se empregam em usinas de São Paulo, e não em usinas do Nordeste, cuja safra vai de setembro a março a abril, período de grande atividade no sítio.

A "opção" pelo trabalho em usinas e em especial, em

usinas paulistas, é tomada porque se coaduna perfeitamente com a sua condição de pequeno proprietário. A safra nas usinas paulistas constitui-se numa alternativa viável de assalariamento para estes pequenos proprietários por ser emprego sazonal e coincidir com a época de pouca atividade no sítio.

Resumindo, é bastante difícil achar emprego por apenas seis meses e por seis meses específicos. É isto que reforça a aceitação das condições de trabalho na usina em geral e dos baixos salários em particular: não há quase alternativas de emprego para estes trabalhadores, que são ao mesmo tempo pequenos proprietários. Praticamente optam entre a usina e ficar sem trabalho no sítio por seis meses:

"Isto é ganho só prá não ficã parado. O ganho é pouco".

Na verdade existe uma outra alternativa de emprego para estes pequenos proprietários, que inclusive os manteria ligados à agricultura. Trata-se do corte da cana, que entretanto, apresenta inúmeras desvantagens para estes trabalhadores, exatamente também por serem pequenos proprietários.

As vantagens que a usina oferece a estes trabalhadores e que são vantagens porque além de empregados da usina eles são também pequenos proprietários, faz com que eles não se interessem em se empregar como trabalhadores volantes.

Em primeiro lugar, para o "bóia-fria" a empresa não oferece a vantagem do alojamento junto ao local de trabalho, o que evita, como já foi colocado, o desgaste da locomoção diária e gastos com transporte. Trabalhar como volante signifi-

caria ter que procurar uma pensão na cidade e pagar caro por ela.

Portanto, uma das razões pelas quais estes trabalhadores preferem trabalhar na usina a cortar cana é que embora a qualidade do alojamento na usina seja ruim, evita que gastem com sua manutenção a maior parte do salário, além de ser uma alternativa mais prática:

"Achei uma boca prá cortã cana mais não quis. Aquí ganha mais. A vida fica mais fácil. Já tem os pontos certo (alojamento, etc.)".

"Na usina já têm alojamento. Pensão na cidade é o dobro".

Com relação às vantagens financeiras, a cana tampouco atrai estes pequenos proprietários. O salário na cana depende da produção, e eles, não tendo prática, não conseguem cortar o suficiente para obter um bom salário. Para o "bóia-fria" da região entretanto, a safra é a ocasião de fazer o "pê-de-meia". Com a prática adquirida ao longo dos anos conseguem obter um salário superior ao mínimo no corte da cana.

"A cana é bem mais ruim. Trabalha no sol, ganha mais pouco. Eu não tenho treino, prática. Quem tem tira mais dinheiro. A gente não compensa".

"Cana não dá certo por causa da prática. É uma vida muito cansada".

"Não pensei em corta cana. Sempre pensei: pra mim que nunca cortei cana a usina dá mais. Para os pau

lista que já estão acostumado a cana dá mais. Eu, se for cortá cana, não tiro pro pão. Quem é daqui tira mais na cana. Tem prática, pega desde pequeno".

"Cana não dá prá tira dinheiro. Não tenho prática e é complicado. Sofre mais e ganha menos".

O corte de cana, ao contrário do serviço que executam na usina, exige um aprendizado relativamente longo, até que o trabalhador possa obter uma boa produção. Além disto, ao contrário do corte da cana, o salário na usina é mais estável. Nos dias de chuva, o "bóia-fria" nada ganha, enquanto a usina paga as oito horas.

O fato da usina pagar pelo menos 48 horas semanais mínimas, constitui-se numa vantagem do trabalho na usina quando comparado com o trabalho no corte da cana. A remuneração mais estável é uma das vantagens do trabalho na usina, quando comparado com o trabalho no corte da cana, mesmo para os trabalhadores horistas:

"Cana só corto prá chupá. Corte tem dia que tira bem, mas tem dia que não tira. Aqui é mais certo. Dia de chuva na cana não trabalha. Cana dão dá certo não. É pior que a usina. Um dia trabalha, outro não".

Enquanto na cana o salário depende de uma série de variáveis, inclusive da própria condição em que se encontra a cana - se está queimada ou não, tipo de terreno, etc. - na usina o salário é bastante estável, só dependendo de alguma

variação no número de horas trabalhadas.

Na usina os feriados e as folgas quinzenais são remuneradas, o que não acontece no corte de cana:

"Prefiro a usina. É mais tranquila. A gente não perde tempo. Folga por conta da firma".

A própria estabilidade no emprego é bem maior na usina do que no corte de cana, onde o "bóia-fria" tem que batalhar diariamente pelo seu emprego, não sendo muitas vezes sequer registrado.

Mais uma vez, portanto, é sua condição de pequeno proprietário que define sua condição de assalariado temporário. Não lhe interessa ser "bóia-fria" em primeiro lugar porque enquanto pequeno proprietário voltado para subsistência não conseguiria uma boa produção no corte da cana pois lhe falta a experiência. Em segundo, se ele vem exatamente em busca de um "dinheiro mais controlado", ou seja uma remuneração segura que lhe permita manter o sítio, não pode se arriscar à instabilidade que o trabalhador volante enfrenta diariamente não sabendo se vai ou não conseguir serviço:

"Usina dá mais. A gente não tem traquejo de corta cana. Usina é mais firme. A gente sabe que está empregado, a época de pará e tudo".

"Cheguei e achei emprego aqui. Todos explicavam que era mais controlado. Cana não dá certo não. É pior que usina. Um dia trabalha e outro não".

"Na cana tem lugar que não trabalha registrado".

Uma outra razão ainda que leva estes trabalhadores a se recusarem a trabalhar no corte de cana é que, enquanto pequenos proprietários, só faz sentido trabalhar na lavoura se for em sua própria terra. Trabalhar em terras alheias é degradante para ele que é proprietário:

"Gosto da lavoura lá prá nóis. Aquí não tenho costume. Gosto do trabalho na lavoura mas no que é meu".

Além disso, trabalhar na lavoura lá e cortar cana aquí são coisas completamente diferentes. Trabalhar na agricultura aquí, ou seja, ser boia fria significa inclusive, ao contrário do que ser lavrador lá, enfrentar condições de trabalho piores que as da usina. O serviço na usina é considerado mais limpo que o corte da cana:

"Nunca pensei em cortar cana. Não gosto. Não entendo e não tenho prática. Não gosto da sujeira, mas a cana dá mais, embora mais pesado".

"Lavoura aquí não dá. Vir de lá prá trabalhar na roça não dá não. É ruim. Pegã caminhão, sol, chuva".

A usina oferece também, ao contrário do corte de cana, a oportunidade de aprender uma profissão. A observação diária de certas profissões permite seu aprendizado. E aprender uma profissão pode ser importante para estes pequenos proprietários insuficientes, que podem um dia se proletarizar totalmente:

"Na firma mais tarde posso praticã profissão". Tem

que trabalha num serviço que aprenda profissão (soldar, vaporar, cozinhar). Cana não aprende profissão".

A vinda para a usina adquire um significado todo especial se for levada em consideração a necessidade de capacitação profissional. A usina permite trabalhar como mão-de-obra não qualificada e simultaneamente aprender uma profissão:

"Problema lá é a fraqueza. Lá não tem usina. Aqui serve de um estudo pra aprender esse emprego. Às vezes eu posso precisã vive de emprego e já tenho esta profissãozinha".

A própria prática adquirida no serviço da usina acaba por influenciar estes pequenos proprietários a optar por este emprego. Assim, preferem, por exemplo, continuar vindo para a usina, ao invés de trabalhar na construção civil, outra alternativa viável de emprego:

"Usina é melhor que pedreiro. Pedreiro não entendo!"

O corte da cana ou a construção civil são encaradas como alternativas de emprego quando, por alguma razão, estes trabalhadores não encontram mais vagas nas usinas.

Mais uma vez isto deve-se à necessidade de como pequenos proprietários insuficientes, ter que ganhar o maior salário possível durante o período de assalariamento. Apesar de baixo, só a extensa jornada de trabalho da usina permite que recebam um salário superior ao salário mínimo:

"O pessoal lá só vem por causa da usina. Se fosse por causa de lavoura ou firminha pequena, não vinha".

"Gosto de fazer a safra porque dá dinheiro" ^{1/}.

Grande parte das usinas paulistas tem utilizado estes trabalhadores durante a safra. Assim, além de "optar" pelo trabalho na usina, estes trabalhadores têm que "optar" por uma delas em particular. E esta escolha também é feita de acordo com sua condição de pequeno proprietário.

Em primeiro lugar, algumas usinas estão enviando condução até a região para arregimentar trabalhadores. À medida que o preço da passagem pesa cada vez mais no orçamento destes pequenos proprietários, obrigados a se deslocar para uma região distante, o transporte gratuito passa a ser um incentivo para a vinda a uma determinada usina em particular. As usinas Amália, Da Pedra e Santa Lídia são algumas das quais, numa tentativa de atrair estes pequenos proprietários, estão enviando condução até Montalvânia. Nestes casos geralmente a contratação é feita por um intermediário da própria região.

^{1/} Observe-se, porém, que não é qualquer pequeno proprietário que se interessa em empregar-se na usina. Os pequenos proprietários da região de Pirassununga, por exemplo, pelo próprio fato de estarem localizados numa região mais desenvolvida, são pequenos proprietários que dedicam-se a produção de produtos de destinação industrial e têm propriedades bastante tecnificadas, não necessitando vender sua força de trabalho. No geral, o pequeno proprietário que sobreviveu na região de Pirassununga é um pequeno proprietário que é pequeno apenas em tamanho, mas bastante grande em termos de valor de sua produção. Isto sem considerar o elevado valor das terras em Pirassununga.

O salário é, naturalmente, um outro dado importante a ser levado em consideração quando o pequeno proprietário se dirige para esta ou aquela usina. Recorde-se que seu interesse, enquanto pequeno proprietário, é obter o maior ganho possível durante a época de assalariamento, pois o sítio depende deste dinheiro. Embora tenha-se obtido alguns depoimentos de que "tanto faz pois é tudo uma tabela só", efetivamente existem diferenças no salário-hora pago pelas diversas usinas. Ao final da safra de 1979, por exemplo, a usina São Luiz estava pagando Cr\$14.59, enquanto a usina Amália já estava pagando Cr\$17.70 a hora, segundo depoimentos dos próprios trabalhadores. O salário é, portanto, um fator importante na decisão por uma determinada usina:

"Os colega disse que aqui era bom prá ganhá dinheiro. Nesta usina ganha mais".

"Já fiz safra na usina Santana. Não gostei porque ganhava pouco".

"Na usina Santo Antonio o ganho era pouco".

"Em 1977 trabalhei na usina Da Pedra. Trabalhava na esteira. Usina lá dá menos dinheiro que esta".

"A usina Iracema é melhor. Paga mais".

Muitas vezes entretanto, não é propriamente o salário-hora queo trabalhador leva em consideração para decidir se o salário em determinada usina é ou não superior ao de outra. Estes trabalhadores são horistas, e assim, o número de horas trabalhadas é também decisivo no salário mensal. Pode

ocorrer, por exemplo, que a usina pague um salário-hora maior que outra, mas pare frequentemente por falta de cana para moagem ou dê "folga" para os empregados mais frequentemente que outra. Como aqui "o salário depende de fazer mais hora", o salário mensal acabará por ser maior na segunda do que na primeira usina:

"Aqui é bom, o chefe é bom. Soube pelos amigos. Não vim pra usina Amália que foi buscá o pessoal lá porque aqui ganha mais. Na Amália dá muita folga" (grifo meu).

Assim, além das usinas que pagam um salário-hora maior, as que raramente deixam de funcionar são as preferidas, pois para estes trabalhadores horistas, cada "folga" significa diminuição no salário mensal.

Esta "preferência" por usinas que mantenham seu intenso ritmo de trabalho confirma o "interesse" destes pequenos proprietários por longas jornadas de trabalho como forma de aumentar o salário.

Existe ainda um outro fator decisivo na determinação do salário real destes trabalhadores. Trata-se da usina oferecer ou não alojamento para os safristas. Geralmente as usinas que não oferecem alojamento são obrigadas a pagar um salário maior, pois seus trabalhadores deverão gastar mais com moradia na cidade.

Portanto, as usinas que oferecem alojamento também são preferidas, o que é compatível com os depoimentos anteriores sobre as "vantagens" de se residir na própria usina:

"Usina aqui é melhor. É mais sossegado. O alojamento aqui é melhor. Tem usina que paga melhor mas não tem alojamento ou a pensão é mais cara".

A opção destes pequenos proprietários por uma determinada usina pode se dar também pela maior o menor certeza que eles tenham de conseguir o emprego. Quanto maior a certeza de que realmente encontrará uma vaga ao chegar, maior o incentivo para que o pequeno proprietário se desloque para uma determinada usina. Afinal, a época de assalariamento é a hora de se evitar riscos e "ganhar o dinheiro mais controlado" necessário para a manutenção do sítio. A usina São Luiz, por exemplo, fornece aos bons trabalhadores um cartão, que apresentado na safra seguinte praticamente lhes garante uma vaga.^{1/} Estes pequenos proprietários preferem então muitas vezes dirigir-se diretamente para a usina São Luiz, ao invés de ir para outras usinas onde existe a possibilidade de não encontrarem vaga:

"A usina aqui sempre já vem na sorte. A vaga já fica reservada pro ano que vem".

No caso específico destas usinas, a rotatividade entre os trabalhadores é pequena, e os encarregados pelo Departamento Pessoal e a Assistente Social acabam por conhecer a maioria deles pelo nome.

^{1/} O fato de algumas usinas distribuírem cartões aos bons empregados já havia sido observado por Maria José F. de Araújo Ribeiro em sua tese citada na bibliografia.

A distância parece desempenhar ainda um papel relevante na escolha entre as diversas usinas. Quanto mais próxima a usina da região de origem destes pequenos proprietários, melhor, mais prático:

"Nunca tinha saído. Achei mais perto e fiquei aqui mesmo".

"Vim pra qui porque cheguei aqui e esta usina estava mais perto. Saí sem destino".

Foram inclusive registrados depoimentos de pequenos proprietários que deixaram de ir para determinada usina que oferecia melhor salário por ser esta mais distante:

"A usina Iracema é melhor pra ganhã dinheiro. Não fui mais lá porque é muito longe".

Finalmente, algumas usinas exigem, para contratar seus trabalhadores, uma documentação que eles, enquanto pequenos proprietários de uma região distante, nem sempre possuem. Neste caso, eles são obrigados a "optar" por uma usina cuja exigência de documentação seja menor:

"Vim com os companheiros. Aqui é mais fácil pra conseguir emprego. Exige menos documentos. Na usina Amália precisava do CIC e da identidade".

É comum, porém, o trabalhador encontrar-se em determinada usina, não porque a considere melhor, mas simplesmente pelo fato de não ter conseguido vaga nas demais:

"Passei por outras e tava tudo completo (usina San-

ta Rita, usina Serrano). Qualquer uma servia. Não conhecia nenhuma".

"Esta deu certo. Nas outras não tinha lugar".

Geralmente o trabalhador não encontra vaga exatamente quando fica retido no sítio realizando alguma tarefa e chega à usina muito perto do início da safra:

"Cheguei atrasado na Amália e resolvi vir prá qui".

Nesta discussão sobre a escolha entre as usinas, um dado concreto é que elas praticamente não se distinguem com relação às condições de trabalho. Os trabalhadores foram unânimes em afirmar que as safras desempenhadas são as mesmas e que as condições em que são executadas são semelhantes nas diversas usinas. Embora o salário e as condições de habitação variem, o trabalho e as condições em que é realizado praticamente não se alteram:

"Não vim por nada não. É a mesma coisa das outra. A turma falou desta e eu vim".

"Esta aqui é melhor. O chefe é melhor. O serviço era o mesmo. Não tem um melhor que o outro. O que depende é o salário. Aqui dá mais".

Outro dado é que, apesar das razões "racionais", frequentemente é a mera possibilidade de permanecer junto a amigos e parentes o que mais pesa na decisão de permanecer nesta ou naquela usina:

"Vim porque já conhecia outras pessoas. Meu filho

veio antes e falou prá eu vir depois que o serviço lá desafogasse".

"Vim por conta dos irmão que estava aqui".

"Vim porque tenho muitos amigo. Fica mais fácil.

Vim por causa da vivência do povo. É bem melhor".

Na realidade, permanecer junto a amigos e parentes significa tornar a vida na usina menos árdua.

Permanecer junto enquanto grupo facilita a adaptação à usina, adaptação esta que é sempre difícil.

Qualquer que seja a usina, a adaptação destes pequenos proprietários às novas condições de vida e trabalho é sempre problemática. E é exatamente por sua dupla referência, ou seja por ser também pequeno proprietário que esta adaptação à usina é particularmente difícil.

Em primeiro lugar, a ausência da família é bastante sentida:

"Dificuldade maior é ficá fora do povo da gente".

A safra da cana é longa, obrigando, como já foi mencionado, estes trabalhadores a se ausentarem por um período não inferior a seis meses. Durante todo este tempo não há possibilidade de visitas periódicas à família, como ocorre quando o trabalhador migra para regiões próximas à sua região de origem, tal como os corumbas. Aqui a distância é grande e a correspondência passa a ser a única forma de contacto com a família.

A ausência da família torna-se mais difícil de ser suportada quando ocorre algum evento especial, tal como nascimento ou morte de membros da família. Nestas ocasiões, o desejo de estar junto à família é especialmente grande.

Em segundo lugar, estes pequenos proprietários deixam de executar uma tarefa que é considerada qualificada, a de lavrador, para executar tarefas totalmente desqualificadas.

Mais que isto, são obrigados a abandonar sua independência de pequeno proprietário autônomo e se submeter às condições de trabalho que a usina, como qualquer empresa, lhes impõe. Eles deixam de trabalhar com meios de trabalho que lhes são próprios, para trabalhar com meios de trabalho que pertencem a outrem, o que significa se submeter às condições de trabalho impostas por este dono dos meios de produção.

Ele tem que acostumar, inclusive, a se submeter a um ritmo de trabalho que não é mais ele quem determina, mas o próprio capital:

"Pessoa não está acostumada a trabalhã num ritmo normal. Tem que acostumã".

Na usina o pequeno proprietário perde totalmente a autonomia na determinação do seu ritmo de trabalho. Este passa a ser determinado pela máquina, algo estranho e exterior a ele. Na usina, é a máquina, sob o comando do capitalista que, trabalhando sem parar, submete o trabalhador ao mesmo ritmo estafante de trabalho. O processo de trabalho agora lhe é estranho, no sentido de que ele não o conhece mais em sua totalidade. A seção de fabricação, onde ele trabalha, "se carac-

teriza por sua autonomia, independência e externalidade com relação ao operário. Este, ao entrar para a fábrica, não somente encontra as condições objetivas de trabalho já prontas, materializadas na gigantesca estrutura metálica de máquinas parcelares encadeadas, como percebe estas condições de trabalho de forma oposta a ele, de propriedade alheia e personificada no patrão ou administração da usina" (LOPES, 1976:65).

O trabalho noturno, ao qual a usina o obriga, constitui-se numa das principais dificuldades de adaptação. Habitado a seguir um ritmo de trabalho, que como já foi mencionado, é em grande parte determinado pela natureza, onde trabalhar à noite é impossível, o pequeno proprietário se rebela contra o trabalho noturno na usina:

"Ruim aqui é trabalhã de noite. Trabalhã de noite estraga a gente".

"Ruim é trabalhã de noite. Perde muito sono. De dia não dá prá durmi direito".

A dificuldade de adaptação ao ritmo de trabalho na usina é agravada pelo fato de que quinzenalmente, com a mudança de turno, o trabalhador é forçado a mudar todos os seus horários. De quinze em quinze dias ele passa a trabalhar, comer e dormir em horários diferentes. Quando o trabalhador está adaptado aos horários de um turno, ele muda para o outro, o que exige nova adaptação.

Não raras vezes o trabalhador não consegue adaptar-se a estas mudanças constantes de horário e fica praticamente sem dormir, principalmente quando está trabalhando no tur-

no da noite. A dificuldade para dormir durante o dia, devido à falta de hábito e ao barulho em demasia, chega a levar o trabalhador a tomar fortificantes e/ou estimulantes a fim de suportar o trabalho. A falta de sono, aliada ao trabalho em demasia, acaba por esgotar o trabalhador de tal forma, que ele é forçado a tomar remédios para suportar uma jornada de trabalho de doze e eventualmente 24 horas. Os medicamentos são fornecidos pela própria enfermaria da usina. ^{1/}

O trabalhador tem que se acostumar ainda com o já mencionado barulho da usina:

"Na usina depende de acostumã com a zoadã".

É ainda particularmente difícil adaptar-se ao fato do ritmo de trabalho ser tão intenso a ponto de obrigar os trabalhadores a tomar uma das refeições no próprio local de trabalho. Trata-se de uma situação em que trabalhadores e máquinas são simultaneamente realimentados a fim de poderem, ambos, prosseguir prestando seus serviços ao capitalista.

Além de determinar as condições de trabalho, a usina interfere na própria vida particular do trabalhador. Isto porque residir na usina, embora seja efetivamente uma alternativa prática, provoca no trabalhador uma sensação de prisão. Não

^{1/} O fato de que algumas usinas administram estimulantes aos operários a fim de que estes suportem as longas jornadas de trabalho, principalmente a "dobra", quando trabalham 24 horas seguidas, já havia sido registrado por José Sérgio Leite Lopes em seu livro *O vapor do Diabo* (LOPES, 1976):81). No caso específico da usina São Luiz a informação foi obtida ao acaso, em conversa com operário que se dirigia à enfermaria.

há separação entre trabalho e esfera doméstica. A vida privada do trabalhador é como que invadida pelo capital e seus representantes.

Desta forma, a usina controla as atividades do trabalhador não só nos períodos referentes à sua jornada de trabalho, como nos períodos em que não estaria, teoricamente, sob seu domínio.

Como exemplo desta dominação, pode ser citado o fato que de existe um guarda em cada alojamento, responsável pela limpeza e principalmente, pela manutenção da disciplina. Ele é igualmente encarregado de acordar os trabalhadores para as refeições e para o serviço. Se o trabalhador não for acordado, é o guarda quem deve pagar o seu dia de serviço. Portanto, o trabalhador não decide sequer se vai ou não trabalhar num primeiro momento.

Às 22 horas as luzes do alojamento são apagadas, obrigando os trabalhadores a se recolherem.

Os horários do restaurante são rigorosamente controlados, de maneira a não permitir que os trabalhadores tomem suas refeições fora dos horários estabelecidos. Fora do horário, até mesmo conseguir um cafezinho é difícil.

O horário do almoço para os empregados é 10 hs, o que significa que os trabalhadores que deixaram o serviço às seis horas tem seu descanso interrompido para poderem almoçar. Se não acordarem, perdem a refeição.

O problema da rigidez do horário das refeições é

motivo de constantes atritos entre trabalhadores e encarregados do refeitório. Estes últimos, instruídos pela Assistente Social, se recusam a servir os trabalhadores fora do horário estabelecido, embora o restaurante ainda esteja atendendo aos funcionários da Administração. Tal atitude é considerada injusta pelos trabalhadores, os quais acreditam que deveriam ter direito a uma maior flexibilidade no horário das refeições.

A adaptação do pequeno proprietário à vida na usina inclui também adaptação a novos hábitos alimentares. Estes pequenos proprietários se queixam, por exemplo, da ausência da farinha de mandioca nas refeições. Por outro lado, a carne de vaca não é muitas vezes consumida, pois além de ser de péssima qualidade, não é hábito do pequeno proprietário tê-la com tanta frequência à sua mesa.

O lazer é praticamente restrito a idas esporádicas à cidade. Além de limitado pelo excesso de trabalho e pela falta de opções e de dinheiro, o lazer também é controlado pela usina. O bar onde estes trabalhadores passam seus poucos momentos de lazer, pertence à própria usina. São frequentes as dispensas de trabalhadores devido à ingestão de bebida alcoólica em excesso. Ou seja, beber demais, mesmo fora do horário de trabalho, constitui-se em motivo para dispensas.

Enfim, o fato de manter o trabalhador residindo em seu interior permite à usina ter um conhecimento e uma influência tão grande sobre a vida privada de seus operários, que praticamente os controla não somente enquanto trabalha-

dor, mas também enquanto indivíduo.

Por todo este conjunto de fatores, a adaptação destes pequenos proprietários à usina não é nunca fácil nem completa.^{1/} Isto principalmente pelo simples fato de que estes trabalhadores não são apenas empregados da usina. São também pequenos proprietários e como tais conhecem outras condições de vida e trabalho, com as quais constantemente comparam as condições de vida e trabalho oferecidas pela usina. Sua condição de produtor direto, com a independência que a propriedade dos meios de produção possibilita, impede que se adapte totalmente a uma submissão total ao capital que a venda da força de trabalho exige. A adaptação, principalmente para os mais velhos, é sempre penosa e dolorida:

"Tem gente que não dá bem na usina. Tem gente que não gosta do serviço. Tem que *obrigã a natureza prá força dá certo*" (grifo meu).

Existem, todavia, algumas características pessoais que facilitam a adaptação do trabalhador à usina.

Ter saúde, por exemplo, é uma condição indispensável para que o pequeno proprietário se adapte às duras condições de trabalho na usina. Pessoas idosas ou doentes dificilmente conseguiriam trabalhar até o final da safra:

^{1/} Uma prova disto é a não integração destes trabalhadores com o restante da população da usina. Os "peões", como são conhecidos, raramente fazem amizade com outros trabalhadores da usina.

"Na usina tem que ter saúde. Só depende de enfrentã o serviço".

Calma e paciência foram duas qualidades igualmente apontadas como essenciais para a adaptação ao trabalho na usina. Estas duas qualidades facilitam, naturalmente, a submissão do trabalhador à disciplina da usina.

Ser inteligente, ou seja, "ter a idéia boa", também facilita a adaptação à usina, na medida que torna mais fácil o aprendizado das novas tarefas:

"Na usina tem que ter coragem e um pouco de sabedoria. Uns é bobo, não sabe".

Embora os serviços executados por estes trabalhadores não exijam, como já foi mencionado, qualificação, o controle de máquinas, por exemplo, requer uma certa iniciativa por parte do trabalhador. Quando a máquina apresenta qualquer problema em seu funcionamento, é ele, seu vigia, quem toma as primeiras providências.

De qualquer forma, mais uma vez a contradição é aparente, e se deve à própria dupla referência destes trabalhadores. De um lado aceitam, de bom grado, as longas jornadas de trabalho e as duras condições de trabalho oferecidas pela usina, parecendo estar totalmente submetidos a este novo mundo, a esta condição de assalariado. De outro, há uma recusa constante em se adaptar à usina, em se submeter totalmente ao capital, e uma reafirmação de sua condição de pequeno proprietário autônomo. É por ser pequeno proprietário que ele aceita vir para a usina com tanta facilidade: se assalariar é a úni-

ca forma de continuar mantendo a propriedade. E é também por ser pequeno proprietário, por ser dono de seu próprio chão, que se submeter ao capital é tão doído.

Mais que isto, é exatamente por ser pequeno proprietário que ele adquire significado para usina. Se é verdade que ele se interessa pela usina por ser pequeno proprietário, não é menos verdade que a usina se interessa por ele enquanto trabalhador porque ele é pequeno proprietário. Os dois polos da dupla referência não se separam.

Em primeiro lugar, ele adquire significado para a usina na medida em que só tem interesse em trabalhar uma parte do ano e a usina só lhe pode oferecer emprego também em apenas um período do ano. É um trabalhador que não pressiona por emprego no período da entressafra, como faria um trabalhador já totalmente proletarizado.

Trata-se de um trabalhador que por ser também pequeno proprietário, evita uma eventual escassez de mão-de-obra na época da safra já que ingressa no mercado de trabalho neste período, mas não exige nenhum compromisso da usina no restante do ano.^{1/}

Em segundo lugar, na medida em que para este trabalhador, o salário, embora indispensável, é apenas um complemento da renda familiar, ele pode ser inferior ao que seria o de um trabalhador já totalmente proletarizado.

^{1/} A este respeito ver ARAÚJO RIBEIRO, 1978:101.

Do ponto de vista da usina, esta só remunera o trabalhador durante o período em que está efetivamente trabalhando. O salário não cobre os demais componentes do valor da força-de-trabalho, que são a manutenção do trabalhador em períodos em que não está empregado, doente, etc. e a reprodução da força-de-trabalho, ou seja, a manutenção de sua prole. Estes dois últimos itens ficam sob a responsabilidade do próprio sítio, que responde pelo sustento do trabalhador durante os seis meses em que não está trabalhando na usina e pela manutenção de sua prole.^{1/}

O salário-hora recebido por estes trabalhadores remunera tão somente a força-de-trabalho utilizada durante aquela jornada de trabalho específica. O restante fica a cargo do trabalho realizado no próprio sítio, que desta forma evita que o salário da usina tenha que cobrir todos os componentes do valor da força-de-trabalho. Enfim, "vale a pena destacar que as migrações sazonais desempenham um papel importante no sentido de evitar um crescimento ainda maior dos salários rurais nos momentos de "pico" da atividade agrícola numa dada região" (GRAZIANO DA SILVA, 1980a:191).

Além disto, alojar estes pequenos proprietários na usina, embora seja interessante para o trabalhador, é também vantajoso para a própria empresa. Isto porque, durante o funcionamento intenso da usina no período da safra, ter um trabalhador residente significa ter um trabalhador disponível, sem

^{1/} A respeito de problema semelhante em comunidades indígenas ver Junqueira, Carmen, Trabalho indígena, trabalho volante e estrutura agrária do Estado de São Paulo, PUC/SP, set. 1977, mimeo.

pre pronto para o trabalho.

Para a usina, trabalhador residente significa trabalhador mais descansado, e portanto, produtivo. Tanto é assim que a usina chegou a ter um projeto de alojar inclusive os "bóias-frias" a fim de evitar as cansativas viagens a que se submetem diariamente. Um outro ponto de interesse da usina por estes pequenos proprietários é que o já mencionado desrespeito à legislação trabalhista por parte da usina é facilitado, pelo desconhecimento que estes pequenos proprietários têm de seus direitos enquanto trabalhador, desconhecimento este que se deve ao próprio fato do assalariamento ser um dado recente em suas vidas. Ou seja, a relativa desinformação no que diz respeito à legislação trabalhista leva a uma aparente passividade com relação ao seu não cumprimento. Esta passividade chega, inclusive, a ser apontada como sendo um dos motivos pelos quais a usina se interessa na contratação destes pequenos proprietários. Eles seriam mais facilmente ludibriados, na medida em que são menos esclarecidos com relação aos seus direitos, enquanto trabalhador assalariado:

"Eu vou contá prá senhora porque a usina contrata nóis. Empresa grande gosta de burlá os direito. Este povo não tem conhecimento. É mais fácil".

A medida porém que o assalariado torna-se usual, o pequeno proprietário passa a adquirir maiores informações com relação aos seus direitos enquanto trabalhador. Aí então passam a ser bastante reivindicativos, inclusive porque a posse de uma parcela de terra lhes dá uma segurança mínima que o trabalhador já totalmente proletarizado não possui. Recente

mente teve-se oportunidade de se observar estes trabalhadores solicitando acesoramento jurídico do Sindicato para que seus direitos fossem garantidos. Na maioria dos casos em que isto ocorreu, o trabalhador havia sido despedido sem que a usina lhe pagasse férias, 13º salário ou aviso prévio. O Sindicato então exigiu o cumprimento da legislação em benefício do trabalhador.

Finalmente, mas não menos importante, estes pequenos proprietários aceitam, pelas razões já mencionadas o intenso ritmo de trabalho da usina no período da safra. Assim, a usina não tem que oferecer qualquer recompensa por jornadas de trabalho excepcionalmente longas. Ao contrário, como já foi mencionado, as horas extras são inclusive pagas como horas normais.^{1/}

Mais uma contradição aparece e mais uma vez ela é fruto da própria dupla aparência a que estão submetidos estes trabalhadores. Se de um lado estes se apresentam como bastante reivindicativos e exigentes, exatamente porque a posse de um pedaço de terra lhes garante parte da subsistência a necessidade de manter esta terra faz com que se submetam às condições de trabalho inaceitáveis para muitos trabalhadores já totalmente proletarizados.

Enfim, assim se vive na usina. Também apenas metade do ano

^{1/} A este respeito ver também a tese de Maria José de Araújo Ribeiro citada na bibliografia.

CAPÍTULO 5

CAMPONESES E PROLETÁRIOS

Neste capítulo final, pretende-se enfatizar a *situação limite* na qual se encontra o grupo de trabalhadores em estudo. Divididos entre o trabalho na sua própria roça e o trabalho na usina, esses trabalhadores mal conseguem garantir a sua *sobrevivência*. E mais, esta *sobrevivência* é mesmo condicionada pela permanência desta situação de *dupla referência*. Isto é, depende diretamente da persistência das duas atividades - pequeno produtor e assalariado temporário - a que se veem submetidos.

Para tanto, operar-se-á com dados qualitativos, referentes às perspectivas e reivindicações desses trabalhadores.^{1/} Dados que não são, evidentemente, suficientes para a análise do que se chamou *situação limite*, mas que, associados aos demais já expostos, são bastante reveladores da falta de alternativas a que se veem submetidos. Da forma como se percebem enquanto trabalhadores que *nem bem são camponeses, nem bem são operários* e que, no entanto, necessitam continuar sendo camponeses-operários, para poderem sobreviver.

Em primeiro lugar, convém verificar, do ponto de vis

^{1/} No questionário utilizado tentou-se detectar as perspectivas e reivindicações destes próprios proprietários através de perguntas mais abertas tais como: "O que o senhor pretende fazer no futuro? Que dificuldades acha que vai encontrar para conseguir isto?".

ta dos trabalhadores, como estes estão vivenciando a sua situação de *dupla referência*. Em outras palavras, o que significa para eles, ser ao mesmo tempo pequeno proprietário e assalariado temporário?

Significa, em primeiro lugar, que a conjugação das duas atividades mencionadas - lavrador e operário - leva a uma mudança constante do local de residência e de trabalho. Isto dá uma sensação de instabilidade muito grande, e se constitui no principal motivo de não se aceitar a condição de dupla referência:

"Esta vida não presta não. Fica andando, fica sem se afirmã num lugar. Quem muda, muda, nunca se firma".

Como consequência destas mudanças constantes e ausências prolongadas, a vida familiar do trabalhador se desorganiza. Não cabe aqui analisar em profundidade esta desorganização, que poderia ser, por si só, objeto de outra investigação. Fica evidente, entretanto, que é bastante difícil manter uma vida conjugal e familiar estável com seis meses de ausência por ano. Muitos destes pequenos proprietários estabelecem relações com outras mulheres durante sua permanência em Pirassununga.

Manter esta situação de *dupla referência* significa, ainda, estar submetido a um ritmo de trabalho estafante o ano todo. Durante os meses em que estão em Montalvânia - novembro a abril - estes trabalhadores têm que realizar a maior parte das tarefas do sítio. A época em que permanecem em sua re

gião de origem é exatamente a época em que o sítio mais exige deles. Quanto o ritmo de trabalho no sítio diminui - maio e outubro - eles vêm para a usina e se submetem a uma jornada de trabalho de 12 horas diárias.

Assim, estes trabalhadores não têm uma diminuição em seu ritmo de trabalho em nenhuma parte do ano. Descanso e férias são palavras que não pertencem ao seu vocabulário. Quando o ritmo de trabalho no sítio diminui, ele se assalaria na usina, enfrentando o ritmo de trabalho acelerado da safra. O resultado é que sofrem um desgaste físico muito grande, devido à sobrecarga de trabalho.

Dupla referência significa, portanto, dupla intensidade no ritmo de trabalho. Significa ter um ritmo de trabalho intenso enquanto pequeno proprietário e enquanto assalariado temporário.

Enfrentando um ritmo de trabalho intenso e simultaneamente vendo sua vida familiar e financeira desorganizar-se, não surpreendente o elevado consumo de bebidas alcoólicas entre estes trabalhadores. Afinal, beber pinga é "matar a melancolia", e melancolia é o que não falta nesta situação de *dupla referência*.

Assim, se do ponto de vista da empresa, e mesmo de de um ponto de vista racional para o trabalhador, a situação de *dupla referência* é interessante, do ponto de vista do homem, ela traz consequências trágicas.

Dados que auxiliam na compreensão de como estes trabalhadores vivenciam esta situação de *dupla referência* são

aqueles em que estes trabalhadores comparam as duas atividades que exercem durante o ano—produtor direto e assalariado temporário.

É importante de início, salientar que existe, no geral, uma certa ênfase para um dos polos da dupla referência, qual seja, o de produtor direto. Normalmente, estes trabalhadores, inclusive, se autodefinem como lavradores:

"Sou lavrador. Trabalho na lavoura. Trabalho por conta própria na roça. Carpo, faço cerca, limpeza".

O trabalho no sítio é, portanto, considerado prioritário com relação ao trabalho na usina. Afinal, é o sítio que garante a maior parte da reprodução da família. O trabalho assalariado completa a renda do sítio, tendo assim um caráter secundário, embora necessário, conforme já foi colocado.

A vinda para a usina só é considerada compensadora do ponto de vista financeira, se não significar maiores "prejuízos" para o sítio. A prioridade número um é manter a "roça" produzindo em boas condições, pois é dela que o pequeno proprietário tira a maior parte de sua subsistência:

"Não tem vantagem nenhuma prá mim aqui. Roça fica devagar e é pior prá mim. O dinheiro daqui não dá prá nada mesmo!".

Assim, se o trabalhador significar diminuição da produção do sítio, ele será considerado desvantajoso. Embora o trabalho assalariado sempre implique em algum grau de "prejuízo" para o sítio, ele não pode chegar a comprometer sua produ

ção. Se isto ocorrer, o salário recebido com a venda da força-de-trabalho será considerado insatisfatório, pois existe a expectativa de uma remuneração superior através da melhoria da produção da própria "roça".

Na realidade, entretanto, embora o pequeno proprietário execute a maior parte das tarefas do sítio antes de vir para a usina, a "roça" sempre é "prejudicada" com uma ausência tão prolongada do proprietário e seus filhos adultos. A *dupla referência* significa a possibilidade de manter a propriedade, mas, dialéticamente, significa também piorar suas condições de reprodução, na medida em que o quase abandono da propriedade durante metade do ano sempre a debilita:

"É muito difícil trabalhá aqui e plantá roça lá".

Mais que isto porém, o fato do assalariado sempre significar um certo abandono da propriedade, revela sobretudo sua própria necessidade. Mesmo sabendo que o assalariamento significa algum grau de "prejuízo" para sua propriedade, estes pequenos proprietários continuam vindo para a usina ano após ano, pois o dinheiro aí obtido é vital para a sobrevivência destes trabalhadores.

Quando se indaga a respeito das duas atividades, a primeira vantagem que aparece de maneira bastante clara é a *autonomia* com que podem exercer as tarefas do sítio, em comparação com a disciplina férrea da usina. A independência, o trabalhador "por conta" aparece como a grande vantagem do trabalhador na lavoura:

"Lá é melhor. Trabalho prá gente mesmo, não sou man

gado. Lá, doeu uma unha ninguém trabalha".

"Gosto do serviço na lavoura. É melhor que aqui. É mais desenvolvido, é mais independente. Não tem chefe prá mandã".

Ao contrário, o trabalho na usina implica em trabalhar para o patrão, submeter-se a uma disciplina mais rígida, conforme já foi mencionado:

"O problema só é trabalhã no que é dos outro. O serviço não é ruim não".

Embora limitado em seu poder decisório pela própria inserção numa sociedade dominada pelo Modo de Produção Capitalista, conforme já foi levantado na Introdução, embora sendo já um trabalhador para o capital, este pequeno proprietário ainda detém, quando comparado com o trabalhador já totalmente expropriado, uma maior autonomia e independência.

A diferença na autonomia do assalariado e do pequeno proprietário pode ser vista de forma bastante clara quando estes trabalhadores descrevem suas próprias atividades no sítio e na usina, respectivamente. Na propriedade é ele quem determina seu ritmo de trabalho em grande medida. Exemplo disto é que frequentemente estes pequenos proprietários afirmavam que no sítio as entrevistas poderiam ser feitas com mais calma, pois poderiam tirar um dia de folga só para conversar, o que era impossível na usina. Na usina, ao contrário, ele perde totalmente esta autonomia na definição do ritmo de trabalho, que passa a ser determinado pela máquina, sob o coman-

do do capitalista, como já foi mencionado.^{1/}

Em resumo, em oposição ao trabalho na usina, a grande vantagem do trabalho no sítio é a autonomia no controle do processo de trabalho, autonomia esta que deriva de algo mais profundo, que é a maneira como este pequeno proprietário se relaciona com os meios de trabalho e com os frutos deste trabalho. Como pequeno proprietário, ele é o dono, pelo menos em parte, dos meios de trabalho e dos frutos deste trabalho, enquanto na usina, estes pertencem a outros, ou seja, ao patrão, ao capitalista.

A independência, a autonomia para executar o processo de trabalho é algo tão importante, que estes pequenos proprietários tentam mantê-la quando buscam alternativas de emprego:

"Gostaria de trabalhar independente, por conta minha mesmo. Gostaria de trabalhar no comércio".

"Se eu arruma uma profissão independente, daí eu arrumava um emprego independente lá na região e era melhor".

O próprio corte de cana, considerado péssimo emprego, apresenta a vantagem de dar ao trabalhador uma maior independência, quando comparado com o trabalho na usina. O trabalho na cana, por empreitada, oferece uma aparente liberdade por não necessitar de uma fiscalização mais direta:

^{1/} Este ponto foi levantado também por M. José F. de Araújo Ribeiro em sua tese de mestrado citada na bibliografia.

"Cana é um serviço nojento prá gente fazê. Estê serviço é mais ruim, mas é mais limpo. Mas na cana depende de quanto quizê trabalhã. Aquí trabalha mandado".

Portanto, a principal oposição entre o trabalho no sítio e o trabalho na usina não é a oposição entre condições de trabalho diferentes. O trabalho na lavoura pode ser tão duro quanto o trabalho na usina. A diferença essencial está entre o trabalho independente, ou seja, o trabalho "por conta", o trabalho "prá mim mesmo", e o trabalho "pro patrão", o trabalho "para os outro". A contradição é entre o trabalho em benefício próprio e o trabalho que enriquece o patrão. É esta contradição que explica de um lado a dificuldade da adaptação deste trabalhador à usina, e de outro o ânimo com que trabalha no sítio:

"Gosto da lavoura prá mim mesmo. Faço tudo de gosto. Gosto da lavoura porque é a defesa nossa".

Enfim, *dupla referência* significa que um mesmo trabalhador durante seis meses rege, embora dentro do espaço limitado pelo capital, seu destino e o de toda sua família, enquanto nos demais não só é incapaz de controlar suas condições de trabalho, como tem até mesmo sua vida particular constantemente invadida, conforme já foi mencionado anteriormente. Significa, portanto, que durante metade do ano estes pequenos proprietários cedem a sua autonomia de produtor independente, que consideram fundamental, em troca de algo que lhes é ainda precioso: a manutenção de sua terra.

Isto se evidencia mais à medida que se prossegue na comparação entre as duas atividades exercidas por estes trabalhadores.

Além da grande vantagem de proporcionar maior autonomia, o trabalho no sítio, apesar de intenso em determinados meses do ano, é mais suave que o trabalho na usina:

Lá prá nóis eu gosto de lavoura. É bem melhor porque não trabalha direto. Aquí trabalha demais".

O trabalho no sítio por exemplo, não pode, ao contrário do trabalho na usina, ser executado à noite. O trabalho noturno aparece assim como uma outra desvantagem do trabalho na usina, quando comparado com o trabalho na lavoura:

"Lá eu roço, pasto. Gosto do serviço. Acho melhor que a usina. A gente trabalha só de dia. De noite é pra durmi".

O trabalho assalariado apresenta porém, uma grande vantagem que é a de suprir regularmente as necessidades de renda monetária da família. As instabilidades climáticas tornam a lavoura uma atividade bastante incerta, enquanto o salário, no final do mês é seguro.

Por outro lado, o trabalho assalariado é sempre instável e temporário. O trabalhador pode ou não conseguir emprego, além de sempre poder ser despedido. A renda monetária conseguida com a venda da força-de-trabalho é sempre algo limitado e finito. A terra ao contrário, não acaba nunca.

Entretanto, não se pode dizer que haja apenas oposi

ções entre os dois polos da *dupla referência*. Acima de tudo, as duas atividades exercidas são *complementares*:

"gosto da lavoura sim, mas é um emprego cansado. Não ajuda tanto quanto emprego. Outro emprego é melhor. Vida é mais tranquila, ordenado é melhor. Lavoura tem ano que perde tudo. Mas fazenda eu não vendo. A gente tem que vive do que é nosso. Dinheiro acaba e a terra não".

Pode-se dizer que as contradições existentes no discurso deste trabalhador surgem da própria condição de *dupla referência* em que vive. Ou seja, as aparentes contradições surgem em virtude de um mesmo trabalhador estar exercendo duas atividades completamente distintas ao mesmo tempo.

Mais importante porém, é o fato de que embora podendo ter preferência por uma das duas atividades, este trabalhador não pode deixar de exercer a outra, pois ambas são necessárias para sua sobrevivência. É por isto que se tem afirmado, desde a Introdução, que estes trabalhadores não são simples pequenos proprietários ou simplesmente assalariados temporários. São simultaneamente assalariados temporários e pequenos proprietários.

Este dado é essencial tanto quando se tenta definir sua posição de classe como quando se analisa suas perspectivas e reivindicações.

A perspectiva destes trabalhadores, via de regra, consistiria em se livrar desta imposição que é a situação de *dupla referência* e poder optar por um de seus polos. Sua pers

pectiva seria conseguir romper com esta situação de *dupla referência* que lhe é imposta por todo um padrão de acumulação de capital e ser apenas pequeno proprietário ou apenas trabalhador assalariado. Antes de colocar estas perspectivas mais claramente, entretanto, deve-se estar consciente de que estes trabalhadores "em sua vivência duplamente frustrante de camponeses "insuficientes" e de operários para os quais o salário não reproduz a força-de-trabalho, não podem escolher um destes polos em caráter definitivo. Sô a eliminação de um deles, por forças que não podem vencer, é que os obriga a renunciar a esta *dupla referência* (WANDERLEY, 1978:37). Ou seja, embora a nível das perspectivas o rompimento da condição de *dupla referência* se configure como um ideal, na realidade este rompimento seria inviável, na medida que apenas sendo pequenos proprietários e assalariados temporários conseguem, se tanto, assegurar sua subsistência.

A perspectiva de optar por um dos dois polos em definitivo sô seria viável se mudanças qualitativas ocorressem de maneira a permitir que sô a condição de pequeno proprietário ou sô a condição de assalariado passassem a garantir a subsistência deste trabalhador.

Para conseguir sobreviver apenas da lavoura seria necessário, por exemplo, ampliar o sítio. Assim, a perspectiva de se manter como pequeno proprietário normalmente está associada ao desejo de comprar mais terra, mais gado, melhorar a propriedade, etc.

"Quero comprá um sítio maior prá rende mais. Nôis não faiz mais porque o lugar é pequeno".

"Pretendo continuã na lavoura. Eu quero aumenta a produçãõ, comprã mais ferramenta. Daí não tem que fazê arrendamento. Sõ trabalho no que é meu e não tenho que pagã renda".

"Pretendo trabalhã prã melhora. Comprã gado, ofici na prã fazê farinha, comprã mais terra".

"Meus plano é volta prã casa e plantã roça. Pretendo aprontã a fazenda direitinho, arrumã cerca. Pretendo por gado".

A perspectiva de continuar sendo pequeno proprietãrio, de manter a propriedade, vem acompanhada do desejo de poder ser exclusivamente pequeno proprietãrio. A perspectiva seria manter a propriedade sem ter que recorrer ao assalariamento para conseguí-lo:

"Pretendo comprã uma terra e formã uma fazendinha. Não quero mais sair de lá. Quero ficã no meu canto e assentã".

"Quero voltã e ficã num lugar sã. Ficã andando de cá prã lá não dá certo. Fica distante dos pais".

Para o filho de pequeno proprietãrio a perspectiva de continuar na lavoura implicaria em adquirir terras e se tornar, ele próprio, um pequeno proprietãrio:

"Penso em comprã uma fazendinha e por um gado".

"Penso em comprã um sítio lá mesmo".

Comprar gado, comprar terras, etc, sãõ, entretanto,

investimentos bastante inviáveis para estes trabalhadores, como já foi demonstrado. Donde se concluiu sobre a existência de uma grande diferença entre o discurso destes trabalhadores com relação ao futuro, e a realidade.

A perspectiva de se proletarizar totalmente aparece também de forma igualmente clara nos depoimentos:

"Meus plano é entrá numa firma e trabalhá muito tranquilo. Pretendo trabalhá de motorista".

"Quero comprá casa mais tarde. Pode ser que eu aprenda uma profissão".

"Penso comprá uma casa na cidade em São Paulo. Que ro trabalha de pintor em firma em São Paulo".

"Quero ter uma profissão. Não topo serviço de roça. Quando sair daqui vou trabalhar com um tio em Ribeirão no Matarazzo".

Tornar-se apenas um trabalhador assalariado implicaria, porém, na necessidade de se conseguir condições mínimas que permitam sobreviver somente com a venda da força-de-trabalho. Assim, seria necessário adquirir alguma qualificação profissional que permitisse enfrentar o mercado de trabalho em melhores condições, comprar uma casa na cidade, etc.^{1/}

"Quero mudar, estudar mais um pouco. Pretendo arru

^{1/} Grande parte destes pequenos proprietários aproveita a vinda para Pirassununga para a carteira de habilitação.

mar qualquer emprego na cidade. Depois pretendo arrumar uma profissão".

"Pretendo fazer casa boa na cidade e comprã um carro. Quero estudar e arrumar uma profissão, talvez mecânico".

"Pretendo voltar a ver se estudo os filhos. Se não conseguir estudar os filhos lá, tenho que sair. Deixar eles como está não posso. Já fui até fala com o prefeito. Prefeito não adianta nada".

A proletarização absoluta também é vista como meio de não ter mais que ficar se deslocando frequentemente. O emprego fixo lhe permitiria, pelo menos, se fixar em uma cidade:

"Quero conseguir um emprego prá trabalha direto, sem ter que está daquí prá acolá".

"O negócio é prá de vir e ponha um bar ou uma venda".

As atividades que possibilitam a estes pequenos proprietários continuar mantendo sua autonomia são as preferidas. Assim, as atividades relacionadas ao comércio e a profissão de motorista foram constantemente mencionadas como alternativas, quando a perspectiva era o abandono definitivo da propriedade:

"Pretendo mascatear com tecido".

"Pretendo comprar uma casa e por um bar ou uma ven-

da na cidade".

"Quero tirar carta e compra um carro. Não quero ficar na roça. Quero por um taxi".

Mais uma vez entretanto, existe uma enorme distância entre o discurso e a realidade. Como conseguir o dinheiro para a compra da casa e/ou do carro? Como se profissionalizar se frequentemente o analfabetismo impede a obtenção de uma simples carteira de habilitação? Esta é a realidade que apenas alguns conseguem ver:

"O problema é que não tenho grandes leitura prá tirar a minha carta".

O que existe, acima do desejo de optar por um dos polos da *dupla referência* e evitar esta incomoda condição é a quase impossibilidade de se fazer tal opção, na medida que ambas são indispensáveis. "Optar" por um dos polos da *dupla referência* nas atuais condições, significaria para estes trabalhadores, certamente, piorar ainda mais suas condições de vida.

Finalmente, não se pode afirmar que exista um corte rígido entre as perspectivas de pequenos proprietários e filhos de pequenos proprietários. Poder-se-ia imaginar, a priori, que os pequenos proprietários, que já possuem sua propriedade desejariam mantê-la, enquanto seus filhos, encontrando maiores dificuldades para a aquisição de seu próprio pedaço de terra estariam mais propensos a procurar um emprego fixo.

Apesar desta ser realmente a tendência, entretistouse vários pequenos proprietários dispostos a buscar um emprego fixo, assim como vários filhos de pequenos proprietários

rios cuja perspectiva era formar seu próprio sítio.

Para o filho de pequeno proprietário, o emprego fixo pode não significar um abandono total da perspectiva de ele próprio vir a ser um pequeno proprietário. Seu projeto pode ser trabalhar como assalariado e simultaneamente adquirir um pedaço de terra e entregá-lo ao pai ou outro parente para que este o administre:

"Tenho vontade de compra um sítio bom lá em Minas, mas sô para os outro trabalhã. Vou continuar trabalhando fora".

Em síntese, o que existe, a nível de expectativa, é o firme propósito de "optar" por um dos polos da *dupla referência*, a fim de evitar os já mencionados problemas por ela causados. Apenas um dos entrevistados estava indeciso com relação à escolha a ser feita:

"Não sei se vou continua na lavoura ou se vou pra cidade trabalha de empregado como carpinteiro".

Na realidade, entretanto, tal "opção" é totalmente inviável na medida em que a condição de *dupla referência* se configura como a própria garantia da sobrevivência deste grupo de trabalhadores e de sua família. Assim, a "opção" jamais será feita por iniciativa do trabalhador e em seu benefício. Se este, eventualmente, "optar" por um dos polos, esta "opção" não terá sido sua, mas do capital, ou seja, de forças opostas a ele. Ora, neste contexto, embora a nível de expectativas a opção por um dos polos da *dupla referência* seja facilmente perceptível, quando se passa para o nível das reivindicações

cações mais imediatas, a manutenção dessa condição de camponês-operário aparece de forma bastante nítida.

Assim, como tem necessariamente que ser pequenos proprietários e assalariados temporários, desejam, pelo menos, exercer estas duas atividades num mesmo local. O desenvolvimento e a conseqüente criação de empregos na região foi uma reivindicação presente na quase totalidade dos depoimentos:

"Precisa de umas fábrica. Resolvio o problema do pessoal. Precisava por um INPS".

"Lá precisava ter muitas coisa. Precisava ter firmas boa prá gente trabalhã. Dai acho que dava pra resolve".

"Se tivesse um serviço lá não precisava vim prá cá. Governo não ajuda. Ajuda sô o fazendeiro. Precisava ter indústrias. Lá sô tem serviço de servente, que aparece um mês e falta um ano. Governo não ajuda a pobreza".

"Gostava que melhorasse lá prá não ter que vim prá cá".

"Governo precisava ajudã, precisava ter usina, construção, emprego. Se lá fosse como aquí não precisava sair. Precisava arrumã um jeito da probresa estudã".

"Pro pessoal não vim, sô tendo bastante usina, bas

tante firma lá".^{1/}

Estes "desejo" de que a região se desenvolva não pode, porém, ser encarado como uma reivindicação proletária. O emprego é uma simples estratégia para se reproduzir enquanto pequeno proprietário. O discurso destes trabalhadores, devido a sua própria *dupla referência*, contém lado a lado reivindicações proletárias e reivindicações caponesas:

"Precisava correr dinheiro no lugar e chover bastante. Precisava por um força no lugar".

"Prá melhorã tinha que chove, tinha que ter dinheiro. Precisava de uma construção, uma usina, uma companhia lá. Daí o pessoal não precisava sair de lá".

"Precisava ajudã prá mecher na lavoura. Precisava ter indústria".

"Se tivesse usina lá não precisava vim prá qui. Precisava adubo prá lavoura, estudo pros filho".

"Precisava de melhoramentos no lugar, ter fartura, criação. Precisava chegar o dinheiro por lá".

Assim, se com relação às perspectivas há um certo distanciamento entre o desejo e a realidade, as reivindicações destes trabalhadores são bastante concretas e refletem um grau de consciência muito elevado de que a condição de du-

^{1/} Este tipo de reivindicação foi constatado também por Maria José de Araújo Ribeiro em sua tese de mestrado citada na bibliografia.

pla referência é essencial para sua sobrevivência e que é inviável optar entre reivindicações proletárias e reivindicações camponesas. Ambas são feitas simultaneamente.

Enfim, as reivindicações relacionadas à melhoria das condições de emprego aparecem lado a lado com reivindicações tipicamente camponesas, tais como maiores facilidades para a compra de adubo e a melhoria das condições de transporte e comercialização ("Governo devia transportar mercadoria que nós vende").

As reivindicações refletem, portanto, de maneira muito clara, a dupla referência que este grupo de trabalhadores vivencia. Refletem o fato de que concretamente, são pequenos proprietários durante uma parte do ano e proletários no restante.

CONCLUSÃO

A recorrência ao trabalho assalariado tanto pode representar uma tentativa de se viabilizar a reprodução da pequena propriedade, quando ela é incapaz de se reproduzir por si sô, como indicar uma tendência à proletarização, isto é, um processo de expropriação dos meios de produção do pequeno produtor. Em outros termos, o salário recebido pode representar a possibilidade de manter a propriedade, ou a situação econômica da pequena propriedade pode estar tão debilitada que nem mesmo a renda obtida com a venda da força-de-trabalho viabiliza sua manutenção.^{1/}

Neste caso específico, a hipótese é que estes proprietários estão se tornando inviáveis enquanto tais. Ou seja, enquanto num primeiro momento existia a possibilidade de manter a propriedade com o trabalho assalariado, num segundo momento este grupo de pequenos proprietários não está conseguindo se reproduzir.

Neste sentido, este grupo estaria confirmando a tese de que à medida que o Modo de Produção Capitalista vai se desenvolvendo, existe uma tendência à expropriação da pequena propriedade. "Embora parte do valor gerado pela produção cam

^{1/} A este respeito ver Wanderley, M., Nazareth Baudel, "Transformações das relações de produção: da senzala ao caminhão", em Anais da IV Reunião Nacional Sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura, UNESP, Botucatu, 1978.

ponesa seja incorporada por outros setores da economia, embora suas mercadorias tenham um papel importante na manutenção de um baixo custo de reprodução da força-de-trabalho e de um baixo preço das matérias primas, o capital precisa destruí-la. Essa tendência é inerente à produção capitalista, uma vez que acumular significa também aumentar o proletariado (GRAZIANO DA SILVA, 1978:6).

Em poucas palavras, a hipótese é de que a permanência da situação de *dupla referência* que está permitindo ao grupo sobreviver perdurará até o momento em que não interesse mais ao capital mantê-la. Isto porque "em última instância, o espaço em que atuam as organizações não capitalistas é determinado pelos movimentos do capital, (SOUZA, 1980:32). Em outros termos, deverá perdurar até que seja, por alguma razão, conveniente para o capital alterá-la. Assim, no momento em que, por interesse do capital, ocorrer qualquer alteração em um dos polos da *dupla referência*, estaria rompido o precário equilíbrio que está permitindo a este grupo de pequenos proprietários manter seu pedaço de terra.

A redução do nível de emprego sazonal, por exemplo, poderia significar a perda dos poucos meios de produção que ainda possuem.^{1/} Isto porque, como foi bastante enfatizado no presente trabalho, ficar sem o dinheiro obtido através da venda da força-de-trabalho significaria praticamente não ter condições de cultivar o sítio.

Neste sentido, a mecanização da parte industrial da

^{1/} A este respeito ver GAZIANO DA SILVA, 1980b:191.

usina mencionada no capítulo 2 diminuiria a oferta de empregos do setor, provocando uma redução na contratação de migrantes sazonais. Além disto, a assistente social da usina onde foi realizada a pesquisa afirma que a tendência é diminuir a contratação de trabalhadores de fora e utilizar mais trabalhadores da própria região. A idéia é introduzir uma linha de transporte particular da usina entre esta e Pirassununga, não precisando assim alojar os trabalhadores na própria usina. O objetivo é evitar uma série de despesas e problemas administrativos que o alojamento de trabalhadores no interior da usina trazem. Os pequenos proprietários de Montalvânia portanto, teriam suas oportunidades de emprego bastante reduzidas, se isto realmente se configurar como um tendência geral entre as usinas paulistas.

A possibilidade de uma utilização capitalista das terras destes pequenos proprietários poderia também comprometer sua reprodução.^{1/}

Na medida em que estas terras passassem a interessar ao capital, a pressão sobre elas aumentaria de tal forma que tornar-se-ia impossível para estes pequenos proprietários mantê-las.

Enfim, a situação de *dupla referência* não parece poder perdurar indefinidamente. Ao contrário, a tendência parece ser a proletarização, uma vez que os dados obtidos indicam

^{1/} O desenvolvimento de variedades mais resistentes à seca, o desenvolvimento das técnicas de irrigação, melhores adubos, etc. poderiam, por exemplo, viabilizar o plantio de produtos destinados à comercialização.

um agravamento do grau de insuficiência destas pequenas propriedades. Neste sentido, mesmo a recorrência ao trabalho assalariado a partir de um dado momento não viabilizaria mais a reprodução destas pequenas propriedades.

De certa maneira isto parece já estar ocorrendo, na medida em que a cada ano aumenta o número de filhos de pequenos proprietários que sequer voltam para sua região durante o período da entressafra. Como não têm como se ocupar no sítio, preferem permanecer em Pirassununga realizando "bicos". Existem casos inclusive de famílias inteiras que já migraram definitivamente para Pirassununga, deixando o sítio aos cuidados apenas de alguns membros mais idosos.

Finalizando, deseja-se tornar mais claras as implicações políticas, da manutenção de trabalhadores como estes em estudo. Em primeiro lugar, o próprio fato destes pequenos proprietários não terem sido totalmente expropriados reveste-se de uma importância que não deve ser menosprezada. O padrão de modernização vigente só poderá ser alterado na medida em que não houver ainda uma classe proletária totalmente constituída no campo. Acredita-se que enquanto não houver no campo uma classe proletária totalmente dependente da venda de sua força-de-trabalho, a "modernização conservadora", à qual se referiu na Introdução poderá ser mais facilmente substituída por um padrão de desenvolvimento mais democrático. Assim, a possibilidade de se alterar o tipo de modernização em curso, por uma modernização menos restrita e mais dinâmica depende da existência de grupos de trabalhadores que se distinguem do assalariado puro. "Portanto, a questão agrária brasileira

pode ser colocada nos seguintes termos: existe ou não uma classe proletária plenamente constituída na nossa agricultura?"

(GRAZIANO DA SILVA, 1978:17).

Ressaltar a existência de trabalhadores na agricultura que ainda não foram totalmente expropriados, como estes pequenos proprietários de Montalvânia, significa portanto, que é viável, pelo menos do ponto de vista econômico, alterar o padrão de desenvolvimento vigente.

Em segundo lugar, o fato destes pequenos proprietários terem sofrido alterações importantes que os transformaram em trabalhadores que são ao mesmo tempo pequenos proprietários e assalariados temporários, reforça a importância de se conhecê-los a fundo. Sô a partir de conhecimento desta nova condição, deste novo pequeno proprietário, sô a partir do momento em que estes trabalhadores passem a conhecer a si próprios nesta nova situação, é que sua participação política será viável. Sô então será possível sua participação no processo de reconstrução democrática do país. Sô então será possível apontar possíveis saídas para esta condição de dupla referência.

Enquanto isso, assim se vai vivendo. Metade do ano aqui, metade do ano lá. Com toda a amargura que isto significa. E enquanto é possível:

"Tenho medo de não criã a família".

BIBLIOGRAFIA

- ARRIGUI, Giovanni, *Colonos, Campesinos e Multinacionales*, Comunicación, Série B, Madrid, 1975.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida, *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, editora Salvat, Belo Horizonte, 1971.
- BRANDÃO, Lopes J. "Empresas e Pequenos Produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-70) em Estudos Cebrap, São Paulo, 22:41-110, 1978.
- BRANT, Vinicius Caldera. "Desenvolvimento Agrícola e Excedentes populacionais na América Latina", em *Estudos CEBRAP*, nº 14, São Paulo, 1975.
- _____. *Estrutura Agrária e Democracia na América Latina*. Estudos Cebrap nº 27, pp. 83/102. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1980.
- CASTRO, Antonio Barros de. *7 Ensaíos sobre a Economia Brasileira*, Editora Forense, Rio, 2ª edição, 1972.
- D'INCAO E MELLO, M.C. O "Boia Fria": Acumulação e Miséria, Editora Vozes, Petrópolis, 1975.
- GOODE, W.J. e Hatt, P.K. *Métodos em Pesquisa Social*, 4ª Edição. São Paulo Nacional, 1972.
- GUIMARÃES, Alberto Passo. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Paz e Terra, Rio, 1968.

GRAZIANO DA SILVA, J.F. Coord. *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. Hucitec, 1978.

_____. "A Agricultura e o Crescimento Econô-
mico Recente". em *Visão Agrária Brasileira*, Botucatu, 4 a
8 de outubro de 1976.

_____. "A Questão Agrária no Brasil", em *Re-
forma Agrária*, Boletim da Associação Brasileira de Reforma
Agrária, nº 6, nov./dez. de 1977.

_____. O "Boia-Fria" entre aspas e com os
pingos nos is. III Reunião Nacional de Mão-de-obra Volan-
te na Agricultura, UNESP, Botucatu, 1977.

_____. Progresso técnico e relações de tra-
balho na agricultura paulista. Tese de doutoramento IFCH-
-Unicamp, 1980a. mimeo.

_____. Pequena produção e as transformações
da agricultura brasileira, DEPE, IFCH, Unicamp, 1980b, mimeo.

_____ e Gasques, J.G. "Diagnóstico Inicial
do Volante em São Paulo", Série Estudos nº 2, Faculdade de
Ciências Médias e Biológicas de Botucatu, UNESP, Botuca-
tu, 1976.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. *A morada da Vida, Paz e Ter-
ra*, Rio de Janeiro, 1979.

KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. Laemmert, Rio de Janeiro,
1968.

- LENIN, V.I. O Programa Agrário da Social Democracia, na primeira Revolução Russa de 1905-1907. Editora Vitória, Rio de Janeiro, 1954.
- LOPES, J. Sérgio Leite. *O Vapor do Diabo*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.
- MEILLASSOUX, Claudio. *Mulheres, Celeiros e Capitais*, Maspéro, 1976.
- MOURA, M.C. de A. "Da Necessidade de Assalariamento". Departamento de Estudos Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1979, (mimeo).
- PRADO JR., Caio. "Contribuição Para a Análise da Questão Agrária no Brasil", *Revista Brasiliense*, nº 28, 1980.
- _____. *Revolução Brasileira*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1966.
- RIBEIRO, M.J. de Araújo. *O Queima Lata*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural, ESALQ/USP - Piracicaba, 1978.
- SILVA, Sérgio. "Formas de Acumulação de Desenvolvimento do Capitalismo no Campo", em *Capital e Trabalho no Campo*, Hucitec, 1977.
- SOUZA, P.R. *Emprego, Salário e Pobreza*. HUCITEC/FUNCAMP, 1980.
- TAVARES DOS SANTOS, J. Vicente. *Os colonos do Vinho*. HUCITEC São Paulo, 1978.

TROTSKY, Leon. *A História da Revolução Russa, Paz e Terra*, Rio, 2ª Edição, 1977.

VERGOPOULOS, Kostas. *A Questão Agrária e o Capitalismo, Paz e Terra*, Rio, 1977.

WANDERLEY, M. Nazareth Baudel. "Algumas Reflexões Sobre o Campesinato do Nordeste: Conceito e Realidade" em *Ciência e Cultura*, 29(5) pp. 537/544, 1977.

_____. *Capital e Estrutura Fundiária*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978a.

_____. Transformações das Relações da Produção: Da Senzala ao Caminhão. Anais da IV Reunião sobre M.O. Volante na Agric., pp. 32/52 UNESP, Botucatu, 1978b.

_____. "O campones: um trabalhador para o capital" Grupo de Estudos Agrários, Unicamp, 113 p. Versão Preliminar (Mimeo), 1979.

A N E X O S

ANEXO I. Distribuição dos estabelecimentos agrícolas segundo a área total: Montalvânia, 1970/75 (porcentagens Acumuladas).

Extratos de área total (ha)	1970			1975		
	Nº	Área	Área Média (ha)	Nº	Área	Área Média (ha)
- de 10	13,9	0,8	6,0	12,4	0,5	6,5
10 a -de 20	30,2	3,2	13,9	28,5	2,0	15,0
20 a -de 50	65,3	13,7	29,9	54,2	7,4	33,0
50 a -de 100	79,2	23,5	71,2	71,5	15,5	74,0
100 a -de 200	89,7	38,1	139,9	84,3	26,5	135,4
200 a -de 500	97,6	62,8	303,4	93,7	45,3	316,4
500 a -de 1000	98,8	70,8	654,6	97,0	59,1	671,9
1000 e mais	100,0	100,0	2501,0	100,0	100,0	2131,3
Total			100,2			158,0

Fonte: FIBGE

A tabela acima mostra um aumento da concentração da posse da terra, em Montalvânia. Em 1970, os estabelecimentos com menos de 10 ha representavam em Montalvânia mais de 13% dos estabelecimentos, mas detinham menos de 1% da área. Os entre 10 e 20 ha representavam mais de 17% dos estabelecimentos, embora não chegassem a ocupar 2,5% da área. Os estabelecimentos com mais de 500 ha porém, embora não representassem sequer 2,5% do total dos estabelecimentos, detinham mais de 37% da área total.

A situação agrava-se ainda mais em 1975, pois os grandes estabelecimentos acima de 500 ha passam a deter quase 55% da área total do município, embora os estabelecimentos acima de 1000 ha tenham tido sua área média reduzida nestes cinco anos.

Na mesma tabela pode-se observar o grande aumento da área média dos estabelecimentos (58% em apenas 5 anos), o que parece confirmar a recente ocupação da região, mencionada anteriormente. As propriedades são ainda bastante grandes, no geral, em Montalvânia, o que também pode ser observado no Anexo III.

ANEXO II. Distribuição do número e área de estabelecimentos segundo a condição do produtor: Montalvânia, 1970/75 (%).

Condição do produtor	1970		1975		Variação 70/75 (%)	
	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)
Proprietário	78,1	92,4	99,5	158,8	-4,1	+28,4
Arrendatário ^{a/}						
+ Parceiro	0,4	0,4	0,2	14,0	-66,7	-95,5
Ocupante	21,5	7,2	0,3	13,6	-98,7	-99,5

^{a/} Sô havia *partido de devedores* um arrendatário em 1970 e 1975 e um parceiro em 1975.

- Indica valor inferior a 0,1.

Fonte: FIBGE.

A tabela anterior confirma que ocorreu praticamente a eliminação dos ocupantes em Montalvânia a partir de 1970. Estes, que detinham mais de 21% dos estabelecimentos e ocupavam mais de 7% da área em 1970, passaram a representar menos de 0,5% dos estabelecimentos em 1975, e fração insignificante da área.

A participação dos proprietários porém aumentou, tanto em termos de número, quanto área. A área média de seus estabelecimentos também aumentou consideravelmente. A variação em termos absolutos indica que seu número diminuiu, embora a área total e a área média tenham aumentado.

Os dados da tabela anterior, evidenciam ainda a perda da participação dos parceiros e arrendatários, que tiveram também sua área média bastante diminuída.

Estes dados confirmam, portanto, que a região é de ocupação recente, pois em 1970 ainda havia uma grande participação de ocupantes. Em 1975 a eliminação destes pode indicar que a fronteira da região está tendendo a se fechar, havendo aumento apenas dos que detêm a propriedades jurídica da terra.

ANEXO III. Grau de concentração e distribuição decílica dos estabelecimentos, segundo a área total. Montalvânia, 1970/75.

Índices de Gini	1970	1975
limite inferior <u>a/</u>	0,711	0,739
limite superior <u>a/</u>	0,717	0,742
G corrigido <u>b/</u>	0,713	0,740

	% área	área média	% área	área média
20 -	1,6	8,0	1,1	8,7
50 -	8,1	16,2	6,2	19,6
10 +	61,3	614,2	64,1	1012,8
5 +	47,8	957,9	50,2	1586,3
1 +	27,3	2735,5	23,0	3631,0

a/ limites inferior e superior de Gastwirth para o índice de Gini. O intervalo delimitado contém o índice de Gini verdadeiro.

b/ índice de Gini estimando desigualdades intra-estratos através de função de densidade linear e função de Pareto. com dois parâmetros no último estrato.

ANEXO IV. Utilização das áreas agrícolas, Montalvânia e Pirassununga, 1970/75 (% em relação à área total e variação 70/75).

Utilização das Áreas	Montalvânia		
	1970	1975	variação (%) 70/75
Lavouras permanentes	0,1	0,1	+2,3
Lavouras temporárias	6,6	6,8	+23,1
Pastagens	35,7	61,1	+103,3
Matas e florestas	19,6	17,8	+7,5
Terras produtivas não utilizadas ou em descanso	23,1	10,9	-43,9
Terras improdutivas	14,9	3,3	-73,5
	Pirassununga		
	1970	1975	variação (%) 70/75
Lavouras permanentes	11,6	15,5	+41,4
Lavouras temporárias	31,9	40,2	+33,6
Pastagens	39,6	28,8	-23,0
Matas e florestas	7,5	7,1	+0,5
Terras produtivas não utilizadas ou em descanso	5,2	3,9	-21,3
Terras improdutivas	4,2	4,5	+18,7

Fonte: FIBGE

Em 1972, segundo a EC/2, tinha-se:

Montalvânia ==> 44,9% do valor da produção é vendida

Pirassununga == > 83,4% do valor da produção é vendida

O Anexo IV permite observar a diferença da utilização das áreas agrícolas nos municípios de Montalvânia e Pirassununga.

As lavouras, tanto temporárias quanto permanentes, têm pouca expressão em Montalvânia, embora as lavouras temporárias tenham aumentado 23% sua área em termos absolutos entre 1970 e 1975.

As pastagens, por outro lado, ocupavam mais de 60% das áreas agrícolas do município em 1975, tendo havido um aumento de mais de 100% entre 1970 e 1975.

Estes dados parecem indicar que na impossibilidade de cultivar a maioria dos produtos agrícolas no município; devido às dificuldades climáticas, a pecuária torna-se a melhor opção, a exemplo do que foi mencionado para a microregião.

As matas e florestas têm uma participação significativa e aumentaram sua área em termos absolutos entre 1970 e 1975.

As terras produtivas não utilizadas e as terras improdutivas têm sua participação em relação à área total bastante diminuída nestes cinco anos. Há também uma grande diminuição das mesmas em termos absolutos. Estes dados parecem sugerir mais uma vez que recentemente está passando a haver escassez de terras, ou seja, uma pressão sobre as terras que não permite deixar as terras produtivas sem utilização, assim como leva à utilização de terras consideradas improdutivas.

A utilização das áreas agrícolas é bastante diversa

em Pirassununga. Aqui as lavouras permanentes, e principalmente temporárias, têm participação expressiva. Elas aumentam sua participação relativa, assim como sua área em termos absolutos entre 1970 e 1975.

As pastagens, por outro lado, diminuem sua participação relativa e sua área em termos absolutos. Ao contrário de Montalvânia, em Pirassununga o alto valor das lavouras vinculadas à indústria - algodão, cana, laranja, soja etc., - a boa qualidade das terras, as facilidades de comercialização, etc., estimulam o cultivo de produtos tipicamente de utilização industrial, diminuindo com isto a importância da pecuária.

As matas e florestas têm participação bem menor aqui, do que em Montalvânia, e sua participação relativa e sua área em termos absolutos diminuem entre 1970 e 1975.

O aumento das terras improdutivas pode indicar um esgotamento de parte do solo do município.

A diminuição das terras produtivas não utilizadas, ou em descanso, parece indicar também aqui a existência de uma pressão sobre o solo. A elevação do preço do solo torna a utilização de terras produtivas antes não utilizadas uma opção mais viável que a aquisição de novas terras.

Os dados relativos à utilização das áreas agrícolas nos dois municípios confirmam portanto a diferença em sua utilização à que se referiu quando da análise das microregiões à que pertencem.

Montalvânia, assim como toda a microregião Sanfran-

ciscana de Januária, tem a maior parte de sua área destinada à pecuária, dedicando apenas parte dela à policultura alimentar. Já em Pirassununga, e em toda a microregião Depressão Periférica Setentrional, são as lavouras temporárias que detêm boa parte da área, principalmente produtos tipicamente industriais, como fica claro na análise dos produtos cultivados nos dois municípios.

ANEXO V.

- Indicadores de Exploração Pecuária, Montalvânia e Pirassununga. 1970.

	Montalvânia		Pirassununga	
	Nº cabeças	Nº cab. por estabelecimento	Nº cabeças	Nº cab. por estabelecimento
Bovinos	53.564	48,5	16.233	34,5
Suínos	14.402	12,3	6.269	22,5
Outros *	6.655	-	2.714	-

* caprinos, ovinos, bufalinos, equinos, muares e asininos.

Se em relação às lavouras Pirassununga se sobressai claramente com relação à Montalvânia, o inverso ocorre com relação à exploração pecuária, conforme indicam as tabelas anteriores. Em Montalvânia, o número de bovinos é mais de 3 vezes superior ao de Pirassununga em 1970 e quase 7 vezes em 1975.

Além disto, o número de cabeças diminui em Pirassununga, enquanto aumenta sensivelmente em Montalvânia. O número de cabeças por estabelecimento praticamente dobra em Montalvânia nestes cinco anos em análise, indicando que os grandes pecuaristas tornaram-se ainda maiores. Em Pirassununga, por outro lado, diminui o número de cabeças por estabelecimento.

O número de cabeças por hectare de pastagem é bastante baixo, nos dois municípios, indicando que a pecuária é extensiva. Mais uma vez a pecuária surge como alternativa onde as lavouras são de cultura problemática.

O número de suínos também é bastante superior em Montalvânia.

ANEXO VI. Indicadores do grau de tecnificação da agricultura, Montalvânia e Pirassununga, 1970/75 (% de estabelecimentos).

	Uso de força animal e ou/ mecânica	Uso de trato- res	Uso de arados tr. anim. tr. mec.	Uso de colhe- deira	Uso de veículos tr. anim. tr. mec.	Silos e depósito	Ferti lizan tes	Cala gem	Uso de irri- gação	
Montalvânia										
1970	0,7	0,2	0,4	0,1	35,2	1,9	6,4	0,1	-	5,9
1975	14,6	2,5	3,3	0,4	47,7	49,2	2,1	2,9	-	16,0
Pirassununga										
1970	91,6	36,9	56,7	35,4	68,9	30,6	59,0	90,0	40,5	2,1
1975	92,3	46,0	28,4	45,4	58,5	71,6	48,5	92,5	41,9	1,9

Fonte: FIBGE

A exemplo do que ocorre nas respectivas micro-regiões, a utilização de instrumentos e insumos modernos na agricultura é bastante mais elevada em Pirassununga do que em Montalvânia.

Enquanto em Pirassununga quase 93% dos estabelecimentos utilizavam força animal e/ou mecânica em 1975, em Montalvânia esta porcentagem não atingia 15%. A porcentagem de estabelecimentos que utilizava tratores em Montalvânia em 1975 era de 2,5%, enquanto em Pirassununga esta percentagem atingia 46%. Os arados de tração mecânica praticamente inexistem em Montalvânia, ao passo que estão presente em quase metade dos estabelecimentos em Pirassununga. Os arados e veículos de tração animal ainda continuam aumentando em Montalvânia, paralelamente aos de tração mecânica. Em Pirassununga eles são gradativamente substituídos pelos de tração mecânica. Os fertilizantes praticamente não são utilizados em Montalvânia, enquanto a maioria dos estabelecimentos em Pirassununga os usa. A calagem tampouco é realizada em Montalvânia, enquanto grande parte dos estabelecimentos em Pirassununga recorria a ela.

Observa-se porém que, de maneira geral, houve um grande aumento na utilização de instrumentos e insumos modernos em Montalvânia entre 1970 e 1975. A mecanização da agricultura em Montalvânia parece ser bastante recente, enquanto em Pirassununga, esta já havia atingido um nível bastante elevado em 1970, tendo um aumento menor entre 1970 e 1975.

ANEXO VII. Distribuição dos estabelecimentos agrícolas segundo a área total. Pirassununga, 1970/75 (Porcentagens acumuladas).

Estratos de área total (ha)	1970			1975		
	Número	Área	Área média (ha)	Número	Área	Área média (ha)
- de 10	26,2	2,1	5,8	30,2	2,5	5,6
10 a -de 20	44,3	5,8	15,0	47,5	6,3	14,9
20 a -de 50	72,8	18,8	33,3	74,6	19,7	33,0
50 a -de 100	86,4	32,2	71,5	87,2	33,0	70,8
100 a -de 200	92,8	44,3	136,9	93,9	46,4	135,0
200 a -de 500	97,7	65,1	311,2	98,1	66,7	321,8
500 a -de 1000	99,3	81,9	770,2	99,2	77,7	700,7
1000 e mais	100,0	100,0	1807,7	100,0	100,0	1769,9
Total	-	-	72,7	-	-	66,9

Fonte: FIBGE

Com relação à distribuição dos estabelecimentos agrícolas em Pirassununga, pode-se observar que esta é também bastante desigual, conforme indicam os dados acima. Enquanto os estabelecimentos com menos de 100 ha representavam, em 1970, mais de 26% do número total de estabelecimentos, ocupavam apenas pouco mais de 2% da área total. Por outro lado, as propriedades acima de 500 ha representavam pouco mais de 2% dos estabelecimentos, ocupavam quase 35% da área total.

A situação não é diferente em 1975, quando os estabelecimentos com menos de 10 ha representavam mais de 30% dos estabelecimentos, mas ocupavam apenas 2,5% da área. Por sua vez, os estabelecimentos com mais de 500 ha, não representando sequer 2% dos estabelecimentos, ocupavam mais de 33% da área total.

Ao contrário de Montalvânia porém, em Pirassununga a área média dos estabelecimentos manteve-se praticamente estável, com exceção apenas dos estabelecimentos no estrato de área entre 200 e 500 ha, e das acima de 500 ha, que tiveram sua área média aumentadas e diminuídas respectivamente.

Ainda ao contrário de Montalvânia, aqui a área média dos estabelecimentos em geral, diminuiu sensivelmente entre 1970 e 1975.

ANEXO VIII. Distribuição do número e área de estabelecimentos segundo a condição do Produtor.
Pirassununga, 1970/75 (%).

Condição do Produtor	1970		1975		Variação 1970/75 (%)	
	Número	área média (%)	Número	área média (%)	Número	área média (%)
Proprietário	88,1	94,5	85,7	93,7	+12,1	+5,3
Arrendatário						
Parceiro	10,9	5,2	8,5	3,7	-10,0	-23,9
Ocupante	1,0	0,3	5,8	2,5	+587,5	+890,7
						+44,3

Fonte: FIBGE

Os dados relativos à condição do produtor em Pirassununga, indicam que já em 1970 a presença de ocupantes era pequena, o que parece revelar que a região já se encontrava ocupada.

A participação dos arrendatários e parceiros entretanto, diminuiu sensivelmente entre 1970 e 1975. A variação em termos absolutos indica que tiveram seu número, sua área e área média diminuídos.

Até mesmo os proprietários tiveram sua participação relativa diminuída entre 1978 e 1979. Em termos absolutos porém, aumentaram seu número e sua área, tendo apenas a área média diminuída.

ANEXO IX. Grau de concentração e distribuição decílica dos estabelecimentos segundo área total. Pirassununga 1970/75.

Índices de Gini	1970	1975
limite inferior	0,712	0,721
limite superior	0,716	0,725
G corrigido	0,714	0,723

	% área	área média	% área	área média
20 -	1,3	4,7	1,1	3,7
50 -	7,6	11,1	7,1	9,5
10 +	61,9	450,0	6,4	417,5
5 ++	48,5	705,2	49,8	666,3
1 +	21,7	1577,6	24,5	1639,1

Fonte: FIBGE.

Confirma-se aqui o alto grau de concentração da posse da terra em ambos os municípios. Comparando-se os índices de Gini relativos a 1970 e 1975, pode-se verificar que a estrutura agrária está tendendo a se tornar ainda mais concentrada nos dois municípios. Em 1975 pode-se dizer que a concentração da posse da terra é maior em Montalvânia do que em Pirassununga.

Acrescenta-se ainda que enquanto em Montalvânia a área média dos estabelecimentos aumenta significativamente em

todos os decis, entre 1970 e 1975, em Pirassununga a área média diminui sensivelmente, com exceção das propriedades incluídas no último decil. A área média é ainda bastante superior em Montalvânia do que em Pirassununga, para qualquer dos decis.